# HISTÓRIA DA AMÉRICA: DAS INDEPENDÊNCIAS AOS DESAFIOS DO LIMIAR DO SÉCULO XXI

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Klevi Mary Reali, Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel, Maria de Fátima Rodrigues, Ruth Rieth Leonhardt.

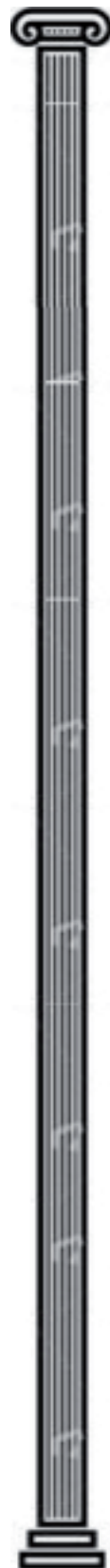
RAPHAEL NUNES NICOLETTI SEBRIAN

# HISTÓRIA DA AMÉRICA: DAS INDEPENDÊNCIAS AOS DESAFIOS DO LIMIAR DO SÉCULO XXI

# SUMÁRIO

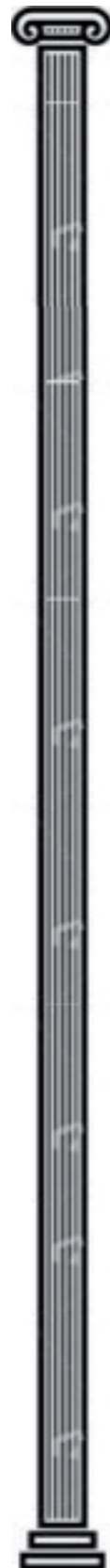
# INTRODUÇÃO

O período delimitado entre as últimas décadas do século XVIII e as últimas décadas do século XX representa, para a história da América, uma época fundamental, na qual estão compreendidos, entre outros, acontecimentos como a ruptura da dominação colonial, as independências, o estabelecimento de novos Estados, a construção – econômica, política e cultural – das nações, as discussões acerca das identidades nacionais e supranacionais, a configuração dos EUA como potência continental e internacional, as revoluções (Mexicana e Cubana, por exemplo), os governos de políticas de massas (como o peronismo), as inúmeras ditaduras e os processos de redemocratização. Este livro tem como objetivo abordar, a partir de escolhas e recortes obviamente arbitrários e limitados, tal período, a partir de um diálogo estrito e da exposição de argumentos da historiografia especializada, tendo em vista as características e propósitos da obra, quais sejam, minimizar as conseqüências negativas da ausência de contato com textos referenciais da historiografia acerca da América.

Como se disse na introdução ao livro *História da América: dos povos ameríndios às colônias hispânicas e britânicas*, antecedente e complementar a esta obra, as aulas de História ao longo da formação na Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio), nas quais se aborda alguma temática ou questão da História da América, costumam se caracterizar, ainda hoje, por uma superficialidade no tratamento da historiografia e por uma proposta de leitura muitas vezes reduzida ao maniqueísmo, com os povos nativos ou habitantes do continente americano e seus descendentes representando o bem e os europeus ou os estadunidenses –

no caso do período posterior ao surgimento dos EUA como Estado e nação – representando o mal. Tal encaminhamento garante a persistência de idéias ou conceitos há muito debatidos e em alguns casos superados e instaura a questão: por que, apesar da produção historiográfica na área de História da América ser tão representativa, temos aulas de História que ensinam tão pouco sobre a América?

Originado a partir deste questionamento, neste livro a proposta é, novamente, apresentar, para estudantes de História, aspectos da História da América que serão indispensáveis para o exercício adequado da profissão, permitindo que os futuros profissionais se afastem das simplificações e generalizações e conheçam abordagens consolidadas acerca das sociedades americanas desde fins do século XVIII até o início do século XXI. Não se objetiva, de forma alguma, apresentar um livro que demonstre aprofundadamente como cada questão é hoje tratada pela historiografia, mas um guia que indique quais os caminhos devem ser percorridos para a construção de aulas instigantes e produtivas na Educação Básica e, talvez, para a definição inicial de propostas de investigação na área de História da América. Se o livro servir a estes dois propósitos adequadamente, terá valido a pena escrevê-lo.

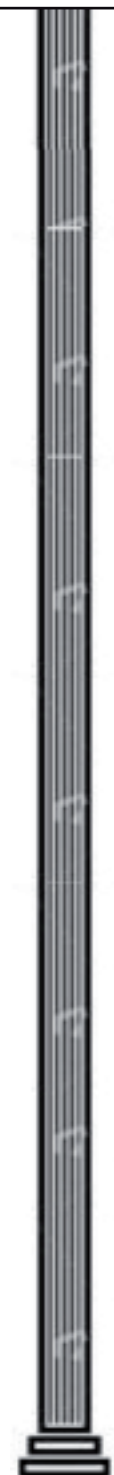
Trata-se, nesse sentido, de uma seleção arbitrária e de um diálogo crítico com a bibliografia especializada, não mais e nem menos do que isso. Não se encontrará, nas páginas a seguir, exposições factualmente construídas, nem extensos quadros de debates historiográficos, mas, ao contrário, um pouco de ambos: a história e a historiografia comparecem, neste livro, por meio dos textos de especialistas reconhecidamente significativos no estudo de cada questão. Quem sabe assim, gradativamente, os esforços investigativos e interpretativos desses especialistas, ao se tornarem um pouco mais conhecidos, adentrem as salas de aula da Educação Básica.

Portanto, o livro é, como dele se espera, fruto das exigências curriculares específicas do curso de graduação em História (modalidade a distância) – com suas peculiaridades, por exemplo, no que se refere à necessidade de tornar acessível a historiografia aos estudantes que não possuem contato com ela –, mas, sobretudo, das opções do autor, derivadas, obviamente, de sua formação acadêmica, de posturas teóricas e de método, de sua posição em relação ao processo de ensino-aprendizagem e de sua experiência como professor e pesquisador da área de História da América. Em virtude dessas opções e limitações, o livro não permitirá, sozinho, um aprofundamento nos estudos a respeito das questões e temáticas problematizadas. Espera-se que a leitura da obra forneça subsídios para o encaminhamento dos estudos a respeito da História da América.

CAPÍTULO I

# Das Independências às Formações dos Estados e das Nações na América

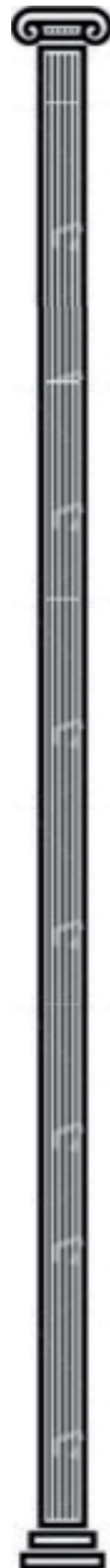
Neste primeiro capítulo, o objetivo é discutir as características gerais e algumas das interpretações acerca dos processos de independência ocorridos na América de colonização castelhana (ou espanhola) e na América de colonização britânica (ou inglesa) a partir da segunda metade do século XVIII, bem como problematizar, nos seus aspectos gerais, as formações dos Estados e das nações americanas no século XIX. Não se pretende, obviamente, esgotar o debate a respeito dessas temáticas, mas indicar, desde um diálogo com a historiografia especializada, possíveis leituras e questionar interpretações limitadas.

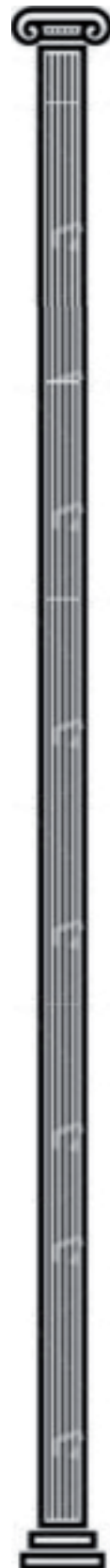
## *1.1. As independências na América de colonização castelhana: entre continuidades e rupturas*

O mundo colonial na América se encontrava, na segunda metade do século XVIII, às vésperas de sua desagregação, ainda que ela não parecesse um caminho possível para muitos dos habitantes dessas regiões naquela circunstância, principalmente nas áreas de dominação castelhana (ou espanhola/hispânica). Os vínculos com as metrópoles, a despeito de toda a diversificação e complexificação das sociedades coloniais, eram muito fortes, e só a combinação muito específica de fatores políticos, culturais, sociais e econômicos em ambos os lados do Oceano Atlântico permitiu a gestação e efetivação dos projetos de independência. Mesmo áreas como as possessões francesas (a área que originaria o Haiti, por exemplo) começaram a vivenciar, naquela circunstância,

processos que as transformariam, em menos de um século, em novos Estados.

**Fonte:** PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. p. 7.

O processo que levou às rupturas (e também às continuidades, como se pretende indicar brevemente a seguir) entre o período colonial e a época dos Estados americanos independentes começou na segunda metade do século XVIII e desdobrou-se até, pelo menos, a primeira metade do século XIX. Esta época foi muito significativa, pois, de acordo com Maria Elisa Noronha de Sá Mader (2008, p. 227):

Durante a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o mundo espanhol sofreu uma grande transformação. Os reinados de Carlos III e Carlos IV (1759-1808) testemunharam o desenvolvimento de um pensamento político moderno ilustrado – que enfatizava a liberdade, igualdade, direitos civis, o governo das leis, a representação constitucional e o *laissez-faire* econômico – entre um pequeno, porém significativo, número de espanhóis-peninsulares e espanhóis-americanos. Baseadas nestas idéias as reformas bourbônicas, impostas pela metrópole espanhola às suas colônias americanas com os objetivos de aumentar a prosperidade econômica da Espanha e manter a sua hegemonia política, aumentaram o descontentamento de grande parte da elite colonial crioula. Ao enquadrar o mundo hispano-americano dentro de seus interesses, a Coroa ameaçava os múltiplos interesses locais desenvolvidos durante os três séculos de colonização, seus sentimentos de autonomia e de identidade.

**Fonte:** PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. p. 13.

Se, como asseverou Maria Ligia Coelho Prado (1994, p. 6), ao longo de todo o período de dominação castelhana (ou espanhola) na América a Coroa havia se mantido como a autoridade máxima, em conjunto com o Conselho das Índias e a Casa de Contratação de Sevilha, expressando seu poder por meio “dos quatro vice-reis, dos governadores e dos corregedores, nomeados pelo rei e fiscalizados pelo Conselho das Índias” (PRADO, 1994, p. 6), este mundo que aos poucos as independências transformaram irremediavelmente, no qual havia, ainda, como parte da “sólida, organizada e hierarquizada” estrutura burocrático-administrativa castelhana, Audiências, Cabildos e outros órgãos, começou a se modificar profundamente tão

logo se implantaram, no século XVIII, as ditas reformas bourbônicas:

> Essas reformas introduziram o sistema das *intendências*, em substituição aos governadores e corregedores, uniformizando a administração e eliminando a superposição de funções e poderes. [...] as intendências tiveram por finalidade restringir as liberdades municipais, centralizar o poder e controlar energicamente o recolhimento dos impostos. [...] As intendências contribuíram para que o espaço político dos *criollos* fosse ainda mais restringido.
> Para financiar as guerras externas, a Coroa espanhola aumentou em muito as taxas e impostos no último quartel do século XVIII e [...] aperfeiçoou os meios para extraí-los. (PRADO, 1994, p. 6-8)

Tratava-se de um universo colonial sob o jugo castelhano (ou espanhol) que funcionava conforme se pretendia desde, pelo menos, o século XVI, mas que guardava, cada vez mais, conflitos sociais, políticos e econômicos. A estrutura de privilégios desagradava, de forma crescente no século XVIII, os *criollos* (descendentes de castelhanos/espanhóis nascidos na América), os quais, em posição hierarquicamente inferior aos chamados *chapetones* (espanhóis peninsulares), estavam no topo da sociedade colonial, mas, conforme indicou Mäder, "desempenhavam um papel secundário antes os espanhóis peninsulares em termos de privilégios, acesso à riqueza, aos monopólios, à administração e às decisões políticas." (MÄDER, 2008, p. 227)

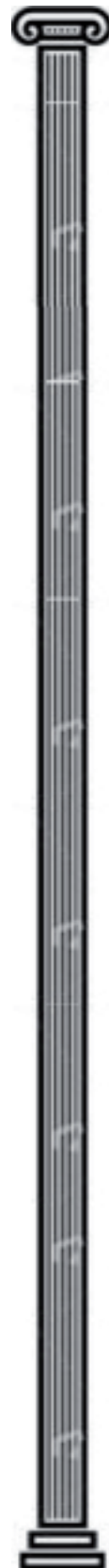
De acordo com Maria Ligia Coelho Prado (1994, p. 8-9), esse é um aspecto "muito importante para fomentar a insatisfação, particularmente entre os setores médios das

cidades, muitas vezes cultos e ilustrados, mas que, estando alijados dos quadros privilegiados das classes proprietárias, não encontravam possibilidades de ascensão." Com a interdição do "acesso à riqueza, aos monopólios, à administração e às decisões políticas", as elites *criollas* tornaram-se, pouco a pouco, ambíguas, ambiguidade que, de acordo com Maria de Fátima Silva Gouvêa, passou a ser considerada, desde o aparecimento do trabalho de Pierre Chaunu na década de 1970, "principal fator a explicar o caráter mais específico das independências na região." (GOUVÊA, 2011, p. 87) Prossegue Gouvêa, dialogando com a obra fundamental de Chaunu:

> Se, por um lado, essa elite era dominante graças à sua permanente defesa dos valores e princípios herdados dos *peninsulares* que se haviam estabelecido na América ao longo dos anos, por outro lado esse mesmo grupo sofria cotidianamente um contexto de profunda discriminação em termos de sua efetiva participação na administração e no clero das diversas colônias. Tudo isso concorria para uma grande tensão racial, a grande marca de todo esse processo de *ruptura*. A isso Chaunu agrega a questão da ausência metropolitana, reforçando a importância da fidelidade *criolla* no curso dos acontecimentos, que caracterizou as duas primeiras décadas do século passado. Pela primeira vez se avançou, portanto, no sentido de pensar as guerras de independência como *guerras civis* em termos dos conflitos travados entre as diversas lideranças *patriotas* e *realistas* no período entre 1810 e 1817. Concluindo, Chaunu (1973:37) relaciona essa análise, que prioriza fatores internos em relação à conjuntura externa, ao argumento de que a *ruptura* institucional do império hispano-americano, a partir

> de 1820, esteve profundamente ligada à revolta liberal em curso na Espanha, o que fez com que o desfecho final da crise – as independências – fosse dado muito mais por essa alteração externa do que como uma resposta às contradições internas e intrínsecas à sociedade colonial hispano-americana. (GOUVÊA, 2011, p. 87, destaques no original)

Note-se que os fundamentos da interpretação de Chaunu, destacados por Gouvêa, indicam com precisão a importância dos fatores externos para os processos de independência, sem, todavia, minimizar ou desconsiderar “as características e contradições internas dos diversos movimentos separatistas.” (GOUVÊA, 2011, p. 87) Mesmo mais tendente à valorização dos fatores externos, a obra de Chaunu indicava um encaminhamento que, no Brasil, expressou-se por meio de Maria Ligia Coelho Prado e seu *A formação das nações latino-americanas* (publicado originalmente em 1985), ou seja, o caráter de *ruptura* da ordem colonial. A obra de Prado discordava “daqueles que afirmavam que nada havia mudado, pois na verdade o século XIX se caracterizava pela destruição das estruturas político-jurídicas herdadas do período colonial.” (GOUVÊA, 2011, p. 87) Enfim, a década de 1980, afirma Gouvêa, foi marcada pela percepção “de que as independências latino-americanas não poderiam mais ser estudadas apenas sob o signo do continuísmo.” (GOUVÊA, 2011, p. 87) Restava definir com clareza, por meio de investigações, as características das mudanças.

Não é exagero dizer que, se a tendência a considerar tanto as continuidades quanto as transformações no estudo das independências das colônias ibéricas no continente americano começou nos anos 1970, principalmente com os trabalhos de Pierre Chaunu, e encontrou nos anos 1980

eco nos estudos de historiadores como, por exemplo, Maria Ligia Coelho Prado, foram as reavaliações e debates, na França de fins da década de 1980, acerca da Revolução Francesa – na obra de François Furet, principalmente –, que trouxeram em definitivo a possibilidade de pensar, na América, o caráter revolucionário das independências da área que viria a constituir a América Latina. Nesse movimento, como explica Gouvêa, foi o historiador François-Xavier Guerra o precursor no emprego, para a compreensão das independências hispano-americanas, dos argumentos de Furet a respeito da importância de levar em consideração continuidades e rupturas na interpretação de processos revolucionários. Em seu livro *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*, de 1992, dialogando com Pierre Chaunu e com as propostas das pesquisas mais recentes sobre a Revolução Francesa, Guerra, conforme indica Gouvêa, começou a tratar o processo histórico das independências hispano-americanas como a "revolução hispânica". Gouvêa resume da seguinte maneira os argumentos de Guerra:

> A partir de 1808, o mundo hispânico iniciou seu trânsito para a *modernidade política* por um duplo viés. De um lado, a *ruptura* do Antigo Regime, diante das sucessivas abdicações reais, possibilitava experimentações e realizações em termos de novas formas de soberania e representação política. De outro lado, essa conjuntura de crise servia de espaço concreto para novas e inesperadas experiências, por meio das quais os homens iam construindo novos conceitos, vocábulos e soluções voltadas para as situações então vivenciadas. (GOUVÊA, 2011, p. 89)

Entre 1808 e 1810, para Guerra, deu-se o *ponto de mutação*, quando se debateu pela primeira vez "a natureza

da representação e da soberania americana no interior da monarquia espanhola." (GUERRA, 1993, p. 31; 1994, p. 208 apud GOUVÊA, 2011, p. 89) Tratava-se, para o autor, do primeiro corte cronológico do processo histórico, na medida em que se constatava a ruptura na fratura "da antiga relação pessoal e recíproca estabelecida entre o súdito e o rei [...]." (GOUVÊA, 2011, p. 89) Iniciava-se um espaço de experimentação e criação política e cultural em que se verificava o que Guerra chamou de "modernidade política", afinal foi no interior de novos espaços de discussão (instituições, órgãos de imprensa, entre outros) que "os homens começam a compartilhar sentimentos e, consequentemente, constituir um novo vocabulário político." (GOUVÊA, 2011, p. 90) Era uma ruptura tanto em termos "de idéias quanto dos objetivos e dos ritos que configurariam uma nova prática política nas sociedades coloniais." (GOUVÊA, 2011, p. 90)

Se o primeiro corte cronológico, para Guerra, deu-se entre 1808 e 1810, e foi definido pela mutação ideológica, o segundo marco, conforme o autor, foi delimitado, a partir de 1810, "pelo desencadear das *revoluções de independência*." (GOUVÊA, 2011, p. 90) Em meio à ofensiva francesa, cujo "conselho de regência", explica Gouvêa, não reconhecia as juntas americanas que governavam as colônias, iniciaram-se "as *guerras civis* que culminariam na instauração do *processo revolucionário* das independências." (GOUVÊA, 2011, p. 90) Com crescentes conflitos de interesses, de causas e de idéias entre americanos/*criollos* e espanhóis, avolumavam-se os acontecimentos que acirraram ânimos e vivências "definidoras de novos comportamentos e atitudes. Em outros termos, observava-se a própria gestação da *modernidade política* em seu sentido plenamente processual." (GOUVÊA, 2011, p. 90)

Enfim, a obra de François-Xavier Guerra, construída em diálogo com os trabalhos de Pierre Chaunu e com

os debates, na França, simbolizados pela produção de François Furet acerca da Revolução Francesa, simbolizou "uma nova era para o desenvolvimento dos estudos sobre as independências latino-americanas, ao enfatizar com o vigor o duplo caráter dessa conjuntura revolucionária – um *processo* e um *acontecimento* ao mesmo tempo." (GOUVÊA, 2011, p. 90-91) Contudo, ressalta Gouvêa, sua obra estendeu, generalizando, as conclusões a todas as independências hispano-americanas, quando ele conhecia mais detidamente a região da Nova Espanha. O que se quer dizer é: a despeito das contribuições demonstradas, a obra de Guerra e, mais especificamente, algumas generalizações que ela apresenta podem ser pormenorizadas quando se dedica atenção aos casos particulares das independências, como demonstra com clareza Gouvêa em seu artigo. Isso não implica, entretanto, abandonar sua perspectiva de valorização do estudo das continuidades e, sobretudo, das rupturas, bem como dos fatores internos – até sua obra, desvalorizados – e externos para a compreensão dos processos históricos das independências.

Pelo que se disse até aqui e de acordo com o que se pretende neste capítulo, cabe enfatizar, mais do que aspectos acontecimentais, elementos fundamentais das perspectivas interpretativas mais importantes a respeito das independências das áreas de dominação colonial castelhana/espanhola no continente americano. Ou seja, é indispensável repetir que a perspectiva de Guerra é muito importante para a compreensão das independências na área que se conhece como América Latina por meio de seu fundamento *revolucionário*. Disse Gouvêa:

> Estudar essa conjuntura a partir da ênfase em seu caráter de mudança propicia um olhar mais apurado sobre os atores diretamente envolvidos, assim como sobre a pujança da dinâmica

> interna dos processos. **Nesse sentido, as independências se apresentaram como uma resposta da própria sociedade colonial aos impasses então vividos**. Por maior que tenha sido a importância dos fatores externos presentes [...] este foi um processo histórico configurado por atores próprios, que de fato vivenciaram as vicissitudes da crise posta no mundo colonial no início do século XIX e que, a partir dela, acionaram atitudes de resposta em benefício de seus interesses fundamentais. (GOUVÊA, 2011, p. 102, grifos nossos)

Nenhuma das considerações aqui apresentadas dispensa a leitura, pelo menos, dos trabalhos mencionados de Maria Ligia Coelho Prado, de François-Xavier Guerra e de Maria de Fátima Silva Gouvêa para que seja possível compreender as pormenorizações e as especificidades de cada processo de independência, bem como os traços em comum a tais processos. Afinal, Guerra e suas pesquisas, por exemplo, mostraram de maneira explícita "a ocorrência de transformações com dimensões bastante concretas no interior do território americano ao longo do processo de ruptura do vínculo colonial." (GOUVÊA, 2011, p. 102) Suas investigações garantiram – ao menos entre os especialistas, pois a história escolar e as demais produções históricas permanecem, muitas vezes, defasadas – a possibilidade de leituras nas quais a história desse momento do continente surge como uma construção de atores históricos defendendo seus interesses e expressando suas posições políticas, sociais, econômicas e culturais, sem as simplificações que costumam reduzir a ocorrência das independências à imposição dos interesses externos sobre indivíduos submetidos aos europeus.

> Por tudo isso, a história da independência hispano-americana é passível de ser analisada a partir dos elementos que tiveram um papel preponderante no interior do macroprocesso constituído pela desestruturação do mundo colonial americano. Trata-se no mínimo de uma história que redescobre a complexidade marcada tanto por grandes conflitos armados quanto por grandes enfrentamentos no plano das ideias. (GOUVÊA, 2011, p. 102-103)

Não se trata, naturalmente, como asseverou Gouvêa, de estender as conclusões de Guerra para todas as regiões do continente. Maria Ligia Prado, no seu mencionado estudo, já havia alertado acerca dos riscos de aproximar excessivamente os processos históricos das independências de forma a reduzi-los apenas a um conjunto de características gerais. O emprego indiscriminado dos marcos de análise de Guerra para o estudo de diversas áreas do continente, ressaltou Gouvêa, "além de não respeitar o rigor original do autor, implicaria também uma grande simplificação de uma análise capaz de contemplar o quadro de imensa diversidade cultural, geográfica, econômica e social que caracterizava a América hispânica." (GOUVÊA, 2011, p. 103) Aprende-se, no ensaio de Gouvêa, que a independência da região do Peru seria o melhor exemplo para a questionamento da assimilação simplista, generalizada e acrítica da proposta de François-Xavier Guerra. O estudo de cada independência, apesar de não ser aqui almejado nem possível, é sempre importante e há na bibliografia mencionada as interpretações referenciais. Ademais, em direção semelhante, é indispensável refletir sempre, quando da discussão acerca das independências das colônias castelhanas, a respeito de que maneira a liberdade foi pensada e chegou – ou não – às diferentes camadas populacionais das ex-colônias, para que não se construa

apenas a história dos "mentores", "idealizadores", ou, pior, dos "heróis" das independências.

Se a história das independências das áreas coloniais sob domínio da Espanha na América se deu entre rupturas e continuidades, entre injunções externas e criações internas, e isso precisa ser levado às aulas de História do Ensino Fundamental e Médio, principalmente (porque há aulas de História no Ensino Superior que também carecem de tais perspectivas, infelizmente), cabe procurar compreender, a seguir, como tal processo histórico se desenrolou nas áreas coloniais sob domínio britânico.

### *1.2. A independência na América de colonização britânica: as treze colônias continentais*

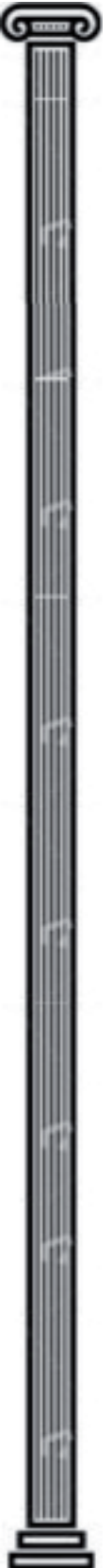
Continuidades e rupturas também marcaram o processo de independência vivenciado nas áreas que compunham a América de colonização britânica, mais especificamente nas chamadas treze colônias continentais, que originaram os Estados Unidos da América. Naturalmente, por se tratar de uma colonização marcada por elementos diversos de diferenciação em relação às possessões castelhanas, houve diferenças nos antecedentes e nos processos que levaram à independência. Contudo, semelhanças eventualmente são verificáveis. Se não se pode, por conta das pretensões, das características e dos objetivos deste livro, tal como considera ideal o historiador Jack Greene (2006), analisar todas as "Américas coloniais" – hispânica, portuguesa, francesa, holandesa, sueca, dinamarquesa, russa e as inúmeras áreas indígenas, de preferência comparativamente –, concentrar-se-á o esforço na compreensão da América britânica colonial e na sua desagregação.

Enfim, das características, peculiaridades, singularidades e, quando for o caso e for possível, dos elementos em comum com outros processos históricos tratarão as páginas a seguir, nas quais procurar-se-á discutir como, no século XVIII, a situação das treze colônias, bastante populosas, com modelos internos de economia, sociedades complexas, culturas desenvolvidas e projetos políticos em discussão, mudou significativamente, a tal ponto que se verificou possível a independência. A metrópole tomou uma série de medidas de endurecimento das relações, sobretudo comerciais, entre as colônias e a metrópole, e essas medidas, aos poucos, tiveram um duplo efeito: aceleram a formação de elites e de propostas políticas separatistas nas colônias e exacerbaram os sentimentos de unidade que aproximaram as colônias do norte das do sul, mesmo com todas as diferenças e peculiaridades de cada uma das regiões.

A área sob dominação colonial dos britânicos na América não se restringiu às regiões que viriam a ser os EUA, e é importante mencionar tal aspecto. Como mostrou Jack Greene em inúmeros estudos, e como indica, em direção análoga, Mary Anne Junqueira em seu ensaio sobre a Independência dos EUA, "a Inglaterra possuía no Novo Mundo várias colônias que se espalhavam do Caribe à região do Canadá." (JUNQUEIRA, 2007, p. 8) A autora prossegue, particularizando a América britânica colonial em relação ao universo colonial ibérico daquele momento:

> Diferentemente dos impérios português e espanhol, que administravam seus domínios de forma centralizada, o governo britânico vinha estabelecendo colônias no Novo Mundo de forma mais irregular. Por outro lado, havia uma particularidade que o distinguia com relação aos impérios ibéricos, porque havia passado pela Revolução Inglesa no século XVII: o poder não

> mais se concentrava nas mãos do rei, sendo dividido entre o monarca e um parlamento que operava com duas câmaras: a Alta e a Baixa. O império britânico era gerido por uma metrópole, em que a autoridade do rei já havia sido fortemente questionada. (JUNQUEIRA, 2007, p. 8)

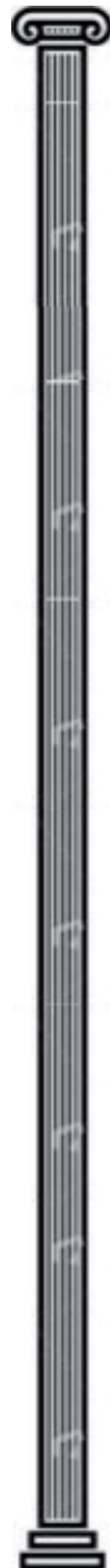
Será em parte por conta dessa irregularidade no relacionamento, sobretudo político e econômico, entre metrópole e colônias que os colonos, não representados satisfatoriamente no parlamento britânico, decidirão pelo enfrentamento que levará à independência. Mas, se as treze colônias continentais não eram as únicas possessões britânicas na América do século XVIII, quais eram as outras?

**Fonte:** JUNQUEIRA, Mary Anne. *4 de Julho de 1776*: Independência dos Estados Unidos da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007. p. 9.

É importante ressaltar a existência das demais colônias britânicas pois, como asseveraram Junqueira (2007) e Greene (2006), apesar da pequena atenção dada a essas pelos historiadores, dava-se entre elas inúmeras trocas, comerciais, mas, também, culturais e políticas, sendo possível perceber, como tem estudado Jack Greene, as construções identitárias de cada colônia, bem como a adaptação cultural, diante das particularidades locais, das identidades britânicas trazidas da metrópole. Aliás, Greene tem demonstrado, em seus estudos – como no aqui referenciado, de 2006 –, que muitos elementos das identidades coloniais sobreviveram até, pelo menos, 1820, não desaparecendo, portanto, com o processo de

independência e configurando traços de continuidade entre o período colonial e o Estado independente.

Além disso, como indicou Junqueira, as colônias britânicas do Caribe, "conhecidas também como *British West Indies* (Índias ocidentais britânicas), eram as mais lucrativas do império – as 'jóias da Coroa' – dada à produção predominantemente de açúcar, rum e melado." (JUNQUEIRA, 2007, p. 10) Diferenciando-se das colônias do sul do continente principalmente pelos produtos que forneciam – açúcar e derivados, contra o tabaco das colônias sul-continentais –, as colônias britânicas do Caribe permaneceram vinculadas à metrópole após a emancipação política das suas congêneres continentais, mantendo-se como parte do projeto britânico de "ter um papel de destaque no balanço de poderes entre as potências européias, preparando-se para tornar-se uma grande potência marítima e aumentando suas posses além-mar (RODGER, 2001: 169-83)." (JUNQUEIRA, 2007, p. 10)

Todavia, o que levou as treze colônias, tão heterogêneas e complexas, do ponto de vista cultural, político, econômico, social, étnico, populacional, quanto as demais áreas coloniais sob domínio britânico no século XVIII americano, a caminharem para a rompimento dos vínculos com a metrópole? É preciso analisar, mesmo esquematicamente e brevemente, os antecedentes da crise, para melhor compreender o processo da independência.

Mary Junqueira (2007) e Leandro Karnal (2007) destacam, como antecedentes da crise imediatamente anterior ao processo da independência, as inúmeras guerras nas quais os britânicos se envolveram desde, pelo menos, fins do século XVII. Ambos enfatizam a importância da chamada Guerra Franco-índia (1754-1763) – "conflito decorrente dos desentendimentos entre ingleses e franceses, que se estendeu da Europa às Américas." (JUNQUEIRA, 2007, p. 11) – para a configuração definitiva da crise entre

as treze colônias continentais e a Inglaterra, na medida em que envolveu os ingleses, os franceses – aliados a grupos de indígenas – e os colonos britânicos, preocupados em garantir seus interesses. Apesar de vencer a guerra e incorporar novos territórios aos seus domínios, a Inglaterra se endividou e essa condição, somada à necessidade de tomar posse e de administrar as novas terras, motivou o estabelecimento de "uma nova – e dura – política imperial." (JUNQUEIRA, 2007, p. 12), alterando-se a condição até então predominante, de "um governo metropolitano fraco, distante, e muitas vezes negligente, com pouca capacidade de coerção [...]." (GREENE, 2006, p. 10)

Imediatamente, a Inglaterra tomou medidas que desagradaram bastante os colonos: delimitação precisa dos territórios da Coroa, liberando áreas para os indígenas e afetando as pretensões de colonos da Virginia, "grandes proprietários e donos de escravos" (JUNQUEIRA, 2007, p. 13), como o próprio George Washington; manutenção, em terras continentais, de "um exército regular com 10 mil homens, [...] chamados de *redcoats* (casacos vermelhos)" (JUNQUEIRA, 2007, p. 13), tropas destinadas ao patrulhamento das fronteiras e controle dos índios, mas que, além de desagradarem por sua presença, também contrariavam os colonos na medida em que deles era a responsabilidade pela manutenção em termos materiais das tropas; ampliação dos impostos em todo o império britânico, não exclusivamente nas colônias continentais, mas, inclusive, na metrópole – os colonos, no entanto, ainda não haviam sido submetidos à instituição de cobranças de impostos, como destaca Junqueira (2007, p. 14). Enfim, entre "1763 e 1775, a Inglaterra e os colonos travaram uma difícil contenda. Enquanto os primeiros impunham regras e fixavam impostos, os segundos se rebelavam e recusavam-se a acatar o que a Metrópole decidia impor." (JUNQUEIRA, 2007, p. 13-14) Diante de um parlamento

inglês no qual os colonos não possuíam representatividade e de um rei que não exercia o seu poder moderador em prol de seus súditos de além-mar, a situação apenas se agravou, gradativamente.

É possível, de acordo com Mary Junqueira, perceber dois momentos na crise: um que teve como estopim a chamada Lei do Selo (*Stamp Act*), em 1765, responsável por estender, aos domínios coloniais, um tributo já cobrado na Inglaterra caracterizado pela colagem de selos de tributação em determinados documentos e papéis oficiais destinados ao comércio; e outro, de exacerbação definitiva dos colonos em direção à ruptura e de tomada de armas, marcado pelas ingerências metropolitanas na produção e comércio do chá – a Lei do Chá (*Tea Act*) –, em 1773; logo após o parlamento inglês aprovou medidas repressivas. Houve um levante dos colonos após a Lei do Selo, mas, neste primeiro momento, "não se falava formalmente em independência da Metrópole; porém, não havia dúvidas de que a autoridade inglesa estava sendo questionada e os laços e compromissos que permitiam a existência do império britânico estavam em crise." (JUNQUEIRA, 2007, p. 21) Por sua vez, no segundo momento de crise já tomava corpo a idéia de ruptura, e com a repressão e as medidas consideradas intoleráveis pelos colonos adquiriu feições iniciais uma proposta de separação, de emancipação política.

O delineamento da proposta de ruptura viria a ocorrer durante os chamados congressos continentais, reuniões administrativas ilegais entre os representantes das treze colônias, ainda que ao término do primeiro desses congressos, em 1775, como indica Mary Junqueira, o indicativo tenha sido de restabelecimento da paz com a metrópole, com juras de lealdade ao monarca. Tudo se condicionava, entretanto, a um aspecto: as colônias não deveriam sofrer mais com impostos e leis coercitivas, indicativo de não sujeição ao

parlamento. O principal resultado do primeiro congresso foi a união das treze colônias, muito diferentes entre si, em prol de causas comuns contra o governo metropolitano. Antes da formação do segundo congresso iniciou-se uma guerra entre Inglaterra e colonos continentais, e em 10 de maio de 1775, quando se estabeleceu o congresso, criou-se um exército continental, liderado por George Washington, para substituir as milícias que até então enfrentavam os soldados britânicos, e começou publicamente a se formalizar a proposta de independência, instigada por radicais como Thomas Paine, autor do célebre panfleto *Common Sense* (Senso Comum) (JUNQUEIRA, 2007, p. 25-26), que veio a público em 10 de janeiro de 1776. Mesmo exacerbados os ânimos e as intenções, houve uma última tentativa, no segundo congresso, de manutenção dos vínculos, o que indica a força, apesar dos desentendimentos, dos laços entre metrópole e colônias continentais:

> Os delegados reunidos no congresso fizeram um último apelo ao rei, enviando a *Oliver Branch Petition* (Petição do Ramo de Oliveira), mais uma vez confirmando a lealdade à Coroa, mas apelando para que atuasse em favor dos seus súditos além-mar. O rei não recebeu o enviado, rejeitando de forma incontestável a proposta. Com isso, estavam definitivamente rompidos os laços entre a Inglaterra e as 13 colônias continentais. (JUNQUEIRA, 2007, p. 27)

Configurada, formalmente, a emancipação política das treze colônias, a primeira da América, seria preciso criar um governo que reunisse todas ou a maior parte das colônias, algumas delas, conforme Mary Junqueira, pouco conhecidas entre si. Foi, portanto, sob a vigência do segundo congresso continental que, em 2 de julho de 1776,

votou-se oficialmente pela emancipação política, tendo sido apresentada, em 4 de julho, a Declaração de Independência. As incertezas, afirma Mary Junqueira (2007, p. 28), predominavam sobre as certezas. Mesmo com a Declaração de 4 de julho, a guerra entre o exército continental e os ingleses prosseguiu até 1781, quando, em Paris, "foi reconhecida formalmente a independência política das 13 colônias continentais. Nessa data, os agora 13 estados já haviam optado por formarem uma Confederação, adotando o nome de Estados Unidos da América, e logo estipularam regras para que os opositores ao novo governo deixassem o território e, principalmente, definiram que os Estados Unidos da América seriam "a primeira república bem sucedida dos tempos modernos." (JUNQUEIRA, 2007, p. 29)

Os vínculos muito fortes entre metrópole e colônias podem ter garantido dificuldades para a concepção de projetos coletivos emancipacionistas, mas, como indica Jack Greene (2006), as identidades construídas pelos colonos durante os séculos XVII e XVIII permitiram a aproximação das colônias continentais e persistiram após a independência. Por sua vez, os projetos de emancipação que culminaram na Declaração de 4 de julho foram "alimentados" por diferentes "fontes" intelectuais ligadas ao Iluminismo europeu, e, entre elas, como explica Leandro Karnal (2007), uma das principais – provavelmente a principal – foi a obra do filósofo John Locke. Sabe-se, graças a investigações cada vez mais freqüentes, que as idéias transitavam, por meio de homens, publicações e instituições, entre os diferentes continentes no mundo moderno, por conta das redes de comunicação estabelecidas em virtude das relações entre metrópoles e colônias e entre colônias, apenas. Entre esses trânsitos pode-se perceber as apropriações das idéias iluministas nas treze colônias, bem como, posteriormente, as apropriações de algumas das

idéias gestadas nos EUA para a reflexão acerca de processos históricos europeus, como, por exemplo, a Revolução Francesa. Interessa compreender brevemente a apropriação de Locke na América britânica colonial.

Os textos de John Locke, de acordo com Leandro Karnal (2007, p. 81-82), foram fundamentais para que os colonos, a partir das reflexões do filósofo acerca de um Estado de base contratual – conhecidas por muitos dos que emigraram da Inglaterra em direção às colônias –, começassem a se questionar acerca das relações entre a participação política e a validade das leis. Na medida em que as leis eram aprovadas pelo parlamento sem a participação ou representação dos colonos, e afetavam negativamente a vida, a liberdade e a propriedade – os direitos naturais do homem, para Locke – dos habitantes das treze colônias continentais, estes a partir das idéias do filósofo, começaram a questionar a validade dos atos do parlamento e, conseqüentemente, a legitimidade do Estado britânico como seu representante. Karnal (2007, p. 82) enfatiza como é possível identificar trechos da Declaração de Independência extraídos de Locke, em um documento que apresenta, ainda conforme Leandro Karnal (2007, p. 87), uma combinação de elementos racionais e de argumentos religiosos.

Evidentemente, as idéias de Locke sobre vida, liberdade e propriedade tinham, naquelas circunstâncias, interpretação muito particular. Infelizmente, é costumeiro, como se disse no item anterior, construir uma história dos "heróis", dos "mentores" ou "idealizadores" das independências da América. Tais esforços iniciaram-se como parte dos projetos de construção das novas nações americanas e devem ser interpretados dessa forma, como argumentos políticos, sem tomá-los como a "verdadeira história" das independências e compreendendo de que maneira eles persistem no presente. Se essas construções

têm peso significativo no caso da ex-colônias castelhanas, com "heróis" tais como Bolívar, San Martín, entre outros, e, portanto, cabe aos pesquisadores desconstruir os altares, a situação é ainda mais complexa no caso dos EUA. Destaca, sobre tal tema, Leandro Karnal (2007, p. 90): "A tradição política e historiográfica norte-americana elegeu alguns homens como 'pais da pátria' ou 'pais fundadores'. Eles figuram, com rostos felizes, nas também felizes notas de dólar. George Washington e Benjamin Franklin são dois dos mais destacados." Conforme explica Karnal (2007, p. 91-92), Washington representa uma parcela da nova pátria, masculina e de latifundiários ou comerciantes, enquanto Franklin representa outra parcela, protestante e marcada pela idéia de retribuição divina aos esforços. Assemelhando-se ao ocorrido nas independências das colônias hispânicas, escravos – que não se tornaram, nos EUA, imediatamente livres com a independência –, mulheres e pobres não são, propriamente, as camadas nas quais a liberdade será sentida e desfrutada tal como dela desfrutarão os mais ricos e livres. O alcance da idéia de "povo", nos novos Estados e nas nações em construção, precisa sempre ser debatido.

Como se intentou mostrar até este ponto, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX algumas áreas coloniais sob domínio espanhol ou britânico tornaram-se independentes, na América, por meio de processos marcadamente revolucionários, constituindo novos Estados e inaugurando épocas de intenso trabalho político, cultural e econômico visando a delimitação administrativa e social dos novos organismos estatais, o que, naturalmente, foi acompanhado de um movimento de produção e de embates pelo que se chama nação. Ver-se-á, a seguir, em olhar sucinto, como ocorreram tais processos históricos.

*1.3. A formação dos Estados e das nações na América hispânica: interpretações e características*

Os historiadores compreenderam que interpretar momentos de transição tais como as independências na América, que levam à constituição de novos Estados e nações, implica, obrigatoriamente, considerar a complexidade dessas conjunturas, caracterizadas por rupturas e continuidades. Nunca é demais enfatizar, assevera Marco Antonio Pamplona:

> Sabe-se muito bem que essas independências nos levaram à constituição de Estados-modernos e à soberania política, mas sob vários aspectos nos levaram também à manutenção das várias formas de dominação que existiram no passado, atualizando-as e permitindo que continuassem existindo no presente. (PAMPLONA, 2009)

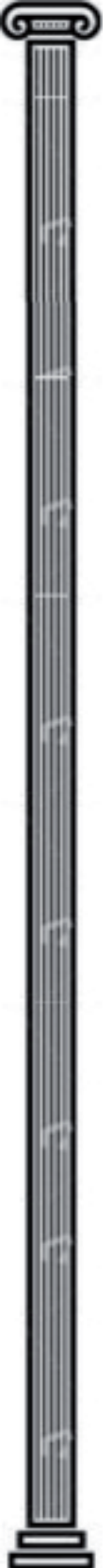
Nesse sentido, tomar como objeto, ainda que de forma breve, a formação dos Estados e das nações originados nos territórios antes partícipes do império espanhol na América implica adentrar temáticas de conteúdo eminentemente político, conteúdo ainda vivamente disputado em diferentes países latino-americanos e apropriado, como se pode perceber em lideranças dos últimos tempos, de maneira muito seletiva e com finalidades muito particulares. Afinal de contas, como disse François-Xavier Guerra, as revoluções de independência e os movimentos que as antecederam colaboraram para a configuração de um âmbito no qual se experimentava politicamente, mesmo que dentro de limites e parâmetros não tão desconhecidos:

> Os homens que lideraram o processo nacional de independência política na América Latina estavam imbuídos

> do ideário burguês liberal como justificativa de seus atos. Alguns por certo acreditavam profundamente naquilo que pregavam. Em nome das idéias de liberdade, igualdade jurídica, legitimidade da propriedade privada, entre outras, fizeram a independência e aceitaram mesmo algumas alterações mais profundas nas relações sociais porque tiveram que enfrentar situações-limites. (PRADO, 1994, p. 78)

Apesar de terem sido liderados por membros das elites coloniais, os movimentos de independência na então América hispânica colonial contaram, também, com a participação de inúmeros grupos sociais como indígenas, mulheres, escravos, pensadores, escritores, religiosos, funcionários públicos, membros das forças militares, cujas decisivas intervenções somente muito recentemente têm sido valorizadas e interpretadas pelos historiadores, como lembram Mäder e Pamplona (2007, p. 8). Os significados que os sujeitos históricos não vinculados às elites – portanto, não considerados "líderes", "heróis" ou "porta-vozes" dos movimentos – conferiram àquela circunstância e à "constituição dos novos vínculos entre as antigas colônias e a metrópole", momento em que tiveram que refletir e se manifestar acerca da "relação desenvolvida com aqueles outros que, com eles, passariam a compor as nações emergentes" (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 8), precisam ser conhecidos e analisados. As interdições dessas "vozes" ocorreram por um motivo razoavelmente fácil de compreender, indica Maria Ligia Prado (1994, p. 78):

> [...] conquistada a independência, esses homens [das elites] que tinham acreditado que as idéias fariam tudo mudar e se transformar começavam a refletir amargamente sobre o fracasso de seus projetos. Como a realidade não se alterava na medida de sua vontade,

> o culpado era encontrado rapidamente: o povo. O povo e seu atraso, o povo e sua ignorância, o povo e seu despreparo político. Sobravam muitas críticas também às metrópoles, identificadas, nessa perspectiva liberal, com o que havia de mais retrógrado na Europa: a religião, a Igreja, a Inquisição, o absolutismo real. Essa herança havia marcado o povo indelevelmente; a desordem, o caos, a anarquia foram as "respostas do povo" à "orgia" de liberdade. A contra-resposta possível, tida como a via única de pôr cobro aos "abusos", foi o autoritarismo, o governo forte e o alijamento dos dominados das decisões políticas. (PRADO, 1994, p. 78)

Poder-se-ia acrescentar: o povo, os dominados teriam seu lugar minimizado nas histórias nacionais a serem criadas durante o século XIX. Mas, neste momento, pretende-se tornar o mais preciso possível o caráter do processo inaugurado com as independências na América hispânica colonial, na primeira metade do século XIX, e continuado durante todo o século, diversificadamente. Marco Antonio Pamplona contribui para elucidar um pouco mais tal caráter:

> A proposta era muito clara – era o desejo da soberania política, apenas. Era a libertação mais do que a construção de uma nova liberdade, a construção de uma nova liberdade é algo que ainda está em processo. É algo que só se poderia mesmo pensar depois. Nós primeiro nos livramos do opressor e depois tivemos de arrumar a casa. E arrumar a casa é algo que se fez ao longo de muitos anos, não se fez de uma hora para outra. **E então tivemos, praticamente, todo o século XIX para a consolidação, montagem, formação desse novo**

> **Estado, para definir quem era e quem não era cidadão, quem vai ser, quem não vai ser**. **Em suma, cada Estado ou sociedade apresentou-nos um caminho diferente**. Uns mais flexíveis, liberais, para usar a linguagem da época, e outros mais conservadores, ou seja, querendo manter os antigos privilégios que existiam naquelas velhas sociedades e que foram mesmo mantidos em muitos lugares. (PAMPLONA, 2009, grifos nossos)

A imagem construída por Pamplona, da desocupação e posterior arrumação da casa, pode ajudar, assim, a entender que a formação dos Estados e das nações na América hispânica se deu em territórios que foram simbolicamente – e, em alguns casos, efetivamente – reocupados e reorganizados após as independências, revoluções que duraram décadas, em muitas regiões, e levaram a confrontos de propostas políticas múltiplas, oscilando entre a monarquia e a república como regimes mais adequados, discutindo se a escravidão deveria ou não ser abolida, entre outras polêmicas. De qualquer maneira, como diz Pamplona, trata-se "da construção de uma nova ordem. E tudo o que estiver ali terá que entrar em discussão." (PAMPLONA, 2009) Portanto, é equivocado, anacrônico e teleológico conceber os novos Estados e as novas nações *a priori*, como se preexistissem às independências. Mäder e Pamplona ressaltam os equívocos desse posicionamento:

> Ao se fazer isso, apenas projeta-se sobre esse momento uma experiência política inexistente, baseada em um conceito – o estado-nação – ainda em construção naquele período, e vários sentidos de nacionalidade utilizados atualmente, mas que só seriam desenvolvidos ao longo das décadas seguintes. [...] tal enfoque encobre aspectos importantes

> do processo de formação dos estados nacionais, tais como a emergência, no momento inicial da independência, de novas ou de já existentes entidades políticas soberanas no âmbito de províncias ou de cidades, embora não necessariamente representassem àquele momento qualquer ideal nacional. (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 9)

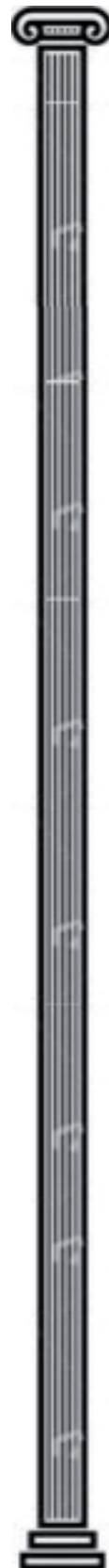
Para combater anacronismos e propor interpretações nas quais sejam valorizados os múltiplos projetos políticos e que entendam as independências como conjunturas marcadas pela possibilidade – e não pela inevitabilidade –, Marco Antonio Pamplona e Maria Elisa Mäder organizaram a coleção *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*, até o momento com quatro volumes. Na introdução ao primeiro volume da coleção, os autores ressaltam que a "conjuntura iniciada com o bloqueio napoleônico em 1807 marcaria a irrupção desses múltiplos projetos no mundo ibérico." (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 9), ou seja, o arranjo específico de fatores externos e internos, como alertou-se anteriormente, deve ser considerado em cada caso, e é por isso que nos capítulos que compõem os volumes da coleção são analisadas as independências de regiões específicas da América de colonização espanhola. Em comum entre os Estados e as nações que surgiam havia, de acordo com Maria Ligia Prado, alguns comportamentos das elites:

> Nesse longo caminho, os setores populares não puderam fazer face aos projetos antidemocráticos idealizados e levados à prática pelos vencedores. Não porque houvessem demonstrado passividade ou submissão, mas porque sua rebeldia não pôde ser canalizada por uma proposta alternativa vitoriosa e porque não tiveram força política

> suficiente para imprimir uma direção distinta às decisões dominantes, que acabaram por excluí-los dos direitos de cidadania. (PRADO, 1994, p. 79)

Não se pretende historiar em termos acontecimentais o processo que aqui se está chamando de formação dos Estados e das nações, o que implicaria tomar o século XIX hispano-americano como objeto e analisá-lo, pelo menos, desde os primeiros efeitos da expansão napoleônica em terras européias, seguindo pela discussão dos movimentos de independência iniciados na década de 1810, passando pelas guerras, conflitos e enfrentamentos entre ex-colonos e metrópoles e também entre ex-colonos e chegando aos arranjos, em fins de século, encontrados pelas elites. Isso para não mencionar os casos de independências temporalmente diferenciadas, com as de Cuba e Panamá, situadas no limiar do século XX.

Pelo contrário: parafraseando o título de um ensaio de Maria Ligia Prado (2004), é preciso, em consonância com o que se pretende e se pode fazer neste livro, mencionar que as investigações acerca desse processo de formação pós-independências revelam, cada vez mais, os "sonhos e as desilusões" dos líderes, das elites e dos setores populares após a emancipação. Trata-se de explicar que as formações dos Estados e das nações na América foram processos históricos multifacetados, conjuntura na qual, "ao longo da busca de autonomia política para esses jovens estados-nação, gestou-se na Espanha e na América uma particular cultura política, baseada menos em modelos estrangeiros e mais nas tradições e experiências próprias ao mundo hispânico." (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 19)

Entende-se, enfim, que o mais importante, neste livro, é esclarecer que "as lutas pela independência espalharam desejos e aspirações sociais que pediam soluções imediatas, mas que nem sempre eram fáceis

de ser alcançadas." (PRADO, 2004, p. 72) Diante dos enfrentamentos entre líderes dos movimentos e diversas camadas das populações, desde os poderosos a *los de abajo*, aos poucos o mundo originado pelas emancipações surge, em relatos, discursos, biografias, interpretações e histórias nacionais, entre outros textos caros ao século XIX, como "frustração", como resultado de um momento, conforme Prado (2004, p. 73), que despertou sonhos adormecidos e grandes esperanças, mas que, outrossim, conduziu a algumas decepções e desapontamentos. Em meio aos choques entre projetos e realidade experimentados pelos artífices dos novos Estados-nação e à insatisfação das parcelas menos favorecidas, econômica e socialmente, dos países recém-surgidos, as soluções das camadas dominantes tentavam minimizar as insatisfações:

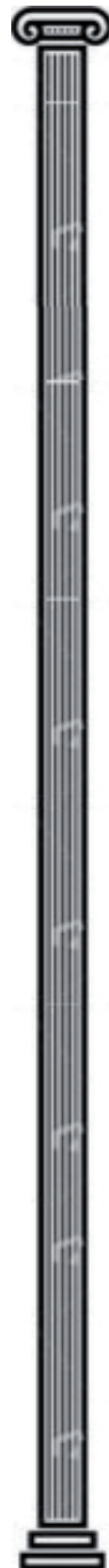
> Aqueles que dispunham de poder e traduziam os interesses econômicos dominantes tinham, diante de si, um rol de tarefas complexas. Era necessário construir novos Estados, com instituições que garantissem a ordem e o controle sociais, mas que também conferissem legitimidade aos que governavam. Grupos políticos antagônicos formavam-se, a Igreja lutava para não perder seu lugar hegemônico, debates furiosos travavam-se entre os que defendiam um governo centralizado e os que preferiam o federalismo. (PRADO, 2004, p. 73)

Prado lembra a desigualdade instaurada desde o início dos novos países na América hispânica, com as elites liberais impondo-se sobre a sociedade, desde o Estado, não sem conflitos provenientes da resistência dos chamados setores dominados. Além disso, para mencionar algumas das características comuns aos processos discutidos pela autora

em um de seus estudos: “os liberais tiveram que enfrentar os conservadores [...] nos casos mexicano e colombiano.” (PRADO, 1994, p. 79); tiveram que lidar, em Cuba e na Nicarágua, para citar exemplos, com “a ingerência externa direta norte-americana, que colocou em questão a própria existência de um Estado Nacional soberano.” (PRADO, 1994, p. 79); ou foram levados a um longo processo de disputas e negociações, como na Argentina, entre defensores da centralização do poder e partidários do federalismo. Todos esses eventos, acompanhados de perto pela Igreja católica e pelos países europeus que ainda almejavam, até certa época, a retomada de suas ex-colônias, criaram um quadro de grande complexidade no século XIX hispano-americano.

Ao término dos oitocentos, a formação dos Estados e das nações, se não parecia – ou não estava – efetivamente concluída, adquiriu contornos e limites um pouco mais precisos. Era o momento, para Maria Ligia Prado (1994, p. 79), de um arranjo entre liberais e conservadores, de uma fase de crescimento das economias latino-americanas, partícipes do sistema capitalista internacional, da manutenção da dominação social por meio do controle do mundo do trabalho, da busca pelo progresso econômico-tecnológico e pela ordem social, fosse um ponto de vista liberal ou conservador. Os últimos momentos desse ciclo de formação dos Estados e das nações revela que tentar entendê-lo genericamente, simplificadamente ou a partir de esquemas apriorísticos será sempre uma postura anacrônica e teleológica, por meio da qual serão encontradas, à força e equivocadamente, as respostas que se pretende e não aquelas que a investigação histórica a partir das fontes pode fornecer.

De qualquer maneira, como se intentou mostrar, o século XIX, nos territórios que haviam sido colônias castelhanas na América, foi o palco, afirmaram Maria Elisa

Mäder e Marco Pamplona, desde as questões motivadas pela chamada expansão napoleônica sobre a Península Ibérica, de "um conjunto de transformações [que] se mostraria irreversível [...] e modificaria o porvir do continente radicalmente daí para frente." (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 20) Para os autores, na introdução à mencionada coleção sobre as independências e as construções dos Estados e nações americanos, entre o Bloqueio de 1807 na Península e o ano de 1820 deu-se a afirmação precoce de "novos estados politicamente soberanos" nos territórios antes subdivididos em colônias de Espanha. E, concluem, quer "sob a forma de repúblicas modernas, quer de monarquias constitucionais, tornaram indelével o modelo que já no início do século XX se generalizaria para todo o hemisfério ocidental – o do moderno estado-nação." (MÄDER; PAMPLONA, 2007, p. 20) O século XX trouxe novos desafios para os Estados, política, social, econômica e administrativamente organizados, e para as nações, cultural, política, simbólica e identitariamente significadas, revelando que alguns embates dos oitocentos ainda persistiam e que outros apenas se iniciavam.

### *1.4. A formação do Estado e da nação: o caso dos EUA*

A principal diferença entre a formação do Estado e da nação nos Estados Unidos da América e a formação dos Estados e das nações na América hispânica está indicada na própria formulação da sentença que agora se escreve: nela, para tratar dos EUA, utilizou-se o singular, diferente do plural indispensável ao mencionar as ex-colônias espanholas. Ou seja, as antigas colônias castelhanas/hispânicas na América, segmentadas em vice-reinos e capitanias, deram origem a diferentes Estados-nação, enquanto as treze colônias britânicas continentais originaram, juntas, um novo país. Esses diferentes movimentos – pulverização, em um

caso, e agrupamento, em outro – evidentemente possuem explicações particulares. Apresentadas algumas explicações para o caso da América hispânica, é tempo de se dedicar às treze colônias continentais, ou melhor, aos EUA e à sua delimitação como Estado e nação.

A questão da unidade almejada diante da diversidade das experiências das treze colônias continentais estava posta aos artífices da independência. Não por acaso, a frase escolhida como lema do novo país foi a expressão latina *E pluribus unum*, ou seja, "de muitos, um", sentença encontrada, conforme indica Leandro Karnal (2007, p. 92), em inúmeros símbolos oficiais dos Estados Unidos da América. Sustentar a unidade, entretanto, seria tarefa alcançável, apenas, se a construção da nação, simbólica e estruturalmente, acontecesse de maneira cuidadosa, conciliando interesses e populações diversificadas, missão da qual se encarregaram, inicialmente, os membros da chamada Convenção da Filadélfia, na qual se discutiu, também, a Constituição dos EUA.

O problema da unidade estava tão presente nos debates sobre a Constituição que persistiu até o século XIX. Diz Karnal (2007, p. 92-93): "Unidade em torno de um governo central forte ou liberdade para as colônias agirem de forma mais autônoma? Esse problema fora levantado ainda antes da Independência e permaneceu mal resolvido até o século XIX, acabando por gerar a Guerra Civil Americana." Discutido de setembro de 1787 a maio de 1790, o texto constitucional invocava o povo como representante legitimador da base jurídica do Estado-nação, mesmo que, como recorda Karnal, por "povo" se entendesse, naquela circunstância, não todos os habitantes das ex-colônias – a maior parte alijada da participação política –, mas basicamente os líderes do processo de independência, "comerciantes, latifundiários e intelectuais urbanos." (KARNAL, 2007, p. 93) Emergiu das discussões

e proposições do Congresso um sistema federalista, uma república federalista presidencial na qual se almeja um equilíbrio entre os governos estaduais e o governo federal, instâncias, por sua vez, tripartidas, conforme tradição iluminista, em Executivo, Legislativo e Judiciário. Ademais, em virtude de sua amplitude, a Constituição criada por conta da independência dos EUA tornou-se longeva, durável e se manteve. Observa Leandro Karnal (2007, p. 94):

> Ao contrário da primeira Constituição brasileira, de 1824, a norte-americana estabelece princípios gerais e suficientemente vagos para garantirem sua estabilidade e permanência. À Suprema Corte dos Estados Unidos iria caber, no futuro, o papel de interpretar a Constituição e decidir sobre a constitucionalidade ou não das leis estaduais e das decisões presidenciais.

Os Estados Unidos, com sua emancipação política, afetaram a Inglaterra (temporariamente enfraquecida em termos militares, econômicos e estratégicos), a França (sociedade na qual os ideais de liberdade dos EUA começariam a se desenvolver contra a monarquia absolutista) e se tornaram exemplo e modelo na América, sendo observados por grupos dispostos a fomentar a criação de novos Estados nas áreas de colonização ibérica. Entretanto, cabem interrogações em relação aos limites do projeto do novo Estado-nação em seu nascedouro: qual era a abrangência da liberdade conquistada? Como as promessas e propostas da Constituição afetavam índios e negros? Questionamento semelhante foi feito em relação à criação dos Estados-nação na América castelhana/hispânica e o motivo para a formulação é simples: o historiador precisa estar atento aos descompassos entre projetos e práticas políticas, ou mesmo aos projetos políticos elitistas e excludentes. Se a América, ao adentrar o período de criação

dos Estados e das nações, converteu-se em um laboratório de experimentação política, é preciso ter em mente que nem todos os sujeitos históricos participaram dos experimentos igualmente.

Evidentemente, o "povo" não participaria do novo Estado e da nação em formação da mesma maneira que as elites. No que se refere aos índios, nunca incorporados de fato às sociedades coloniais britânicas (como se observou anteriormente), "a Independência foi negativa, pois, a partir dela, aumentou a pressão expansionista dos brancos sobre os territórios ocupados pelas tribos indígenas." (KARNAL, 2007, p. 95) Por sua vez, a emancipação, para

> [...] os negros escravos, foi um ato que em si nada representou. [...] No entanto, nem à Inglaterra (que dependia do trabalho escravo em áreas como a Jamaica) nem aos colonos – os sulinos em particular – interessavam que a Guerra de Independência se transformasse numa guerra social entre escravos e latifundiários, o que de fato não ocorreu. (KARNAL, 2007, p. 95)

Nota-se, portanto, que os Estados Unidos da América iniciaram seu processo de constituição como Estado-nação sob o signo da exclusão e da desigualdade social. De qualquer maneira, o processo foi muito significativo por estabelecer a "soberania 'popular' como elemento suficientemente forte para mudar e derrubar formas estabelecidas de governo, e [...] romper o elo entre governantes e governados quando os primeiros não garantissem aos cidadãos seus direitos fundamentais." (KARNAL, 2007, p. 96) O problema da liberdade se manteve como incontornável e foi motivo de debates, de polêmicas e de conflitos nos EUA a partir de fins do século XVIII:

> [...] Existia uma firme defesa da liberdade, a princípio limitada, mas que se foi estendendo em diversas áreas.
> Já nas dez primeiras emendas à Constituição, em 1791, os direitos e liberdades individuais são esclarecidos e aprofundados. Essas emendas, chamadas Bill of Rights, são muitas vezes consideradas mais importantes do que todo o texto da Constituição.
> A Primeira Emenda proíbe que se estabeleça uma religião oficial ou se limite o exercício de qualquer religião. A liberdade de expressão e a de imprensa são declaradas fundamentais e o povo tem o direito de reunir-se pacificamente e fazer petições contra um ato governamental que não lhe agrade. A Segunda Emenda garante o direito de cada cidadão ao porte de armas. [...] Outras emendas falam do direito ao júri, do direito a um julgamento público e rápido, proíbem multas excessivas e penas cruéis, e – no máximo do cuidado democrático – a Nona Emenda afirma que todos os direitos garantidos nas emendas não significam que outros, não escritos, não sejam válidos também.
> Surgia um novo país que, apesar de graves limitações aos olhos atuais (permanência da escravidão, falta de voto de pobres e de mulheres), causava admiração por ser uma das mais avançadas democracias do planeta naquela ocasião. (KARNAL, 2007, p. 96)

Enfim, a questão posta, diante da necessidade de estabelecer um novo Estado e uma nova nação, era “O que fazer com a liberdade conquistada?”, tal como indicam precisamente Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Morais em “Os EUA no século XIX”, segundo capítulo de *História dos Estados Unidos* (2007). Composto, como

lembram Fernandes e Morais (2007, p. 101), por regiões afastadas umas das outras geográfica, política, econômica e culturalmente, estabelecer os parâmetros para a efetivação da república foi apenas uma das dificuldades enfrentadas para garantir a superação da heterogeneidade e convencer as elites locais a abrirem mão dos seus interesses em prol de um projeto de Estado e de nação.

Conforme a memória oficial nos EUA, o construtor político do novo país foi Thomas Jefferson, intelectual que exerceu a função de terceiro presidente. Fernandes e Morais demonstram como Jefferson pretendia reduzir o peso do governo central, transformando os EUA num "lugar independente, democrático e auto-suficiente, guiado por pessoas virtuosas que marchavam em direção ao progresso." (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 102) Ameaçariam este projeto, em termos de política externa, os conflitos europeus de fins do século XVIII e início do XIX, e, no âmbito interno, a chamada expansão para o Oeste.

Em relação à França, houve certa tensão, no começo do século XIX, com o governo de Napoleão Bonaparte por conta do território da Louisiana, inicialmente francês. Por conta das preocupações napoleônicas na Europa, as exigências francesas logo se converteram em um oferecimento oficial de venda do território, comprado pelos EUA e simbolicamente tomado como um exemplo da expansão interna a partir de conquistas territoriais. Asseveram Fernandes e Morais que Jefferson demonstrava interesse nas terras a oeste, o "território selvagem". De acordo com os autores: "A 'marcha para o Oeste' nasceu [...] como símbolo de expansão do modo de vida da nova república nacionalista dos norte-americanos." (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 103) A distensão das fronteiras começara definitivamente. De qualquer maneira, as disputas em território europeu criaram problemas

comerciais e diplomáticos não totalmente resolvidos por Jefferson até 1809, data de encerramento do seu mandato.

Durante o governo do presidente seguinte, James Madison, os EUA se fortaleceram diante de conflitos com a Inglaterra e a Espanha. De um tratado celebrado com os espanhóis resultou a anexação da Flórida ao país. Por seu turno, o sucessor de Madison, James Monroe, instaurou:

> uma postura diplomática mais neutra, de não envolvimento em assuntos estrangeiros. [...] Denominada Doutrina Monroe, tal política foi anunciada no ano de 1823: em troca da não-intervenção dos europeus na América, o presidente prometia a não-interferência dos Estados Unidos nas questões exclusivamente européias. Ao mesmo tempo, colocava-se como juiz e guardião de todas as questões que pudessem envolver a América como um todo, tanto na parte central como no cone sul do continente. (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 105)

Tratava-se de uma medida que buscava evitar incursões européias em terras americanas, as quais poderiam, eventualmente, ameaçar sua autonomia, seu desenvolvimento em curso e seus interesses comerciais. Era uma medida de proteção do novo Estado e da nova nação diante de possíveis interferências. Enfim, "a Doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos da política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo." (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 106) Como em toda construção identitária, tal processo, nos EUA, resultou no estabelecimento de uma postura e de uma imagem do país em configuração para o mundo, sobretudo para as potências

mundiais, seus “outros” no cenário político, econômico e, posteriormente, cultural.

Estimulados pelo crescimento econômico experimentado até 1819, aproximadamente, os Estados Unidos abarcavam, em seu território, áreas de predomínio do trabalho escravista (no Sul) – nas quais se produzia, sobretudo, algodão e tabaco, além do comércio de escravos –, zonas de utilização do trabalho livre ao norte – com forte presença de atividades como tecelagem e de produção de diferentes objetos manufaturados, diante da escassez de terras férteis para a agricultura em escala ampla. Fernandes e Morais (2007, p. 107) mostram como, estimulados pelo ideal de progresso, os EUA buscaram desenvolver seu potencial energético, explorar as áreas abundantes em matérias-primas e, assim, alcançaram níveis de crescimento expressivo em meios de transporte, como na implantação das estradas de ferro. Mesmo após a diminuição do crescimento econômico, a partir da década de 1820, as ferrovias continuaram a se expandir, alterando profundamente as vinculações entre as diferentes áreas do território dos EUA, inclusive aquelas que se incorporariam na expansão para o oeste.

Aliás, a expansão territorial impunha uma discussão não facilmente solucionável: os novos estados componentes da federação, oriundos das áreas anexadas a oeste, deveriam ser escravistas (como os do sul) ou não-escravistas (como os do norte)? Em meio às polêmicas suscitadas por conta desse processo, a crise econômica deflagrada desde o início dos anos 1820 causou um influxo conservador e agrário em oposição ao progresso e ao estímulo do desenvolvimento tecnológico. Essa revitalização das tendências mais tradicionalistas pressionou, apontam Fernandes e Morais (2007, p. 110), os governos estaduais em relação à solução para questões trabalhistas, educacionais, monetárias, entre outras. Diante de um cenário de crise, as respostas

nacionalistas proliferaram, opondo, por exemplo, a valorização do "povo" à manutenção de privilégios da aristocracia. Confrontavam-se, outrossim, valores do norte e do sul, bem como emergiam os conflitos entre brancos e indígenas e as tensas relações entre o governo central e os poderes estaduais e locais se acirravam. Essas e outras questões permaneceriam em pauta até a Guerra Civil na década de 1860.

Aliás, a nação em processo carregava em seu núcleo contradições que não foram solucionadas, pelo menos em termos formais, até o final da Guerra Civil: a convivência de uma república pautada em ideais de liberdade e de uma economia sustentada, em diversas regiões, por amplos contingentes de africanos escravizados; a diversidade de origens étnicas e religiosas dos habitantes das colônias; as conflituosas relações entre indígenas e colonizadores, entre outras questões. Consolidar um Estado e uma nação sem superar completamente tais polêmicas exigiu a elaboração de políticas, de símbolos e de discursos – figurando, entre estes, a historiografia, a literatura, a pintura de temas históricos – capazes de instaurar o panteão de "pais fundadores" da nação – esculpidos nas montanhas de Black Hills – e de unificar o passado, recontado desde os *pilgrim fathers* que viajaram no navio *Mayflower*, em prol de uma causa, de um "Destino Manifesto" capaz de minimizar conflitos e homogeneizar diferenças. Disse Mary Anne Junqueira (2001, p. 38): "Os norte-americanos acabaram por criar uma versão da própria História, na qual alguns temas foram selecionados e valorizados ao extremo. Por outro lado, certos temas que também deram origem aos modernos Estados Unidos foram esquecidos."

Portanto, sob o signo do expansionismo, o processo histórico que resultou no estabelecimento dos Estados Unidos da América conciliou ambiguidades e antagonismos, conflitos e interesses díspares. Para atingir o objetivo de

construir em definitivo o Estado e a nação, a população dos EUA, inclusive as parcelas que não possuíam acesso pleno à condição de cidadãs (escravos e indígenas), tiveram que superar mais um obstáculo: a Guerra Civil. Em meio às cinzas do pós-guerra, na reconstrução do país após a vitória do norte, consolidaram-se as leituras do passado nas quais o "Destino Manifesto" era dominante e as instituições e estruturas que permitiram, desde fins do século XIX, a expansão dos EUA para além de suas fronteiras, como potência em escala mundial.

A Guerra Civil, também conhecida como Guerra de Secessão, foi, nesse sentido, mais uma prova à unidade. Mesmo não completamente antagônicas, como asseveram Fernandes e Morais (2007, p. 129), as regiões em torno das quais se polarizavam as forças políticas e econômicas, ou seja, o norte e o sul, visavam, em meados do século XIX, a expansão de suas atividades para áreas mais amplas. Pautado na valorização das terras livres e das atividades industriais, o norte se opunha ao sul apenas se desconsiderada a dimensão capitalista da escravidão e da produção agrícola do sul. Nesses dois complexos populacionais, culturais e produtivos, havia, inclusive, um elemento de aproximação muito poderoso, afinal, "a idéia da superioridade do homem branco era comum e inquestionável em ambos." (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 129) Todavia, as aproximações entre norte e sul não resistiram às profundas diferenças políticas e econômicas que conduziram à Guerra.

Com a crescente incorporação dos novos estados, surgidos da expansão a oeste, ao regime escravista do sul, desequilibrou-se o poder entre as áreas, quase provocando a secessão dos EUA em dois países. Conforme Mary Anne Junqueira, a Guerra "durou de 1861 a 1865 e terminou com cerca de 625 mil mortes. Os norte-americanos mortos na Guerra Civil superam, em número, as baixas somadas de todas as guerras do século XX que tiveram

participação dos Estados Unidos." (JUNQUEIRA, 2001, p. 65) Frequentemente associada a uma leitura romântica e nostálgica, a Guerra Civil, nessa perspectiva, seria, demonstra Junqueira (2001, p. 65-66), mais um capítulo do percurso que conduziu os EUA, das colônias ao presente, à condição de grande potência mundial, superando-se o atraso em nome do mundo moderno e industrializado. Em uma visão oficial, observa Junqueira, os EUA venceram a Guerra Civil, apenas da destruição em larga escala do sul. Contudo, obviamente, nem a vitória do norte estava pré-estabelecida ao início da Guerra (os sujeitos históricos que a vivenciaram, inclusive, não pensavam assim), nem o "destino" dos Estados Unidos como potência era previsível no início do conflito. Mais uma vez, deve-se desconfiar e criticar as leituras teleológicas da história, ainda que os efeitos da Guerra, para alguns especialistas, possam ser sentidos na sociedade estadunidense mesmo nos dias atuais. (JUNQUEIRA, 2001, p. 67)

Provocada, portanto, pelos desentendimentos diversos entre norte e sul, como em questões alfandegárias, em polêmicas sobre a dominação territorial e acerca do valor das terras anexadas durante o expansionismo, a manutenção ou o combate à escravidão, sem dúvida, tornou-se um dos temas mais polêmicos da contenda. Enquanto o norte propugnava o abolicionismo, o sul baseava sua economia na exploração de um contingente que se aproximava dos 4 milhões de negros de origem africana, o que compunha quase metade da população total do sul. Evidentemente, a abolição não interessava aos sulistas, mesmo que, como se deve observar, tanto os homens brancos do norte quanto os do sul considerassem os negros inferiores e não civilizados. Nesse sentido, inclusive alguns que se diziam defensores da abolição, afirma Junqueira (2001, p. 75), defendiam a tutela branca sobre os negros libertos e não aceitavam que os ex-

escravos tivessem os mesmos direitos que a população de pele branca.

Em uma luta desigual em todos os sentidos, por conta da superioridade numérica, estratégica e armamentista do norte, o enfrentamento entre as tropas lideradas pelos *farmers* do sul – defensores de um modo de vida, de suas tradições, da escravidão e da autonomia/secessão em relação ao norte – e as elites do norte – armadas em nome da união do Estado e da nação – terminou, em 1865, com o contingente mencionado anteriormente de mortos (625 mil) e cerca de 50 mil mutilados entre os sobreviventes. Observa Mary Junqueira que muitas cidades, sobretudo as do sul, "ficaram quase sem homens entre 18 e 60 anos." Enfim, tratava-se de um país "arruinado [que] precisava reerguer-se e, novamente, reconstruir a unidade nacional." (JUNQUEIRA, 2001, p. 85) O processo, chamado por vezes de "reconstrução", configurou-se como uma ampla iniciativa estatal para a reintegração do sul à nação, econômica, política e culturalmente. Os direitos sociais foram ampliados até a conquista do voto pelos negros, em 1870. As tensões étnico-raciais não resolvidas re-emergiram e começaram a aparecer, nos EUA,

> organizações secretas, ilegais e paramilitares constituídas exclusivamente por homens brancos. Eram os Cavaleiros da Camélia Branca, a Irmandade Branca, a Associação 76 e a bem estruturada Ku Klux Klan. Essas organizações procuravam intimidar os negros por meio de assassinatos, linchamentos e espancamentos. Faziam pressão para "restabelecer a supremacia branca" nos estados que se encontravam sob o trabalho de *reconstrução* estabelecido pelos nortistas, considerados opressores. (JUNQUEIRA, 2001, p. 90)

Como se pode notar, o racismo era apenas um dos indicativos de que a nação "reconstruída" mantinha suas cisões estruturais. Sem o apoio devido do Estado contra as atrocidades cometidas contra ela, a população negra dos EUA viu-se diante de uma versão da história do país, elaborada durante a "reconstrução", que apresentava os Estados Unidos como "uma nação indivisível e [na qual se dizia que] a guerra fora [...] um acontecimento inevitável. Mais que isso: [...] uma "guerra necessária", pois o país – para manter sua unidade e cumprir seu "destino" – precisava por fim à escravidão, sistema que 'corrompia os princípios morais norte-americanos." (JUNQUEIRA, 2001, p. 91) Os EUA, livres das amarras que os prendiam ao atraso, poderiam seguir em direção ao "'destino' de sucesso que lhe reservava a Providência" (JUNQUEIRA, 2001, p. 91), do qual não faziam parte, evidentemente, negros e índios, ao menos não da mesma forma que os brancos, anglo-saxões e protestantes. A nação, elaboração simbólica, inventada e reinventada inúmeras vezes durante o século XIX, estava longe de corresponder à sociedade que ela pretendia representar.

* * *

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES**

Por que se disse acima que o Estado-nação (ou Estado nacional) é uma noção típica do século XIX, tanto na Europa quanto na América, e que se transformou em modelo ocidental generalizado a partir do século XX? Não havia, antes do século XIX, na Europa, Estados? Se havia, por que eles eram diferentes dos Estados do século XIX? E nações, quando elas surgiram no sentido moderno que se atribui ao termo? Explica o historiador João Paulo Garrido Pimenta (2002, p. 20):

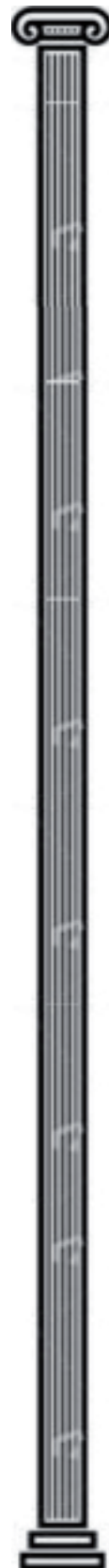
"[...] nesta nova forma de organização política [o Estado nacional moderno], o exercício da soberania não é mais um atributo do monarca ou do chefe de Estado, mas da *nação*, ou seja, da coletividade formada por novas condições de pacto entre os homens.
A diferença fundamental entre a territorialidade dos Estados do Antigo Regime e a dos Estados nacionais está em que, no último caso, o exercício da soberania impessoal conjuga-se com a necessidade de pleno controle de uma economia centralizada (ausência de monopólios, mercado interno unificado), do que decorre a imperiosidade do encerramento da ação do Estado em fronteiras nacionais contínuas e devidamente estabelecidas, evitando ao máximo as variações territoriais tão familiares à política do Antigo Regime. Nesta fórmula, portanto, o território é tanto o suporte físico de existência do Estado como da nação. Como bem afirma Hobsbawm, 'a equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais.'"

Para melhor entendimento dessa questão, sugere-se a leitura dos seguintes livros, além daqueles citados nas referências bibliográficas específicas deste capítulo:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

PAMPLONA, Marco A. V.; STUVEN, Ana Maria (orgs.). *Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond / Faperj, 2010.

PAMPLONA, Marco A. V.; DOYLE, D. H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo*: a formação do estado-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record Ed., 2008. PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.


Pretendeu-se demonstrar, neste capítulo, as características gerais e algumas das interpretações acerca dos processos de independência ocorridos na América de colonização castelhana (ou espanhola) e na América de colonização britânica (ou inglesa) a partir da segunda metade do século XVIII, bem como problematizar, nos seus aspectos gerais, as formações dos Estados e das nações americanas no século XIX. Não se objetivou, em nenhum momento, esgotar o debate a respeito dessas temáticas, mas indicar, desde um diálogo com a historiografia especializada, possíveis leituras e questionar interpretações limitadas. Encerra-se o capítulo com a convicção de que os processos históricos associados às independências e à formação dos Estados e das nações na América foram explicitados no que eles possuem de fundamental, ou seja, a convivência entre continuidades e rupturas em relação ao mundo colonial e o esforço de elaboração política, cultural, econômica e social das áreas emancipadas como países. É preciso lembrar que as identidades nacionais – como quaisquer identidades, aliás –, enquanto elaborações em permanente transformação, continuam a se alterar até o presente, conferindo a esses países novos contornos e fazendo com que sejam apreendidos de forma muito dinâmica.

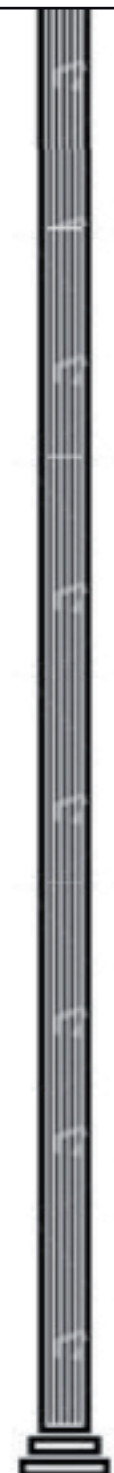
*    *    *

CAPÍTULO 2

# Política, Cultura e Sociedade na América (Século XIX e XX)

O propósito, neste capítulo, é abordar alguns dos processos políticos, culturais e econômicos mais significativos da história da América nos séculos XIX e XX, processos relacionados à construção das identidades nacionais e supranacionais, aos debates acerca dessas identidades e às vinculações, tanto internamente quanto externamente, entre os países da América Latina e os Estados Unidos da América. Serão problematizadas as características gerais dessas relações interamericanas, com o intuito de verificar, minimamente, suas repercussões internamente e externamente. Para tanto, optou-se por privilegiar o Brasil como um dos atores históricos desses momentos, partindo-se da compreensão que o pertencimento dos brasileiros à América Latina é inegável e que a análise das identidades e das alteridades garante a compreensão mais adensada da história brasileira, da história latino-americana e mesmo da história estadunidense. Tal como no primeiro capítulo, não se objetiva esgotar o debate a respeito dessas temáticas, mas indicar, desde um diálogo com a historiografia especializada, possíveis leituras e questionar interpretações limitadas.

## *2.1. O Brasil e a "outra América": identidades em construção e em conflito*

Quando questionado a respeito do pertencimento ou não do Brasil à América Latina, é possível que um brasileiro tivesse dúvidas, nos dias atuais, acerca da resposta. Boa quantidade de pessoas talvez respondesse, sem hesitar, que brasileiros não são latino-americanos, pois os povos

da América Latina se diferenciariam em vários aspectos (culturais, sociais, econômicos, políticos) do Brasil. Outros tantos ainda justificariam essa resposta a partir das aulas de História de outrora em suas vidas, lembrando-se dos professores que se esmeraram na diferenciação dos processos de independência do Brasil e dos (demais) países latino-americanos, processos que teriam culminado na formação de Estados e nações muito diferentes, a começar pelo idioma utilizado em cada um deles.

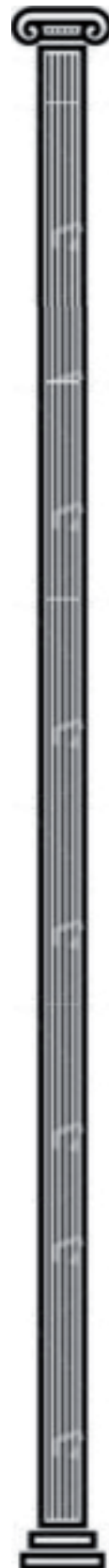
Raro é o brasileiro não vinculado à área de História (ou a áreas afins) que sabe explicar quais são os critérios utilizados para definir ou não um país como pertencente à América Latina. Mais ainda, seria muito difícil encontrar indivíduos capazes de problematizar a fragilidade desses critérios de pertencimento ou exclusão, a não ser entre os especialistas na história da América. Pretende-se, aqui, historicizar brevemente as relações entre o Brasil e a muitas vezes chamada "outra América", a América de colonização hispânica/castelhana, tentando compreender como as aproximações e afastamentos entre os brasileiros e os demais latino-americanos estão inscritas em processos de construção de identidades nacionais e supranacionais marcados por inúmeros atores históricos, entre eles os EUA.

Uma das principais dificuldades para a melhor definição das relações entre Brasil e países de colonização hispânica ao longo da história reside, afirmou Maria Helena Rolim Capelato, na ausência (ou, pelo menos, na pequena freqüência, se comparados aos estudos Brasil-EUA) de estudos a respeito da história brasileira no que se refere aos seus vínculos, aproximações, afastamentos, proximidades e diferenciações da história dos países de origem hispânica. Houve um crescimento desses estudos nos últimos vinte anos, graças aos esforços dos especialistas em História da América e de sua busca por trilhar os caminhos da história comparada, nas suas mais diversas modalidades. Essa

ampliação da produção é indispensável para mostrar, como o fez Capelato em seu ensaio "O 'gigante brasileiro' na América Latina: ser ou não ser latino-americano", de que maneira "governantes brasileiros, intelectuais, políticos, educadores e jornalistas", entre outros, "se posicionaram diante dos países da América Latina [...]." (CAPELATO, 2000, p. 287) No caso do ensaio em pauta, Capelato tomou como objeto o século XX, "com o objetivo de contribuir para situar melhor o Brasil no contexto latino-americano [...]." (CAPELATO, 2000, p. 287) Evidentemente, o século XIX também pode e deve ser analisado sob este prisma, como alguns autores o fizeram, entre eles Leslie Bethell, no artigo "O Brasil e a ideia de 'América Latina' em perspectiva histórica", publicado em 2009. Este ensaio de Bethell, a propósito, explica o processo de constituição da noção de América Latina – que não existia até a segunda metade dos oitocentos – e algumas das apropriações e utilizações do conceito.

Como ressalta Maria Helena Capelato, a "história latino-americana se apresenta, até hoje, como uma história marginal, periférica em relação à européia vista como mais importante para a humanidade." (CAPELATO, 2000, p. 287) Ainda que originada sob o signo do eurocentrismo, esta maneira de considerar a história da América Latina teve, diz Capelato, "boa acolhida entre nós e tem sido reproduzida até os dias de hoje." Afinal, quer seja na constituição dos novos Estados e das nações, durante o século XIX, ou nos períodos mais recentes, "a realidade e a história dos países de origem ibérica foram, freqüentemente, desqualificadas ou vistas como atrasadas em relação aos países que atingiram etapa mais avançada de desenvolvimento." (CAPELATO, 2000, p. 287) A breve discussão que aqui se propõe, em diálogo estrito com o ensaio de Capelato, visa integrar o conjunto de leituras nas quais se critica veementemente as interpretações mencionadas anteriormente, em que

se valorizava tal "concepção progressista e etapista" da história. É preciso criticar essas leituras, ainda influentes na cultura histórica brasileira, pois elas não consideram "a complexa relação dos países latino-americanos entre si, e destes com os Estados Unidos." (CAPELATO, 2000, p. 287)

A opção de Capelato, em seu ensaio, foi interpretar "as representações que os brasileiros constituíram sobre seu lugar e seu papel na América." (CAPELATO, 2000, p. 287) Essas representações identitárias naturalmente revelam o outro ou os outros em relação aos quais se pretende diferenciar e, portanto, permitem conhecer a história latino-americana, bem como garantem a oportunidade de analisar a presença ambígua do Brasil na América Latina. Nesse sentido, os brasileiros precisam conhecer de que forma "prosperou [desde a independência] a crença num 'destino manifesto' que reservava ao Brasil um futuro grandioso no continente" (CAPELATO, 2000, p. 287) e como e quando se deram as vinculações entre este país e os países da América de colonização espanhola. Proximidades e afastamentos precisam ser analisados.

Para alcançar seu objetivo, Capelato recuperou "alguns momentos de aproximação e conflito do Brasil com os países do Cone Sul, dando destaque às relações com a Argentina, porque, desde o início de suas histórias, as duas nações disputaram a hegemonia na região." (CAPELATO, 2000, p. 288) Essas relações entre o Brasil e os vizinhos do sul, bem como com os demais latino-americanos, foram, ao longo da história, tensas, pois o "gigante" costumou tratar os demais como mais fracos diante da "futura grande potência." (CAPELATO, 2000, p. 288) Enfim, em meio aos debates acerca da construção de uma identidade supranacional – da ideia de América Latina – e das discussões internas a cada país a respeito das suas identidades, o Brasil oscilou entre ser ou não ser latino-americano, bem como os demais

latino-americanos relutaram, em alguns momentos, em considerar o Brasil enquanto tal. Afinal, explica Capelato, que a “América hispânica foi vista, desde a independência brasileira, como a ‘outra’ América, aquela na qual não se deveria mirar.” (CAPELATO, 2000, p. 288) Capelato, aliás, lembra a formulação de Maria Ligia Prado, inspirada em Edmundo O’Gorman: “O Brasil é, e ao mesmo tempo não é, a América Latina.” (PRADO apud CAPELATO, 2000, p. 289) É indispensável estar atento a tal movimento dialético.

No que se refere ao século XIX, mais especificamente ao Império, Capelato mostra que:

> [...] a situação brasileira [durante o Império] contrastava fortemente com a das ex-colônias hispânicas, que se fragmentaram após as lutas sangrentas da independência, perpassadas por fortes conflitos entre poderes locais e centralistas. O processo de configuração das repúblicas foi lento, completo e marcado por conflitos internos. Os brasileiros interpretaram essas dificuldades como expressão da anarquia e desordem que caracteriza o regime republicano. Em contrapartida, os vizinhos republicanos criticaram, durante todo o século XIX, o regime imperial e escravocrata. Orgulhosos de terem se integrado na modernidade, afirmavam que as instituições brasileiras eram retrógradas. (CAPELATO, 2000, p. 289)

Intelectuais dos países de origem hispânica, como o argentino Domingo Faustino Sarmiento, problematizaram os indícios de “barbárie” na América, que impediriam a instauração plena da “civilização”, entre eles, a escravidão brasileira. Pensadores e políticos das nações de origem hispânica também temiam as pretensões de dominação do Brasil, entre eles Bolívar, que excluiu os brasileiros de seu projeto de confederação. Era, pois, um movimento de dupla

procedência: "as repúblicas hispânicas retratavam o Brasil como representante do 'Antigo-Regime' e da 'contra-revolução' na América; o império que se autoproclamava expressão da ordem e da unidade desqualificava as 'republiquetas' frágeis, incapazes de fazer frente ao 'Gigante' brasileiro." (CAPELATO, 2000, p. 290) Como se disse anteriormente, esses enfrentamentos se deram em conjuntura de formulação e efetivação dos projetos de nação. Nessa circunstância, o governo brasileiro elaborou "uma identidade nacional que se baseava na valorização das singularidades nacionais e postura de superioridade em relação à 'Outra' América. **A partir dessa época forjou-se a imagem de um Brasil fora da América Latina**." (CAPELATO, 2000, p. 290, grifos nossos) Afinal, no plano das discussões e dos projetos político-identitários, o Império do Brasil:

> [...] não se identificou com nenhum projeto de unidade, proposto por representantes de nações hispânicas [...]. Não se fez presente nos congressos e não participou dos tratados que resultaram em integrações econômicas entre países sul-americanos. Permaneceu de costas para seus vizinhos do Sul. (CAPELATO, 2000, p. 290)

Com a fronte fixamente voltada para a Europa, o Brasil afastou-se expressivamente da "outra América", a qual, por sua vez, também se distanciou dos brasileiros. Somente com o advento da República, em fins do século XIX, houve alguma alteração nesse quadro, por meio de "tentativas de aproximação e projetos de cooperação com a América Latina." (CAPELATO, 2000, p. 290) Entretanto, quando considerada a "visão do Brasil na América Latina, os intelectuais republicanos incorporaram os prognósticos do período anterior." De qualquer maneira,

"a trajetória proposta para se atingir um futuro grandioso apresentava divergências [em relação ao Império]. Muitos eram favoráveis à imitação do modelo norte-americano na direção do progresso, mas havia os que se opunham a esse caminho." (CAPELATO, 2000, p. 292) Ou seja, nesta conjuntura republicana, os Estados Unidos interpunham-se nas relações entre o Brasil e a "outra América" e, por isso, não podem ser desconsiderados. Conforme mostra Capelato (2000, p. 292-298), intensificaram-se, naquele momento, os debates entre intelectuais brasileiros acerca da proposta pan-americanista, gestada pelos EUA, de integração dos países americanos.

Por meio de livros ou da imprensa, pensadores como Eduardo Prado, Oliveira Lima, José Veríssimo, Manuel Bomfim, até, aproximadamente, os anos 1930, empenharam-se na discussão das vantagens e desvantagens da aproximação com os EUA, e, em meio a essas reflexões, avaliaram, outrossim, as relações entre o Brasil e a "outra América", avaliação inevitavelmente mediada pelas comparações com os Estados Unidos. Vinculavam-se esses homens a uma tradição ensaística que se ampliava, da qual se costuma destacar obras como *Ariel*, do uruguaio José Enrique Rodó, crítica aos Estados Unidos. As intervenções militares dos EUA em diversos países do continente impeliram muitos a utilizarem as páginas dos jornais para debates as ambigüidades do pan-americanismo e criticar os admiradores dos *yankees* – a respeito desses debates, ver o estudo de Kátia Gerab Baggio (1998). Enfim, nesses anos da chamada Primeira República brasileira, "apesar da significativa adesão à política do 'pan-americanismo', houve reação aos EUA; e [...] apesar das visões negativas sobre as nações hispânicas, houve manifestações de solidariedade aos países agredidos pelos norte-americanos; a partir das intervenções [dos EUA em diversos países], foram feitas propostas de unidade para a defesa das soberanias nacionais

ameaçadas pelo domínio do Norte." (CAPELATO, 2000, p. 298) Evidentemente, neste momento, o pertencimento do Brasil à América Latina foi analisado e pormenorizado se comparado ao período imperial.

O período Vargas representou, para as relações entre o Brasil e os países do Cone Sul e da América Latina, ocasião de aprofundamento, enquanto se dava distanciamento ou, pelo menos, ambigüidade nas relações com os EUA. Explicita Capelato (2000, p. 299) que foram firmados convênios com países como Argentina, Colômbia, Guatemala e México visando a cooperação intelectual e política, afetando, inclusive, o ensino de História e Geografia. (CAPELATO, 2000, p. 299) O estreitamento dos laços com a América Latina se deveu, diz Capelato, também a uma "reação à política norte-americana do *big stick*, que resultou em propostas de unidade latino-americana." (CAPELATO, 2000, p. 300) Intervenções como a empreendida na Nicarágua motivaram debates nas Conferências Pan-americanas (ou Interamericanas) e suscitaram iniciativas de "solidariedade, cooperação e união da América Latina" (CAPELATO, 2000, p. 300) contra os EUA, pelo menos no que dizia respeito à soberania nacional. Constituía-se tensão entre a solidariedade continental de corte latino-americanista e as alianças com os EUA, tensão aprofundada por conta da Segunda Guerra Mundial e as pressões européias para o estabelecimento de acordos com os países da América Latina.

Encerrada a grande guerra e o primeiro período Vargas, mostra Maria Helena Rolim Capelato, coexistiram:

> [...] dois movimentos diferentes em relação à unidade americana: de um lado, a tentativa de constituição de uma identidade latino-americana; de outro lato, a institucionalização do sistema interamericano que, além de englobar os EUA, confirmava e legitimava sua liderança política no continente. **Nesse**

> **contexto, o termo América Latina assumiu um significado implícito de diferença opositora em relação ao "grande irmão do Norte"**. Os nacionalismos latino-americanos denunciavam o "imperialismo norte-americano". Os brasileiros manifestaram-se contra o governo Dutra que se alinhara completamente aos EUA. (CAPELATO, 2000, p. 302-303, grifos nossos)

Tratava-se, uma vez mais, de situação tensa e multifacetada, pois se alguns almejavam um projeto político "que pensava a América Latina no seu conjunto e pretendia aproximar os países da América Latina tanto no que se referia aos diagnósticos dos problemas como às soluções para superá-los" (CAPELATO, 2000, p. 303), no plano governamental, pelo menos durante o mandato de Dutra, o Brasil se alinhou aos interesses dos EUA e distanciou-se dos latino-americanos, destacadamente da Argentina, que, sob a administração peronista, pretendia se manter eqüidistante dos EUA e da URSS. (CAPELATO, 2000, p. 303)

Nos anos 1950 e 1960, a política externa independente praticada pelo Brasil, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, reaproximou os brasileiros dos demais latino-americanos. Todavia, na imprensa brasileira persistiam tanto a exclusão do Brasil da América Latina quanto as críticas aos países latino-americanos, considerados pequenos e atrasados quando comparados à grandeza e desenvolvimento do "gigante". Destacavam-se os golpes de Estado e as ditaduras instauradas, conformando-se um "retrato negro da América Latina", que, após o advento da Revolução Cubana, "passou a ser pintado em vermelho"; foi um momento no qual a "'vocação latino-americana para as ditaduras' passou a ser vista como solo fértil para o comunismo. Esse perigo que deveria ser estancado imediatamente." (CAPELATO, 2000, p. 306)

Aliás, como evidencia Capelato, a imprensa brasileira que representava os interesses das elites nacionais chegou a louvar a vitória de Fidel Castro e seus aliados, mas, quando o governo se definiu como socialista, radicalizou a crítica. Capelato, a respeito de tais construções e representações políticas, assinalou uma questão muito importante: "Desde essa época, Cuba e Fidel Castro povoam o imaginário brasileiro como símbolos da violência, terror, tirania, miséria. Todos os estereótipos sobre a América Latina concentraram-se nas imagens produzidas no Brasil sobre Cuba e Fidel." (CAPELATO, 2000, p. 307) É possível, enfim, identificar as origens desses estereótipos e combatê-los nas aulas de História e, de forma mais ampla, na cultura histórica brasileira.

De qualquer maneira, os governos brasileiros defenderam a não intervenção em Cuba, mesmo apos acirramento dos ânimos entre os cubanos e os estadunidenses, postura que, inclusive, não agradou os EUA. Não por acaso, a partir dos anos 1960, os Estados Unidos apoiaram uma série de golpes civis-militares na América Latina, com o intuito de, entre outros objetivos, impedir o avanço dos "ideais cubanos" entre os latino-americanos. No entanto, mesmo no Brasil, a política externa do período ditatorial (1964-1985) se caracterizou pelas oscilações em relação ao apoio aos EUA. (CAPELATO, 2000, p. 309) Afinal, quando o Brasil alcançou algum desenvolvimento econômico, reavivou-se a pretensão imperialista brasileira, marcada pela "exacerbação de um nacionalismo agressivo, [...] que buscava *status* de potência hegemônica na América do Sul." (CAPELATO, 2000, p. 310) Ao longo dos anos 1970, a busca pela hegemonia foi gradativamente substituída por uma presença brasileira em uma América Latina que tinha necessidade de se posicionar frente à multipolarização dos centros de poder. (CAPELATO, 2000, p. 310) Ampliaram-se os acordos com os países latino-americanos, mesmo

que não tenham desaparecido os conflitos. Em todo o caso, os militares brasileiros chegaram a perceber que os EUA e seus interesses poderiam representar obstáculos "às pretensões de transformar o Brasil em 'grande potência'." (CAPELATO, 2000, p. 312) O Brasil chegou a alcançar, efemeramente, nos anos 1970, a principal posição entre os países da América do Sul, o que implicou, necessariamente, uma aproximação com a América Latina, permeada por conflitos e tensões.

Os anos 1980 trouxeram novos elementos às relações Brasil e América Latina, mediadas pelos EUA. No caso da Guerra das Malvinas, por exemplo, enquanto o Brasil apoiou indiretamente a Argentina, os Estados Unidos declararam apoio à Grã-Bretanha. (CAPELATO, 2000, p. 313) Evidentemente, aproximaram os latino-americanos e em conjunto construíram estratégias de afastamento e crítica dos EUA. Tais aproximações, aos poucos, converteram-se em iniciativas integracionistas, as quais, em 1991, originaram o Mercosul. Na conjuntura desde então vivenciada, não desapareceram as tensões históricas que afastam e afastaram brasileiros e os demais latino-americanos, mas tem sido visíveis os esforços para a concretização de uma posição brasileira efetivamente latino-americana. Poder-se-ia citar não somente as medidas ligadas ao Mercosul, de caráter econômico, mas iniciativas políticas, de aproximação entre os governos e entre setores da sociedade civil (inclusive movimentos sociais), bem como a crescente colaboração cultural entre os latino-americanos, desde o ponto de vista acadêmico até o artístico, com resultados cada vez mais interessantes. Disse Capelato (2000, p. 315):

> [...] a integração do país no Mercosul significou, num certo sentido, a tomada de consciência de que o Brasil faz parte da América Latina e como tal

> enfrenta as dificuldades advindas da posição histórica que a região ocupa na América e no mundo. No império voltou as costas para a vizinhança e ao longo do século XX continuou sonhando com o despertar do “Gigante adormecido”. Mas festejará a passagem do milênio interagindo com a “Outra América”. Essa realidade obrigou os brasileiros a reverem seus projetos de hegemonia e o significado de sua identidade no continente. A crise dos últimos anos mostrou, como nunca no passado, que a América Latina não é a “Outra América” desprezada mas a “Nossa América”, com a qual nos identificamos em busca de soluções para os problemas comuns. Essa nova realidade pode não trazer o desenvolvimento esperado, mas pode ser positiva no sentido da desmistificação dos mitos e utopias construídos a partir de projetos voltados mais para o futuro do que para o presente e para o passado.

Se ainda houver, no Brasil, alguém, portanto, de costas para a “Outra América”, servilmente dócil à Europa e aos Estados Unidos, é tempo de, por meio da historiografia e de outros saberes, conhecer os motivos que tornam os brasileiros latino-americanos. Não é preciso aguardar leis ou iniciativas governamentais para que a integração ocorra: basta que sejam combatidos os preconceitos e os estereótipos e compreendidos os motivos que levaram aos afastamentos, os quais podem e devem ser vistos como questões históricas e não como rivalidades insuperáveis. Ademais, não se pode desprezar as aproximações entre os países da “Nossa América”, tanto quanto é indispensável entender qual a relevância dos EUA na construção de vinculações ou de inimizades entre os latino-americanos. O Brasil pode manter suas dúvidas (ser ou não ser?), mas precisa entender que sua identidade, dialeticamente, se construiu em função de suas

relações com a América Latina e, nesse sentido, não conhecer o outro é desconhecer a si mesmo.

A respeito das relações entre o Brasil e os demais países da América Latina, recomenda-se a leitura dos seguintes estudos, além, obviamente, do ensaio de Maria Helena Rolim Capelato que originou a exposição acima:

BAGGIO, Kátia Gerab. *A "outra" América:* a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2590>. Acesso em: 01 jul. 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo/Bauru: Edusp/Edusc, 2004.

* * *

### *2.2. Os EUA e a América Latina: o imperialismo estadunidense e suas relações com a história brasileira*

Em virtude do desenvolvimento industrial alcançado pelos EUA nas últimas décadas do século XIX, o Estado-nação ainda em construção no território estadunidense, apesar de suas inúmeras contradições internas (como se apontou anteriormente), pôde se afirmar, desde fins dos oitocentos, "como uma potência não-européia, tal como o Japão e a Rússia." (JUNQUEIRA, 2001, p. 98) Tratava-se de tomar atitudes motivadas por dois propósitos fundamentais: "Além da busca de novos mercados, o temor de que o avanço da colonização européia na Ásia e na África se voltasse também para as Américas levou os

norte-americanos a procurarem dominar a América Central e as ilhas do Caribe." (JUNQUEIRA, 2001, p. 99) Ou seja, supostamente atemorizados pelas forças estatais de fins de século e seus comportamentos imperialistas, os EUA, a partir de então, se tornaram uma potência imperialista em escala mundial.

É preciso, todavia, ter atenção para a seguinte questão: ao contrário do que se costuma pensar e difundir, em salas de aula da Educação Básica e do Ensino Superior, o imperialismo estadunidense teve, além das dimensões política e econômica, uma face cultural muito poderosa. Apesar de ser possível notar essa dimensão cultural da dominação imperialista dos EUA com relativa facilidade, não raro ela é desprezada nos esforços de compreensão da presença internacional dos estadunidenses desde o século XIX. Mary Anne Junqueira (2008, p. 122) observou a esse respeito, em artigo de sua autoria, a necessidade de redimensionar a problemática do imperialismo nos Estados Unidos, a partir do diálogo com a chamada crítica pós-colonial. Tal redimensionamento das características do imperialismo dos EUA garante a compreensão da complexidade das relações entre os EUA e outros países. Aliás, enfatizou Amy Kaplan, em argumentos expostos por Mary Junqueira (2008, p. 122), "que o imperialismo para ser bem compreendido pode e deve ser investigado a partir do prisma da cultura, expondo assim a complexidade que o tema carrega." Em sentido semelhante, Gilbert Joseph (também conforme indica Mary Junqueira) afirmou a necessidade de que "os estudos das relações entre Estados Unidos e América Latina sejam compreendidos como um campo complexo, envolvendo múltiplos agentes, eivado por elaboradas construções culturais e com resultados imprevisíveis." (JUNQUEIRA, 2008, p. 122) Ou seja, não é mais possível entender e reafirmar, na área de História, as relações entre EUA e América Latina (e mesmo com o

restante do mundo) a partir de interpretações simplistas, generalistas e unilateralistas. Política, cultura e economia devem ser postas em pauta e pensadas, de fato, em termos relacionais.

Adotar tal postura interpretativa, na qual se considera os sujeitos que interagem com os EUA como atores históricos, não significa, obviamente, afirmar que os Estados Unidos não tiveram papel de dominação nos séculos XIX e XX. Muito pelo contrário. Trata-se de perceber as resistências, as negociações, os acordos, bem como estar atento ao profundo arraigamento dos ideais imperialistas na sociedade estadunidense. No caso específico da história brasileira, por exemplo, significa considerar, a despeito das disparidades entre Brasil e EUA, a multiplicidade de características do relacionamento entre os países desde o século XIX. Perspicazmente, Maria Ligia Coelho Prado sintetizou, no título de um ensaio, as relações entre Brasil e EUA como a convivência entre Davi e Golias. A diferença inegável de poder não significa, entretanto, que o "menos poderoso" seja passivamente agredido e dominado: como no enfrentamento bíblico, muitas vezes o "mais fraco" oferece resistência inesperada ao "mais forte". Assim devemos pensar as relações entre EUA e outros países da América: por mais poderosos que sejam os estadunidenses, não é possível considerar os países e povos que com eles se relacionam, trocam ou mesmo se enfrentam como marionetes ou como perdedores passivos.

Além disso, nunca é demais lembrar que um império se constrói gradativamente, não irrompe, pronto. No caso dos EUA, mostra Mary Junqueira (2001, p. 98-99), o desenvolvimento da indústria, a busca pela ampliação dos acordos comerciais e as pretensões de impedir a presença de outras potências no continente estimularam significativamente a construção da postura de dominação que os Estados Unidos adotaram no chamado hemisfério

ocidental, pelo menos desde a mensagem anual do presidente James Monroe ao Congresso, em 1823, a nomeada "Doutrina Monroe", que expressava "a intenção dos Estados Unidos em defender 'os direitos de todos os povos americanos à autodeterminação nacional'." (JUNQUEIRA, 2001, p. 99) Enfim, iniciando-se na independência e nos primeiros elementos de formação do Estado, seguindo a formulação de diretrizes de política externa e interna no século XIX, passando pelas intervenções dos EUA nos conflitos em fins do novecentos (como a Guerra hispanoamericana) e chegando às mais conhecidas ações militares, políticas, econômicas e culturais dos *yankees* no século XX, verifica-se um processo de construção de uma potência mundial, mas, sobretudo, de um ator histórico que não se pode ignorar simplesmente por discordar dos acontecimentos protagonizados ou estimulados pelos EUA. É preciso conhecer minimamente a história estadunidense e refletir, sempre que possível, a respeito das trocas entre este país e os demais países com os quais ele se relacionou e continua a se relacionar.

A respeito das inúmeras intervenções dos EUA na América Latina, pode-se ler, por exemplo, o clássico estudo introdutório de Gerson Moura, *Estados Unidos e América Latina*, especificamente estruturado para entender as ações originadas pelo governo dos EUA. O mesmo historiador publicou outro livro importante, intitulado *Tio Sam chega ao Brasil*, relevante na reflexão acerca da dimensão cultural do imperialismo estadunidense, tal como o livro de Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor*. São, todos eles, estudos que merecem ser sempre consultados.

O mencionado ensaio de Maria Ligia Coelho Prado, "Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX", apresenta uma reflexão sobre as relações

multifacetadas entre esses “gigantes desiguais”. Pretende-se, aqui, destacar algumas das imbricações políticas, econômicas e culturais entre os dois países, na medida em que pensar as múltiplas vinculações entre os EUA e todas as demais regiões da América seria razoavelmente inviável e extrapolaria as dimensões e pretensões deste livro. Tomar o Brasil como elemento participante dessa relação, ademais, permite compreender melhor a história brasileira, afinal, como acertadamente indicou Prado (2000, p. 321): “Os Estados Unidos continuam despertando no imaginário de significativa parte da sociedade brasileira sonhos idealizados de êxito econômico e realização pessoal.” Muitos brasileiros consideram os EUA “país-modelo”, ainda que as recentes crises em terras estadunidenses tenham alterado o quadro que se apresentava a Prado quando publicou seu texto, em 2000. Há, é claro, parcela da população brasileira que continua a tomar os EUA como antimodelo e é por isso que discutir as relações entre os Estados Unidos e a América Latina ou entre os Estados Unidos e o Brasil é, sempre, como adentrar “campo minado”. Maria Ligia Coelho Prado, ciente dessa especificidade, ressaltou que pensar tais relações implica conhecer “os posicionamentos políticos e ideológicos [...] definidos *a priori*, repercutindo também nos trabalhos acadêmicos.” (PRADO, 2000, p. 321-322)

Fugindo às explicações mais voltadas à discussão das relações políticas e diplomáticas, Prado, apesar de reconhecer a importância desses estudos, opta pelo caminho destacado anteriormente, qual seja, o estudo das “questões da cultura e da produção de discursos hegemônicos.” (PRADO, 2000, p. 325) A especificidade de sua leitura reside na perspectiva analítica, que “olha de dentro”, “a partir das manifestações da sociedade civil e do Estado brasileiros, para as atitudes e propostas norte-americanas, procurando entender algumas das *estratégias* postas em prática para conter o poder dos Estados Unidos.” (PRADO,

2000, p. 325) Nesse sentido, inverte-se, no estudo de Prado, a orientação interpretativa predominante, que adota o olhar a partir dos EUA, nem sempre de maneira crítica. Trata-se de olhar diferenciado, que se deve buscar sempre ao trabalhar com as relações entre os EUA e outros países. Evidentemente, o objetivo, a seguir, não é resenhar ou resumir o texto de Maria Ligia Coelho Prado, mas destacar, nele, aspectos que podem colaborar para a configuração de um "modo de olhar" a história da América e a presença dos Estados Unidos nessa história. Esse esforço, todavia, não dispensa a leitura do estudo de Prado.

A autora elegeu três momentos na história republicana do Brasil nos quais as relações com os EUA se mostraram especialmente relevantes ou significativas: "o período em que se deu a decisiva confluência entre o nascimento da república brasileira, a proposição do pan-americanismo pelos Estados Unidos e o crescente interesse 'científico' nos Estados Unidos por conhecer o Brasil e a América Latina." (PRADO, 2000, p. 325); "o período do primeiro governo de Getúlio Vargas que coincide com a Segunda Guerra Mundial, a 'política da boa vizinhança' e a entrada maciça da cultura de Tio Sam no Brasil." (PRADO, 2000, p. 325); e, por fim, Prado discute:

> as relações entre as posições políticas e ideológicas dos governos militares, a entrada no Brasil dos Corpos da Paz dos Estados Unidos, dentro dos compromissos da 'Aliança para o Progresso', as manifestações concretas das oposições de esquerda e a elaboração da teoria da dependência. (PRADO, 2000, p. 326)

Combatendo as generalizações no tratamento das relações internacionais, Maria Ligia Coelho Prado demonstra que, se a "dominação imperialista dos Estados Unidos no século XX é incontestável, em particular no que se refere

à América Latina", é, sim, possível interpretar a história de uma perspectiva na qual o Brasil (e, também, a América Latina) não seja "visto como passivo, simples receptador das determinações de fora." A autora compreende, pois, os "mecanismos de reação, de contestação ou de repúdio que convivem com outros de aceitação e de admiração [...] como *estratégias* – deliberadas ou não – constituídas por ações, discursos e elaborações simbólicas por parte da sociedade brasileira." (PRADO, 2000, p. 326) Essa é uma postura interpretativa fundamental para a transformação da compreensão predominante, ao menos no Brasil, acerca das relações políticas, culturais e econômicas entre os EUA e os demais países latino-americanos.

No que se refere ao primeiro momento analisado, situado temporalmente em fins do século XIX e início do XX, Prado explica que a república brasileira, em seu nascedouro, construiu uma postura no plano da política externa de "aproximação com os Estados Unidos, país que reconhecera, quase que de imediato, o novo regime político do Brasil." (PRADO, 2000, p. 326) Sem abandonar os vínculos históricos com a Europa, sobretudo com a Grã-Bretanha, o Brasil, tendo à frente da chancelaria o emblemático Barão do Rio Branco, construiu uma política de estímulo a "uma 'identidade continental', que garantiria um alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, mantido, apenas com pequenas alterações, até o presente." (PRADO, 2000, p. 326) O mundo vivia a fase da expansão dos EUA para além de suas fronteiras, pois, uma vez concluída a conquista da porção oeste de seu território, os estadunidenses começaram a intervir belicamente no Caribe e, em seguida, na América Central. Chegaram a intervir, inclusive, no Brasil, como lembra Prado, em 1893, quando uma esquadra de doze navios foi enviada, graças a contatos entre Brasil e EUA, para debelar a revolta naval contrária ao governo de Floriano Peixoto. Derrotados os insurgentes, minimizou-

se a colaboração dos EUA e, de fato, assevera Prado, os *yankees* nada conseguiram em troca de sua "assistência". Ainda mais significativa é a operação de "apagamento" do episódio da história nacional:

> [...] A historiografia oficial baniu da memória nacional o lugar da esquadra estrangeira na vitória florianista, não merecendo menção nos livros escolares. Floriano Peixoto esgrimiu a intromissão estrangeira e passou para a posteridade como o mais nacionalista dos presidentes do início da república. Delineava-se, assim, uma das estratégias diante do poder imperialista, a *estratégia do esquecimento*, do apagamento desse episódio da memória nacional. (PRADO, 2000, p. 328, grifos [itálicos] no original)

Os últimos anos do século XIX e o início do século XX assistiram também, no Brasil e nos demais países latino-americanos, à emergência dos debates acerca das vantagens e desvantagens do pan-americanismo propugnado pelos EUA. Intelectuais utilizaram a imprensa e publicaram livros sobre a questão, entre eles alguns emblemáticos, como *Ariel*, do uruguaio José Enrique Rodó, ou, em menor dimensão, *A ilusão americana*, do brasileiro Eduardo Prado, um dos participantes dos debates em nosso país, junto a José Veríssimo e Oliveira Lima, por exemplo. Essas discussões, não coincidentemente (ressalta Prado), fortaleciam-se em uma conjuntura de expansão e difusão do pan-americanismo e, ademais, de "sensível mudança de comportamento por parte da imprensa, das editoras, das universidades e dos museus norte-americanos com relação à América Latina." (PRADO, 2000, p. 331), circunstância, afirmou Ricardo Salvatore, de "uma explosão de representações visuais e escritas sobre a América Latina nos Estados Unidos."

(SALVATORE apud PRADO, 2000, p. 331) Continua Prado:

> [...] A América Latina começava a aparecer, de maneira mais freqüente, em livros de história, de viagens e aventuras, assim como em reportagens de algumas revistas populares. Por exemplo, a *National Geographic Magazine* estava dando, em suas reportagens, mais espaço à América do Sul, mostrando fotografias e artigos sobre lugares ou atividades um tanto "exóticos", como as fazendas de café do Brasil, os pampas argentinos ou as ruínas incas do Peru.
>
> Os museus e bibliotecas estadunidenses inauguravam a prática de mandar seus "especialistas" para pesquisas *in loco*, com a finalidade de tirar fotografias, derrubar árvores, matar e empalhar animais, recolher espécies vegetais e minerais, como parte de uma grande empresa "científica", apoiada na superioridade da tecnologia norte-americana. Seus cientistas coletavam "evidências" e as exibiam classificadas e catalogadas em seus instituições, provando assim que elas "tinham existência". Para Ricardo Salvatore, caminhavam juntas as idéias pan-americanas, a filantropia científica e a persuasão do consumidor, novo herói do cotidiano estadunidense. As metáforas das relações interamericanas se desenvolveram na interseção entre as novas tecnologias de ver, como a fotografia, e os novos requerimentos da ciência nesse período de expansão capitalista norte-americana. (PRADO, 2000, p. 331)

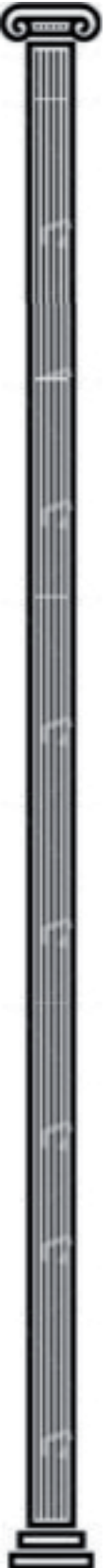
Um dos exemplos dessa expansão multifacetada acima exposta a partir dos argumentos de Maria Ligia Prado foi a expedição de Theodore Roosevelt ao Brasil,

em 1913, para visitar regiões do interior do país. Roosevelt contou com o apoio do governo brasileiro e publicou um relato sobre a viagem, *Nas selvas do Brasil*, no qual se evidencia a sua crença de que a expedição tornaria o país mais conhecido para o mundo, o que, para ele, os brasileiros não seriam capazes de conseguir. O intento, nomeado "Expedição Científica Roosevelt-Rondon", foi comandado, de fato, por Cândido Rondon, futuro marechal, profundo conhecedor, graças às suas viagens anteriores, das áreas visitadas. Mesmo tendo publicado seu relato, no qual contava seus "feitos", e enviado exemplares de materiais diversos coletados para o Museu de História Natural de Nova Iorque, Roosevelt e seu olhar imperial não superou, uma vez mais, o uso da *estratégia do esquecimento*, na medida em que a expedição foi, outrossim, apagada da memória oficial nacional, restando somente a figura engrandecida de Rondon, desbravador precedido pelos "bandeirantes" e sucedido pelos irmãos Villas Boas. (PRADO, 2000, p. 333)

Por seu turno, no Estado Novo varguista, evidenciou-se outro momento, outra estratégia, analisada por Prado: a *estratégia da ambigüidade*. Se os Estados Unidos terminaram a Segunda Guerra Mundial consolidados como grande potência mundial, o conflito entre 1939 e 1945 foi fundamental para que isso ocorresse, e a América Latina, durante o intitulado período da Guerra Fria, basicamente alinhou-se à política externa dos EUA. (PRADO, 2000, p. 334) Vargas foi ambíguo em relação aos EUA porque, durante a guerra, "barganhou, esperou, atacou, cedeu, ameaçando pender para o lado alemão. Para conseguir atingir determinados objetivos de seu governo, Vargas adiou seu comprometimento com os aliados." (PRADO, 2000, p. 334) Nesse sentido, mais uma vez percebe-se a negociação:

> [...] O Brasil declarou guerra ao Eixo, em 1942, depois que os Estados Unidos atenderam às principais

> reivindicações do governo brasileiro. O ditador recebeu um empréstimo a longo prazo de 20 milhões de dólares – o Brasil deveria entrar com outros 25 milhões – para construir a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, um dos pilares de sua política econômica nacionalista. Para reequipar as forças armadas, que atingiram um *status* muito superior ao de 1938, conseguiu 71% de todo o auxílio prestado pelos Estados Unidos à América Latina durante a guerra. Para o prestígio de seu governo e para garantir um lugar estratégico do Brasil na América Latina, solicitou e conseguiu a anuência dos Estados Unidos para enviar tropas brasileiras para lutar ao lado dos aliados, "deferência" só concedida ao Brasil em todo o continente. (PRADO, 2000, p. 334)

Em meio ao profundo e extremado nacionalismo do período Vargas construiu-se, pois, a postura ambígua do governo em relação aos EUA, haja vista que, internamente, fortaleciam-se ideias referentes à valorização das dimensões do território nacional e à defesa da unidade nacional, incorporadas "tanto nos discursos oficiais, quando no imaginário nacional." (PRADO, 2000, p. 336) Por meio de uma estrutura de propaganda política oficial muito bem organizada, intervinha-se na cultura e pregava-se "a manutenção da ordem e a unidade nacional." (PRADO, 2000, p. 337) Logo, a "cultura de Tio Sam", muito expressiva em terras brasileiras desde os anos da Segunda Guerra Mundial, com seu "arsenal de idéias, imagens e padrões de comportamento que caracterizavam o que se costumava chamar de *American way of life*." (PRADO, 2000, p. 337), e a "política do boa vizinhança" do governo de Franklin Roosevelt, expressavam, respectivamente, as intenções culturais e políticas dos EUA para o Brasil e a América

Latina. Até mesmo criou-se um órgão para gerenciar esses assuntos, o *Office of the Coordinator of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics*, mais conhecido como Birô Interamericano, idealizado e dirigido por Nelson Rockefeller, escritório que instituiu padrões de comportamento dos EUA em relação à América Latina mantidos mesmo após o fechamento do *Office*, em 1946. (PRADO, 2000, p. 338)

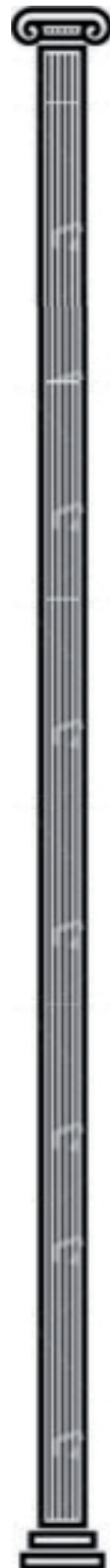
Entre as iniciativas que têm vinculação com o *Office* destacam-se, principalmente por sua notoriedade, as ações no rádio, no cinema e na imprensa. Poder-se-ia citar a expansão das agências de notícias estadunidenses, "a formação [no Brasil] de bibliotecas com revistas e livros preocupados em apresentar favoravelmente a cultura, os costumes, os valores norte-americanos." (PRADO, 2000, p. 338) No que tange ao Brasil, as iniciativas cinematográficas construíram e popularizam duas figuras, Carmen Miranda e Zé Carioca. A respeito da primeira, alvo de polêmicas em torno de sua "americanização" e estilização:

> [...] foi peça de uma engrenagem complicada que pretendia agradar às platéias brasileiras e latino-americanas, dentro de uma estratégia de sedução fabricada pelos produtores de Hollywood e seus amigos burocratas do governo norte-americano. Seus objetivos não se cumpriram integralmente no Brasil, pois o público nacional não se identificou completamente com aquela figura exótica e um tanto caricata. (PRADO, 2000, p. 339)

O personagem Zé Carioca, por outro lado, indica também a ascensão de seu criador, Walt Disney, recém-aproximado ao Departamento de Estado, que foi responsável por uma das facetas da "amizade" e da "boa vizinhança", uma das mais bem sucedidas, na medida em que, ao

desenhar personagens para certos países, Disney produziu identificações e autoidentificações poderosas e duradouras. Nunca é demais lembrar, como assinala Prado (2000, p. 339), que o papagaio é “um animal que se distingue por imitar ou repetir os sons que ouve. Cantarolando e dançando, sempre feliz, Zé é malandro e inconseqüente, aplica truques sempre descobertos, não pode ser levado a sério. Enfim, uma criatura simpática, descartável e não confiável.” (PRADO, 2000, p. 339) Mesmo assim, a “deferência” de Disney, criando um personagem específico para o Brasil, revela a importância do Brasil.

Outro veículo relevante de difusão de representações sobre a América Latina ou dos EUA na América Latina foi a revista *Seleções*, versão da publicação *Reader’s Digest*, que chegou a ser considerada “a revista mais confiável do Brasil” por seus leitores. (PRADO, 2000, p. 339) Mary Anne Junqueira, em sua tese de doutoramento, estudou detalhadamente o papel de *Seleções* no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970, e demonstrou como, estritamente unida aos objetivos do Departamento de Estado dos EUA, na revista *Seleções* – que também teve outras versões publicadas em países da América Latina – foram difundidos estereótipos de brasileiros e latino-americanos: “Os latino-americanos, de forma geral, eram vistos como passivos, ignorantes, supersticiosos, vivendo de forma natural e instintiva, em contraste com os habitantes do mundo civilizado, protestante e anglo-saxão.” (JUNQUEIRA apud PRADO, 2000, p. 340)

Todos esses casos – e outros que se poderia arrolar, como a importância (ou o domínio absoluto) do cinema estadunidense no Brasil, a relevância de sua música ou dos quadrinhos, por exemplo, no mercado brasileiro – são suficientes para explicar e interpretar a presença maciça da cultura e da política dos EUA no Brasil desde os anos 1940, pelo menos, mas, também, permitem problematizar a

suposta “destruição da cultura nacional pela imposição de valores norte-americanos.” (PRADO, 2000, p. 341) Explica com precisão Maria Ligia Prado:

> [...] **Se, de um lado, o imperialismo exerce a dominação sobre o outro, isso não significa afirmar que o outro não reaja e que aceite o que lhe é impingido passivamente, como se não tivesse passado ou história**. [...] é possível observar como muitos dos produtos da cultura norte-americana foram relidos e ressignificados por autores e pelo público brasileiros. Por exemplo, as populares chanchadas da Atlântida que, com enorme êxito popular, satirizavam alguns dos sucessos do cinema de Hollywood como *Nem Sansão nem Dalila* ou *Matar ou correr*, protagonizados pela imbatível dupla Oscarito e Grande Otelo, os anti-heróis por excelência. A música popular brasileira – que apesar de todos “os estrangeirismos” nunca perdeu a criatividade e o público fiel – respondia aos modelos impostos com o “yes, nós temos bananas, bananas para dar e vender”. (PRADO, 2000, p. 341, grifos [negritos] nossos)

Ou seja, no período Vargas, principalmente durante o Estado Novo, a *estratégia da ambigüidade* foi a tônica das relações Brasil-EUA, pois o governo brasileiro “aceitava as imposições dos Estados Unidos e alcançava vários dos objetivos propostos por seu governo [de Vargas] à custa de concessões do governo norte-americano”, mas, inteligentemente, valia-se “das mesmas armas de propaganda que aquelas do governo dos Estados Unidos, enaltecia a unidade nacional, estimulava o orgulho nacional e tecia louvores à soberania da nação.” (PRADO, 2000, p. 341) Se os brasileiros foram expressivamente seduzidos pelo *american way of life* nesse momento, “isso não significou

que seu poder foi tal a ponto de apagar os traços das nossas tradições culturais e de nossa criatividade cotidiana e de impedir respostas alternativas à dominação." (PRADO, 2000, p. 342)

Por fim, em seu esforço de interpretar as relações entre Davi e Golias, Maria Ligia Coelho Prado dedica-se à análise do que chamou a *estratégia de confronto*, verificável a partir dos anos 1960, mais especificamente desde o golpe civil-militar de 1964. É importante ter atenção à interpretação de Prado acerca desse período, amparada em fontes e estudos referenciais, pois ela contraria certa tendência verificável no que se poderia chamar de "senso comum", que enxerga um Brasil servindo aos interesses dos EUA durante a ditadura e, portanto, eximindo-se das conseqüências desastrosas de muitas ações do governo autoritário, justificadas, inúmeras vezes, pelos interesses estadunidenses. Confunde-se o apoio dos EUA com a ação do governo brasileiro guiada pelo Departamento de Estado *yankee*. Prado destaca:

> O golpe militar de 1964 recebeu total apoio do governo dos Estados Unidos. Durante os 21 anos de ditadura, o Brasil oscilou entre posições estritas de alinhamento ideológico e outras mais independentes, particularmente no que se referia a projetos nacionalistas de desenvolvimento econômico, ou a relações mais comprometidas com outros países, como no caso da política nuclear brasileira, apoiada na tecnologia alemã.
>
> Nesse período de polarização política e ideológica, a associação entre o regime militar brasileiro e o imperialismo norte-americano eram comum e constante. Assim se explica a razão pela qual os militantes de movimentos armados de esquerda escolheram seqüestrar Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos no

Brasil, em setembro de 1969, episódio de grande repercussão nacional e internacional. (PRADO, 2000, p. 342)

A respeito das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América durante o período de vigência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sugere-se a leitura dos fundamentais estudos do historiador Carlos Fico, sobretudo o seguinte livro: FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Prado mostra como os esforços da "Aliança para o Progresso", tendência da política externa dos EUA naquela circunstância, visavam, supostamente, "reparar as injustiças do capitalismo e promover o desenvolvimento para impedir que os pobres e desesperados se levantassem em armas." (PRADO, 2000, p. 342) Assombrava o Tio Sam o exemplo da Revolução Cubana, que gradativamente tinha levado a um governo socialista e que se converteu em grande "exemplo para parte das esquerdas da América Latina, provocando crises e rompimentos radicais dentro dos tradicionais partidos comunistas." (PRADO, 2000, p. 342) O temor da "exportação" do modelo revolucionário cubano levou o governo do presidente John Kennedy a fomentar a "Aliança para o Progresso", desdobrada em inúmeras iniciativas, entre elas os Corpos de Paz – estudados, na sua presença em território brasileiro, por Cecília Azevedo –, grupos de jovens pretensamente incumbidos de "ajudar a trazer o progresso e a modernidade aos países da América Latina", que colaboravam para a amenização dos ataques ao imperialismo estadunidense em suas diversas dimensões. (PRADO, 2000, p. 342)

Entretanto, nem todas as ações dos EUA naquela circunstância eram "preventivas", progressistas ou pacíficas. Como assevera Prado, no caso brasileiro, por exemplo: "Numa outra vertente, obscura e violenta, em dissonância

com a primeira, a CIA oferecia apoio técnico e logístico à repressão militar que estava atuando para desmantelar as organizações armadas clandestinas que lutavam contra a ditadura." (PRADO, 2000, p. 343) Nessa afirmação de Prado se lê um aspecto importante da história do Brasil contemporâneo: os governantes brasileiros receberam, de fato, "apoio técnico e logístico" para a estruturação da repressão, mas isso não exime aqueles que se envolveram de suas responsabilidades, ou seja, não é possível explicar, nesse e em outros casos, os rumos da história no país como simplesmente guiados pelas vontades dos *yankees*. Afinal, isso significa ler a história de um país a partir das atitudes de uma pequena parcela de sua população, como se todos os habitantes soubessem dessas atitudes e as endossassem, o que não aconteceu no Brasil nem em nenhum outro país, por mais alinhado aos EUA que estivesse. De qualquer forma:

> [...] é indiscutível que os governos militares estiveram sintonizados com as diretrizes da política externa dos Estados Unidos e que receberam, particularmente até 1975, apoio de parte da sociedade brasileira que endossava suas atitudes. Porém, por outro lado, grupos de oposição protagonizavam uma *estratégia de confronto*. A oposição que tinha matizes – de moderada a radical – organizou-se de formas políticas diversas para confrontar o regime. Entre elas, cabe destacar a produção pelas esquerdas de análises sobre a sociedade brasileira, nas quais enfatizavam a "atuação nefasta" do imperialismo dos Estados Unidos no continente.
>
> Tais críticas se cristalizaram na construção de uma interpretação explicativa da realidade de América Latina, a teoria da dependência. Esta denunciava os

> laços de subordinação das nações periféricas aos pólos hegemônicos, que impedia o desenvolvimento econômico, condenando-as ao subdesenvolvimento. [...]
> As apropriações políticas da teoria da dependência foram diversas e justificaram desde a defesa de posições ideológicas nacionalistas até as ações armadas das guerrilhas urbanas e rurais. Entendiam tais grupos que para eliminar a dependência e esmagar o imperialismo apenas a luta pela vitória da revolução socialista seria a saída possível. (PRADO, 2000, p. 344-345)

Nesse momento, enfim, os enfrentamentos políticos, econômicos e culturais entre direita e esquerda foram marcados, conforme mostrou Maria Ligia Prado, pela *estratégia do confronto*, e em tais discussões os Estados Unidos ocupavam lugar de destaque, quer seja na quantidade de ações, textos e outras produções dedicadas à crítica ou à apologia aos *yankees*, quer seja na presença que os EUA, de fato, exerceram na sociedade brasileira, despertando admiração ou repulsa. “Assim, nos anos 60 e 70, pode-se acompanhar a um verdadeiro embate de imagens produzidas por dois campos. De um lado, o discurso e as práticas engendradas pelo governo militar brasileiro, apoiadas pelos Estados Unidos, e, de outro, a ofensiva antiimperialista que produzia textos e propunha estratégias de contestação à ordem.” (PRADO, 2000, p. 346)

De qualquer maneira, o Brasil, visto aqui não apenas como a representação de um Estado propugnador e gestor de uma política interna e externa, mas, sobretudo, como uma sociedade multifacetada e complexa, ora adotou, em suas relações com os *yankees*, a estratégia do *esquecimento*, ora a estratégia da *ambigüidade* ou do *confronto*; negociou e resistiu, em graus diversos, às investidas políticas, culturais

e econômicas dos Estados Unidos desde fins do século XIX até as últimas décadas do século XX, conforme evidenciou o ensaio de Maria Ligia Prado. Se brasileiros e latino-americanos foram – e, talvez, continuem sendo – partícipes do que o historiador argentino Ricardo Salvatore chamou, em seu livro *Imágenes de un império*, de um mecanismo de consolidação dos EUA enquanto potência mundial, é cada vez mais premente compreender as relações e vinculações entre os estadunidenses e outros países ou outros povos e comunidades do mundo como encontros desiguais, nos quais, muitas vezes, Golias é surpreendido e confrontado por Davi. Talvez esta convicção, a possibilidade do enfrentamento, da resistência, da negociação, tenha sido marcante nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI.

* * *

Neste segundo capítulo, o propósito foi abordar alguns dos processos políticos, culturais e econômicos mais significativos da história da América nos séculos XIX e XX, processos relacionados à construção das identidades nacionais e supranacionais, aos debates acerca dessas identidades e às vinculações, tanto internamente quanto externamente, entre os países da América Latina e os Estados Unidos da América. Foram problematizadas as características gerais dessas relações interamericanas, com o intuito de verificar, minimamente, suas repercussões internamente e externamente. Para tanto, optou-se por privilegiar o Brasil como um dos atores históricos desses momentos, partindo-se da compreensão que o pertencimento dos brasileiros à América Latina é inegável e que a análise das identidades e das alteridades garante a compreensão mais adensada da história brasileira, da história latino-americana e mesmo da história estadunidense. Tal como

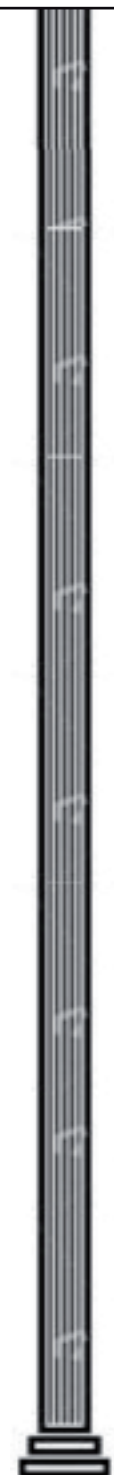
no primeiro capítulo, não se objetivava esgotar o debate a respeito dessas temáticas, mas indicar, desde um diálogo com a historiografia especializada, possíveis leituras e questionar interpretações limitadas.

Ao término do capítulo, espera-se ter colaborado para a compreensão e a superação dos preconceitos e dos estereótipos que levaram aos afastamentos entre o Brasil e a América Latina, questões históricas e não rivalidades insuperáveis. Nesse âmbito, enfatizar as oposições e distanciamentos é apenas obliterar as aproximações entre os países da "Nossa América" e supervalorizar a relevância dos EUA na construção de vinculações ou de inimizades entre os latino-americanos. Se os EUA foram (e continuam sendo) atores políticos, culturais e econômicos incontornáveis nas relações interamericanas, isso não significa que a única maneira de pensar sua presença nos encontros históricos entre países seja tomá-los como um poder supremo que a tudo e a todos manipula. Adotar essa postura é abrir mão, como se evidenciou, de conhecer outras dimensões dos contatos, bem como de analisar a possibilidade do enfrentamento, da resistência e da negociação.

CAPÍTULO 3

# Passagens do Intenso Século XX na América

O século XX foi chamado, pelo historiador britânico Eric J. Hobsbawm, de a “Era dos Extremos”. Ao longo dos anos que o compõem, todas as regiões do mundo vivenciaram experiências históricas muito significativas, do ponto de vista político, cultural, econômico e social. Na América, a situação não foi diferente: o continente se transformou expressivamente durante o século passado, em todas as duas dimensões. Para além de atribuir a ele brevidade ou grande duração, enfim, entender o século XX é tarefa árdua, mas, também, indispensável para qualquer historiador, graças à intensidade das continuidades e, principalmente, das rupturas vivenciadas pela humanidade nesses cem anos.

Nesse sentido, exatamente pela multiplicidade de questões estabelecidas pelo século XX latino-americano, optou-se, aqui, por selecionar apenas algumas questões para o debate, com o amparo da historiografia. Entende-se que tais questões – ou grandes temas, caso se prefira – explicitam problemas fundamentais que o historiador deve compreender caso pretenda se aventurar no estudo da história da América Latina. Arbitrariamente, não serão discutidos processos como movimentos sociais e regimes políticos significativos, para que as revoluções e os chamados governos “populistas”, muito presentes na cultura histórica da sociedade brasileira, possam ser mais detidamente analisados. Assim como nos dois capítulos anteriores, não há nenhuma pretensão de esgotar a compreensão acerca desses temas, mas indicar, em um diálogo com a historiografia especializada, possíveis leituras e questionar interpretações limitadas.

### *3.1. As revoluções latino-americanas do século XX: México e Cuba*

As revoluções ocorridas na América Latina costumam ser temas de grande interesse entre os historiadores e por isso dificilmente são encontrados livros de História da América em que elas não sejam mencionadas. “Heróis” e “bandidos”, “vencedores” e “derrotados” costumeiramente ocupam as páginas dos livros, inclusive dos livros de História utilizados na Educação Básica. Tratou-se anteriormente, neste livro, das revoluções de Independência e, agora, serão discutidos aspectos fundamentais de dois movimentos revolucionários latino-americanos (entre tantos outros possíveis) do século XX: a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana. Não se buscará analisar detalhadamente os movimentos – o que já foi feito de forma competente por autores que serão mencionados –, mas tão somente apresentar alguns dos elementos gerais indispensáveis para a sua adequada compreensão e para a crítica de simplificações e generalizações com as quais se depara o historiador que se dedica ao estudo desses episódios.

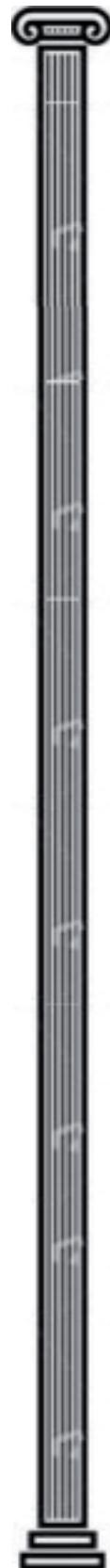
Em relação à importância das revoluções na América Latina, asseverou José Luis Bendicho Beired:

> A história da América Latina nos mostra que, desde o processo de independência, as revoluções gozam entre nós de uma sólida legitimidade enquanto via de transformação política e social. Basta lembrar a multiplicidade de experiências revolucionárias e de reflexões políticas dos ativistas e intelectuais revolucionários latino-americanos. **Não seria exagerado afirmar que a idéia de revolução é um poderoso componente da cultura política da América Latina**.

> Salta aos olhos a diferença que a questão da revolução ocupa no pensamento político e na história latino-americana em comparação com os Estados Unidos e outros países, com exceção dos europeus. Essa constatação leva-nos a algumas indagações. Por que tem havido na história da América Latina tantos acontecimentos que se têm expressado de forma revolucionária? Por que a idéia de revolução tem tido uma persistência tão intensa e duradoura no pensamento e na cultura política latino-americanas? Quais as implicações históricas da persistência de uma cultura política que valoriza o fato revolucionário? (BEIRED, 1996b, p. 437, grifos nossos)

Afirma Beired que a categoria revolução "teve uma preponderância ao longo da nossa história, ao menos desde finais do século XVIII", e tal predomínio não pode ser desconsiderado. Ademais, o autor lembra que esta categoria "foi o principal articulador a partir do qual o continente foi interpretado durante as décadas de 1960 e 1970. Fato [...] vinculado à presença de alternativas políticas revolucionárias daquela época para derrotar as ditaduras e superar as desigualdades sociais e o capitalismo dependente." (BEIRED, 1996b, p. 438) Essa tendência, conforme mostra o autor, afetou, entre outras áreas, a produção historiográfica e estimulou certos tipos de estudos, voltados à interpretação de períodos ou acontecimentos "de corte revolucionário ou contestador: por exemplo, as lutas pela independência e contra o imperialismo, a rebeldia indígena e escrava, as guerrilhas e os movimentos operário e camponês." (BEIRED, 1996b, p. 438) Enfim, percebe-se, desde as afirmações de Beired, que a associação entre a presença da categoria revolução desde fins do século XVIII, sua manutenção e arraigamento nas sociedades e a sua mobilização, enquanto instrumento explicativo, nas

décadas de 1960 e 1970 garantiu sua vivacidade nos círculos políticos, culturais e econômicos latino-americanos.

É possível, outrossim, concordar com a hipótese formulada por Beired em seu ensaio, segundo a qual "a maioria absoluta dos fenômenos revolucionários da América Latina moveu-se fundamentalmente pela idéia de libertação nacional." (BEIRED, 1996b, p. 438) Nesse sentido, a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana, entre outras, almejavam estabelecer certos padrões de liberdade, diante da "posição periférica da América Latina no interior do sistema econômico mundial", que "gerou demandas por soberania econômica e política." (BEIRED, 1996b, p. 439) Ainda a respeito das peculiaridades das revoluções latino-americanas do século XX, disse Beired:

> A revolução nos países da América Latina era de libertação nacional, pois o conflito apresentava-se como uma luta de cada nação contra uma ordem econômica liberal, cuja hegemonia era detida pelos países de capitalismo central, e freqüentemente contra os setores oligárquicos, mantenedores do *status quo*. (BEIRED, 1996b, p. 439)

Evidentemente, seria preciso agregar mais elementos explicativos a cada caso revolucionário latino-americano, pormenorizações locais/internas, mas, de fato, a ideia de libertação nacional subsistiu nas revoluções da América Latina, principalmente as do século XX. Ou seja, a despeito das peculiaridades (não desprezíveis) de cada movimento, há elementos comuns "na base dos movimentos e do pensamento revolucionários", entre eles, muitas vezes, "a convicção de que a transformação da realidade não é possível através de mecanismos institucionais, mesmo quando democráticos." (BEIRED, 1996b, p. 440) Mostra-se necessário, então, analisar o discurso político, "para desvendar a história das revoluções, pois o discurso

revolucionário tem sempre por objetivo refundar a sociedade, construir uma nova ordem e, conseqüentemente, redefinir o lugar dos seus atores políticos." (BEIRED, 1996b, p. 442) Trilhar este caminho seria "mais proveitoso [para] que se atente para as especificidades das múltiplas revoluções da América Latina, cujas complexas tramas de conflitos são irredutíveis a modelos." (BEIRED, 1996b, p. 444) Proceder-se-á, a seguir, uma aproximação com os discursos a respeito de duas das mais significativas revoluções latino-americanas, com o intuito de compreendê-las em suas especificidades e, eventualmente, em suas similitudes.

No que se refere à Revolução Mexicana, a multiplicidade constitutiva do movimento tem sido enfatizada pela historiografia especializada há algum tempo. Estudiosos do tema destacam, ainda, a demarcação que o movimento estabeleceu: "O século XX no México começa efetivamente com a Revolução Mexicana. Foi a primeira revolução com claro cunho social a acontecer na América Latina nesse século." (BARBOSA, 2010, p. 17) Por conta disso, a pretensão de apresentar "a Revolução Mexicana" é uma falácia, que, infelizmente, alguns livros costumam perseguir. Conservar a atenção à diversidade de interpretações do movimento parece ser, afinal, a melhor maneira de se aproximar dele.

Dois dos principais especialistas brasileiros na história do México, Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes, afirmaram: "A Revolução Mexicana ou as 'Revoluções Mexicanas', como a partir de uma perspectiva se denominou o grande movimento armado que ocorreu no México entre 1910 e 1917, foi e é objeto de diversas controvérsias." (BARBOSA; LOPES, 2001, p. 163) Soluciona-se, neste livro, uma das controvérsias com a adoção de uma postura interpretativa: enfatizar a multiplicidade constitutiva do movimento e reconhecer sua complexidade não implica eliminar seus elementos gerais:

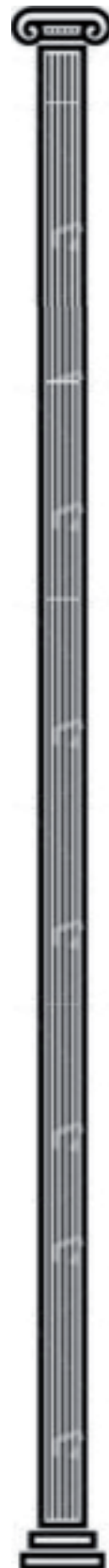
> Embora reconheçamos sua complexidade, com variáveis e diferenças regionais, sociais e culturais entre os distintos movimentos revolucionários – o que determinou seu caráter heterogêneo e multifacetado –, tratou-se sim de uma revolução de caráter nacional, popular, agrária e que, portanto, representou uma ruptura na história mexicana. (BARBOSA, 2010, p. 17)

Enfim, o propósito é apresentar alguns dos pressupostos interpretativos sobre a Revolução Mexicana que permitam desenvolver leituras críticas acerca das visões comumente compartilhadas na cultura histórica contemporânea. Nesse sentido, ser capaz de reconhecer, minimamente, as tendências interpretativas do movimento é fundamental, mais do que dominar os aspectos factuais a ele relacionados. E não é tarefa simples o domínio, mesmo superficial, da historiografia a respeito da Revolução Mexicana, na medida em que, como fenômeno completo, "muito já foi escrito sobre ela, tanto por mexicanos como por estrangeiros." (BARBOSA, 2010, p. 17) Haveria, de acordo com Barbosa, algumas linhas mestras interpretativas:

> Num primeiro momento, a Revolução foi enaltecida como redentora, popular e vista como uma ruptura social com o "antigo regime". Posteriormente, seu caráter revolucionário foi negado e criticado, e seus estudiosos passaram a destacar mais as continuidades entre o porfiriato e o regime pós-revolucionário. Afirmavam que não se tratou de uma revolução, mas de uma grande rebelião ou um conjunto de várias rebeliões regionais que só posteriormente, numa reiteração de identidade histórica comum, voltaram a ser englobadas sob o conceito de *a Revolução*. (BARBOSA, 2010, p. 17)

Diante da amplitude da produção historiográfica a respeito da Revolução Mexicana, Barbosa e Lopes afirmam que se chegou a questionar "a necessidade de estudá-la isoladamente", pois a historiografia:

> [...] – sumamente rica no que se refere à análise teórica e metodológica –, [...] conseguiu não somente revisar o 'revisionismo', mas também construir um sólido *corpus* bibliográfico que contempla as relações internacionais, estudos biográficos (desde as principais figuras militares e líderes civis até atores sociais pouco conhecidos, como mulheres e crianças, entre outros), histórias regionais, aspectos ideológicos, culturais e materiais. Toda essa produção historiográfica esteve acompanhada da publicação de uma ampla gama de memórias, dicionários e crônicas imprescindíveis para compreender os acontecimentos da segunda década do século XX mexicano. (BARBOSA; LOPES, 2001, p. 164)

A riqueza da produção historiográfica mundial contrasta com a presença generalista e simplificada da Revolução Mexicana em certos "nichos" da cultura histórica brasileira. Uma pesquisa rápida revelaria que livros didáticos, paradidáticos e revistas, entre outros materiais, costumam reafirmar a mitologia em torno de Emiliano Zapata e Francisco "Pancho" Villa, importando-se pouco com a diversidade do movimento revolucionário. Por outro lado, a Revolução Mexicana repercutiu em suas diversas facetas e de diferentes maneiras, desde o seu acontecimento, em vários lugares no mundo, como na imprensa e no fotojornalismo mexicanos, na imprensa e no cinema dos EUA, na imprensa brasileira, nos livros de diversos intelectuais latino-americanos e na produção de inúmeros

artistas da América Latina, conforme mostrou Barbosa (2007, p. 35-75). Então, permanece o questionamento: por que, apesar de as interpretações de época terem mostrado a diversidade do movimento, insiste-se em associar, em não poucas ocasiões, a Revolução Mexicana somente a Zapata e Villa? Talvez por expressarem, esses líderes, anseios diversos de liberdade entre os setores populares, suas representações adentraram o imaginário político latino-americano contundentemente, sendo que algumas delas foram produzidas como esforço próprio de construção imagética, entre as quais se situam algumas das imagens de Villa (fotografias e filmes) e a famosa imagem de Zapata, que continua a inspirar movimentos sociais:

**Emiliano Zapata**
[Hotel Moctehuzoma, Cuernavaca, Mexico" (c. 1911)]
Autoria contestada
Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/_q08M1ajACHg/Swb8DnaORrI/AAAAAAAAAI68/dh-kvXvWs6M/s1600/emiliano+zapata-rifle.jpg>.
Acesso em: 11 set. 2010.

De qualquer maneira, é importante apresentar uma explicação acerca do processo histórico e da multiplicidade de revoluções dentro da Revolução Mexicana e, para tanto, recorrer-se-á à sintética e precisa afirmação do especialista:

> A Revolução Mexicana consistiu em um movimento multifacetado. Pode-se até falar em "revoluções mexicanas", devido à diversidade de forças políticas e sociais envolvidas no episódio. Existiu uma revolução agrária e popular com base camponesa e de pequenos proprietários, liderada por chefes como Francisco Villa e Emiliano Zapata. Esta foi a revolução que ficou marcada no imaginário coletivo mexicano e latino-americano. Outra, não tão conhecida, foi liderada por homens como Francisco Madero, Venustiano Carranza e Álvaro Obregón. Ocorreu ainda uma incipiente revolução operária de tendência anarco-sindicalista.
> [...] Foi a combinação desses processos – o desenvolvimento econômico concentrado na mão de uma pequena elite nacional, com uma grande centralização política, e a expropriação das terras de camponeses e pequenos proprietários – que levou à eclosão da primeira revolução no continente americano e a primeira do século XX. Pode-se dizer até que a Revolução Mexicana representou para a América Latina na primeira metade do século XX o que foi a Revolução Cubana na segunda metade. [...]. (BARBOSA, 2005, p. 37-38)

Tais "revoluções" dentro da Revolução Mexicana têm sido exaustivamente interpretadas desde o processo. Como se disse, a produção historiográfica acerca do tema é ampla e diversificada, mas, de qualquer maneira, considera-se imprescindível conhecer certos aspectos fundamentais

dessa produção, para que seja possível se posicionar em relação a ela, principalmente quando ela se apresenta subrepticiamente nas páginas de revistas e livros didáticos ou em roteiros de filme e é preciso analisá-la, interpretá-la e, eventualmente, criticá-la. Além das "linhas mestras" anteriormente referidas, há perspectivas de leitura que evidenciam, por si, alterações de percepção em relação ao processo revolucionário e desnudam a historicidade das análises, marcadas, como disse Barbosa (2010, p. 116), por disputas e embates:

> As interpretações acerca das causas, dos protagonistas e do significado da Revolução Mexicana são as mais diversas e polêmicas desde os primeiros estudos, logo após o término do conflito. Estas primeiras análises satanizaram o porfiriato e defenderam o caráter agrário, rural, redentor, global e legítimo da Revolução. A concepção de revolução que podemos apreender nas primeiras décadas após a sua conclusão se aproxima muito de uma noção vigente no século XIX, nem um pouco restrita, que poderia significar tanto "*cuartelazo*" como "pronunciamento", ou "motim militar". Essa concepção foi muito forte no México, pelo menos até a década de 1950. Nela, a Revolução não existia como um todo homogêneo, mas associava-se flexivelmente a cada revolta: "revolução" orozquista, escobarista, zapatista, carrancista, maderista, felicista e demais levantes. (BARBOSA, 2007, p. 31)

É razoável imaginar que as leituras acima explicadas por Barbosa possam ser mobilizadas em textos que pretendam demonizar o governo de Porfírio Díaz (1876-1911), afirmar o caráter agrário da Revolução Mexicana e construir apologias a certas lideranças. Mas, como todas

as leituras, foram criticadas e se alteraram, desde outras tendências crescentes a partir dos anos 1960:

> A partir da década de 1960, passou-se por um período de regionalização nos estudos da Revolução, em que se destacaram as particularidades locais e incorporaram novos atores sociais relegados pelos trabalhos iniciais, que insistiam em descrever os acontecimentos revolucionários relacionados às grandes figuras militares. Surgiram, assim, estudos sobre os intelectuais, os operários, os camponeses, as elites e outros segmentos específicos. Chegou-se a questionar o próprio caráter revolucionário do movimento, sendo considerado por alguns estudiosos apenas uma grande "revolta", pois observaram mais traços de continuidade do que rupturas. (BARBOSA, 2007, p. 31)

A fragmentação e diversificação das leituras sobre a revolução trouxe, pois, um risco: algumas não a consideravam mais uma "revolução", mas, apenas, uma "revolta". Nesse sentido, seria possível encontrar posições de desqualificação que dialogassem com a produção dos anos 1960. De qualquer maneira, o quadro se alterou gradativamente desde as últimas décadas do século XX: "[...] retornou-se à visão geral dos acontecimentos não somente no tocante à abordagem geográfica, mas também no âmbito temporal. Assim, o porfiriato e os anos considerados posteriores à luta armada tornaram-se períodos essenciais a serem estudados." (BARBOSA, 2007, p. 32) Em leituras processuais, alguns "autores consideram que o final da Revolução acontece com o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940)." (BARBOSA, 2007, p. 32) Aliás, no tocante ao processo, Barbosa o reorganiza com precisão:

> A Revolução possui três fases distintas. Uma primeira etapa em que as elites se fragmentam e lutam entre si, contando com apoio das camadas populares. Esta é a fase de caráter mais político ou maderista. Na segunda etapa, as camadas populares, em especial os camponeses, aproveitaram-se da fragmentação política das classes dominantes e tomaram o poder, impondo suas reivindicações, especialmente a reforma agrária. Embora seja um período mais curto, esta é a fase mais radical da Revolução, quando a massa impõe um governo popular. A última etapa foi a fase da derrota popular e do surgimento de uma nova coalizão de poder entre setores da burguesia, pequenos burgueses, operários e camponeses.
> O período que se estende entre 1920 e 1940 é a fase da institucionalização e consolidação da Revolução. Nesses anos, um grupo de revolucionários originários do estado de Sonora assumiu o poder. Sua hegemonia foi interrompida apenas com a ascensão do governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940). O governo Cárdenas representou a consumação dos projetos revolucionários da fase armada. (BARBOSA, 2010, p. 18)

Recomenda-se, para conhecimento da historiografia acerca da Revolução Mexicana, a leitura do excelente artigo, outrora mencionado, de Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes: BARBOSA, Carlos A. S.; LOPES, Maria A. S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. *História* (São Paulo), São Paulo, v. 20, p. 163-198, 2001.

Concorda-se, enfim, com a postura de Carlos Alberto Sampaio Barbosa frente a historiografia da Revolução Mexicana, pois, ao considerar o caráter processual da revolução, este ponto de vista permite entender os diferentes atores nela envolvidos, as motivações, as reivindicações

posteriores, as conseqüências, ou seja, as continuidades e rupturas que a Revolução Mexicana estabeleceu em relação à situação anterior do México. Disse Barbosa (2010, p. 126-127): "[...] para entender o México moderno do século XX e XXI, é necessário compreender o porfiriato, o período armado e ampliar a reflexão até a década de 1930 e o governo Cárdenas, que foi o desfecho da Revolução." E prossegue: "Ao contrário dos revisionistas, que trouxeram uma importante contribuição aos estudos históricos da Revolução, entendemos que este grande movimento social representou uma ruptura na histórica mexicana, apesar das continuidades, e definiu a feição desta nação até os dias atuais." (BARBOSA, 2010, p. 127) No tange às continuidades e, sobretudo, às rupturas trazidas pela Revolução Mexicana – rupturas que garantem seu caráter revolucionário, incontestavelmente –, nunca é demais assinalá-las:

> A Revolução Mexicana representou uma ruptura na história do país. Seu processo histórico, com forte participação popular, levou à construção de um Estado que incorporou as demandas populares em suas leis, de forma indelével. O violento ingresso das massas como protagonistas na história mexicana do início do século XX levou à criação de uma política de massas mais à esquerda do que a de outros países da América Latina.
>
> Num balanço dos desdobramentos da Revolução, o México foi um país que conservou um sistema civil de governo ao longo de quase todo o século XX, em que pese seu caráter autoritário, o que não ocorreu nos países da América do Sul, por exemplo. A estabilidade do seu sistema político constitui um dos seus principais resultados, só possível devido ao movimento genuinamente

> popular e à eliminação política da oligarquia e do antigo Exército. (BARBOSA, 2010, p. 127)

Por sua vez, em se tratando da segunda metade do século XX na América Latina, sem nenhuma dúvida, o movimento revolucionário mais significativo foi a Revolução Cubana. Suas lideranças, entre elas, especialmente, Fidel Castro e Ernesto "Che" Guevara, estão inscritas, política e simbolicamente, no imaginário latino-americano e mundial de forma vigorosa. Portanto, assim como no caso da Revolução Mexicana, é indispensável que o historiador domine alguns fundamentos interpretativos acerca do movimento cubano, para que não se torne refém do senso comum ou simplesmente repetidor de estereótipos, de generalizações e simplificações. Afinal, a Revolução em Cuba marcou o mundo e destacadamente a história da América Latina. A esse respeito, disse Claudia Wasserman:

> O impacto da Revolução Cubana nos países latino-americanos evidenciou-se em todos os aspectos dessas sociedades. Todos os espectros políticos foram atingidos pela Revolução, desde a extrema direita, até setores esquerdistas mais radicais; a economia latino-americana foi afetada; as relações externas passaram a enfrentar grandes desafios; houve alteração na vida cotidiana, com a introdução de novos vocábulos, adotados pela população sem muita crítica, como, por exemplo, a expressão "cubanizar", ou a introdução de uma nova bebida no cardápio da juventude boêmia, a "Cuba Libre", mistura de rum com coca-cola. Tanto os autores que trataram do tema da Revolução Cubana como nos depoimentos pessoais sobre a época, existe um consenso em afirmar o alcance impressionante de seu impacto. Esse impacto foi muito maior

> do que aquele causado pela Revolução Russa na Europa.
> Segundo Emir Sader (1991), isso se deve à existência de "*condições sociais mais homogêneas*" na América Latina dos anos 1960 do que na Europa dos anos 1910/20. A América Latina vivia uma época de crise, revelada pelos problemas comuns de seu desenvolvimento: questão agrária, dependência externa, deterioração das condições das políticas públicas e extensão dos regimes ditatoriais. (WASSERMAN, 2007)

Imaginar-se-ia, incautamente, que o impacto da Revolução Cubana teria desencadeado, no Brasil, por exemplo, um fluxo expressivo de publicações, as quais procurassem explicar o episódio na ilha. Entretanto, e esta é uma das dificuldades ao tratar da história da Revolução Cubana em terras brasileiras, não foi o que aconteceu, como assevera Wasserman, ao menos não na historiografia:

> [...] o impacto causado pela Revolução Cubana em todos os aspectos da sociedade brasileira e latino-americana foi desproporcional às tentativas de explicá-la. A Revolução Cubana foi fartamente noticiada e discutida, criticada pela imprensa nacional, amplamente debatida pelo movimento estudantil; citada, aplaudida e copiada pelos militantes dos movimentos de esquerda e rechaçada pela direita. O processo não teve o mesmo impacto nos meios acadêmicos e científicos brasileiros, ao menos em termos de pesquisa e produção de conhecimentos mais elaborados do que àqueles advindos dos debates políticos e conjunturais.
> Sendo a história um saber que concerne a meios mais amplos do que os restritos aos historiadores – milhões de estudantes dotados de manuais

> da matéria, a televisão e os jornais que discutem o passado com ares de propriedade, os políticos que falam da história para justificar, corroborar, desqualificar ou excluir, igrejas que recriam suas próprias versões, até turistas que visitam castelos e museus; todos se interessam pela história e, muitas vezes, constroem suas próprias versões da matéria – alguns temas específicos se tornam objeto de discussão muito mais amplamente pela opinião pública do que pelos cientistas sociais. Esse é justamente o caso da Revolução Cubana no Brasil.
> Os debates sobre o caráter do processo cubano, sobre os seus personagens e sobre o percurso do processo foram protagonizados por jornalistas, cientistas sociais, historiadores, educadores, psicólogos, militares e teólogos e gente proveniente dos mais diversos ramos profissionais. Por isso, a análise do percurso historiográfico da Revolução Cubana no Brasil não pode ficar restrita à produção dos historiadores de ofício, porque foram produzidos muitos textos jornalísticos, de caráter meramente informativo que acabaram consagrando-se como referências clássicas do tema. (WASSERMAN, 2007)

Este quadro de reduzida produção historiográfica acerca da Revolução Cubana poderia ser explicado, no momento imediatamente posterior ao episódio, pelo advento do golpe civil-militar e da ditadura instaurada no Brasil em 1964, bem como o crescimento da produção, em fins dos anos 1970, seria explicável, diz Wasserman, pela "distensão da ditadura brasileira e a própria dinâmica do processo revolucionário, que, a essas alturas, consolidara uma posição geopolítica no continente." (WASSERMAN, 2007) Evidentemente, a ampliação da reflexão a respeito

da produção historiográfica referente à Revolução Cubana para além das fronteiras brasileiras revelaria quadros diferenciados, mas isso é impossível neste livro, dadas as suas dimensões e pretensões.

Portanto, como expõe Claudia Wasserman em seu artigo "A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira", a produção brasileira que se poderia considerar historiográfica acerca do movimento em Cuba "está dividida entre reportagens jornalísticas, ensaios de humanistas (artistas, professores, profissionais liberais e teólogos) e trabalhos de ciências sociais (história, sociologia, política e economia)" (WASSERMAN, 2007). Ademais, apesar dos anseios dos anos 1950 e 1960 pelas transformações das sociedades latino-americanas, de fato podemos considerar que os regimes autoritários instaurados em todo o continente nos anos sessenta e as políticas dos EUA de combate à expansão comunista na América foram determinantes para a redução dessa produção no Brasil. Afinal: "A Revolução Cubana não se constituía [...] em objeto de estudo dos cursos secundários e tampouco fazia parte do currículo nos cursos universitários de história ou sociologia." (WASSERMAN, 2007) Mesmo os professores de História da América corriam risco expressivo quando tentavam, nos sessenta e início dos setenta, incluir menções, em seus cursos, ao caso cubano. Diante da alternativa ao *status quo* que Cuba representava naquela circunstância, tanto para os grupos armados quanto para aqueles que defendiam propostas de não violência, não é surpreendente a constatação de Wasserman (2007): "A bibliografia sobre a Revolução Cubana produzida no Brasil, dividida entre reportagens e obras de conteúdo histórico ou político é predominantemente descritiva e laudatória." Vivendo um momento autoritário, as utopias ganharam força no pensamento de esquerda brasileiro.

Essas observações acerca da recepção da Revolução Cubana no Brasil são evidentemente sumárias e pretendem construir, a partir do artigo supramencionado de Wasserman, um quadro geral que permita identificar certos traços da recepção do movimento cubano que parecem subsistir na cultura histórica brasileira, especialmente nos meios de comunicação e em livros didáticos de História, bem como justificar a escassez de estudos brasileiros sobre o tema. Cabe ressaltar que o artigo de Wasserman, naturalmente, não contempla todas as obras brasileiras que se poderia considerar em um balanço bibliográfico sobre a produção referente à Revolução Cubana – e este nem é o objetivo da autora –, na medida em que abre mão de comentar textos como: os de Jean Rodrigues Sales (professor da UFRRJ), acerca do impacto específico da Revolução Cubana sobre grupos da esquerda brasileira; ou os estudos de Luis Fernando Ayerbe (professor da UNESP/Araraquara) sobre as relações interamericanas e o seu pequeno livro que se constitui, hoje, como um bom texto introdutório acerca do processo em Cuba disponível no Brasil; ou, outrossim, estudos acadêmicos acerca das dimensões culturais (música, literatura e cinema) da Revolução Cubana que refletem acerca de trocas com o Brasil, como os trabalhos de Mariana Martins Villaça (professora da UNIFESP) ou de Sílvia Cezar Miskulin (professora da UMC). Trata-se, no caso da Revolução Cubana, de um movimento que despertou e continua a despertar paixões e ódio e, por isso, está vivo no imaginário político latino-americano de maneira pujante. Nesse sentido, abarcar as diferentes formas de repercussão e apropriação das propostas revolucionárias, ainda que somente em um país (no caso o Brasil), não é tarefa simples. Não se pode abrir mão, todavia, no caso da área de História, das leituras de historiadores em prol de outras produções veiculadas na sociedade. Deve-se, ao menos, considerar esses outros "textos de fronteira", integrantes da

cultura histórica, como fontes, que necessitam passar pelos procedimentos da crítica historiográfica.

Alguns parâmetros, a esta altura, são importantes. No que diz respeito especificamente ao processo revolucionário em Cuba, é preciso refletir atentamente, a partir das considerações de Luis Fernando Ayerbe, acerca de "três visões correntes sobre a Revolução Cubana [...], tanto por sua ampla difusão entre as opiniões que se vertem sobre esse processo como por sua forte carga de mecanicismo e escassa perspectiva histórica." (AYERBE, 2004, p. 18) Expor-se-á, a seguir, as considerações do autor sobre duas das três visões sobre Cuba mencionadas, as quais são relevantes para a discussão sobre a revolução que aqui se pretende realizar:

> Em primeiro lugar, atribui-se grande destaque aos impasses gerados pelo alto grau de subdesenvolvimento do país, como fator "objetivo" determinante da radicalização política e social que favorece o triunfo da revolução. Justamente, este seria o principal elemento aplicável aos demais países da América Latina, fortalecendo a hipótese de que a ação de um pequeno grupo organizado conseguiria desencadear a mobilização dos setores oprimidos pelo sistema nos demais países. Essa visão tende a colocar os fatores "subjetivos" como mera decorrência de uma situação concreta de opressão já dada, mas não percebida, cabendo à vanguarda revolucionária fazê-la emergir. Nesse aspecto, nossa análise buscará revelar os vínculos entre o desenvolvimento socioeconômico da Cuba pré-revolucionária comparativamente a outros países da região, as mudanças políticas geradas pelo golpe militar de Fulgencio Batista em 1952 e a percepção dos setores que

> desencadearam a oposição armada em relação às alternativas colocadas para o país. Nosso objetivo é ilustrar a dinâmica entre fatores "objetivos" e "subjetivos" que favorecem o processo vivenciado por Cuba, tanto na sua especificidade como na aplicação a outras situações nacionais. (AYERBE, 2004, p. 18)

Nota-se, na citação acima, alguns elementos bastante importantes para uma compreensão mais precisa acerca da Revolução Cubana que se distancie, tanto quanto possível, de paixões políticas ou das propostas que os revolucionários cubanos construíram e que foram tomadas como modelos para a ação (inclusive guerrilheira) na América Latina e no mundo. Ayerbe alerta, no excerto, para a necessidade de estar atento aos diversos fatores que levaram à construção da proposta do grupo revolucionário e que permitiram sua vitória especificamente em Cuba, ou seja, ele adverte para a indispensável análise da historicidade da experiência cubana, sem que esta seja tomada como um paradigma revolucionário e sim como um processo histórico. Essas leituras da Revolução Cubana aparecem, por vezes, na cultura histórica brasileira como se fossem as "verdadeiras" interpretações e não propostas de compreensão do movimento comprometidas com valores e ideologias. Cabe à crítica historiográfica estar atenta à difusão de argumentações de procedência diversificada em tom acadêmico e/ou historiográfico. Em relação à segunda "visão", diz o autor:

> Em segundo lugar, discutiremos as análises que consideram o alinhamento de Cuba com a União Soviética e a adoção de um modelo político e econômico similar, uma conseqüência inevitável da política intervencionista norte-americana. Neste caso, buscaremos situar historicamente as

> relações Cuba-Estados Unidos, antes da revolução, e depois dela, **abordando as decisões de alinhamento com os países do campo socialista, tendo como base as opções dispostas por um momento internacional bastante peculiar**. O objetivo é desmistificar a idéia de que a Revolução Cubana representou basicamente uma mudança de vassalagem entre dois impérios. (AYERBE, 2004, p. 18-19, grifos nossos)

Nesse caso, aceitando-se a "visão" criticada por Ayerbe, Cuba deixa de ser agente de sua própria história para se converter em marionete de duas forças políticas expressivas e opostas. Além disso, o processo gradativo de transição de um ideal de revolução nacional para uma revolução socialista, exposto por Florestan Fernandes, em seu livro clássico *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, como a "revolução dentro da revolução", deixa de ser possível. Nega-se, pois, uma experiência histórica verificável em prol de generalizações e simplificações, experiência, inclusive, que é mal compreendida, por vezes, na cultura histórica brasileira, quando se insiste em caracterizar a Revolução Cubana como socialista em seu nascedouro e mesmo em seus primeiros tempos no poder, o que é um equívoco. Em tempo, a terceira "visão" mencionada por Ayerbe também provém de generalização: o autor problematiza a noção "de que o fim da URSS implica para Cuba, como decorrência inevitável, a adoção da democracia liberal e a economia de mercado." (AYERBE, 2004, p. 19) Alerta Ayerbe: "Essa visão tende a apresentar toda revolução anticapitalista do século XX como um desvio de rota em relação ao chamado 'modo de vida ocidental', assumido como ponto de convergência da história universal." (AYERBE, 2004, p. 19) Espera-se que as observações deste livro e de Ayerbe sejam suficientes

para que os leitores não reproduzam tal "visão" de apologia cega e torpe ao capitalismo, reducionista e a-histórica.

Com o intuito de combater as "visões" simplificadoras e generalistas mencionadas por Ayerbe, é importante explicar algumas das características constitutivas do movimento revolucionário, desde as suas origens até seu sucesso em 1959, tratando mesmo de conseqüências da revolução. Para tanto, recorrer-se-á às observações de uma das principais especialistas brasileiras na história cubana, Sílvia Miskulin:

> A luta contra a ditadura aglutinou diversos setores sociais, como trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, intelectuais, segmentos da classe média e da burguesia descontentes com a ditadura [de Fulgêncio Batista], conformando um movimento nacionalista, antiimperialista, que adquiriu contornos de uma guerra civil. A fuga de Batista e o triunfo da Revolução em 1º de janeiro de 1959 foram possíveis graças à organização do Movimento 26 de Julho que, conformando o exército rebelde, dirigiu ações de guerrilha em Sierra Maestra e nas principais cidades do país em aliança com outras organizações políticas, como o Diretório Revolucionário. (MISKULIN, 2003, p. 25-26)

Debatendo algumas das tendências gerais mais expressivas acerca da historiografia referente à Revolução Cubana no cenário internacional, Miskulin agrega elementos muito significativos ao que se disse acerca do movimento até este ponto. A autora assevera:

> A importância de Cuba **como marco da primeira revolução que se tornou socialista na América Latina**, no contexto internacional pós Segunda

> Guerra Mundial, marcado pelo acirramento da Guerra Fria, suscitou e suscita até hoje interpretações diferenciadas e marcadas pela defesa incondicional da Revolução e do castrismo ou de interpretações críticas à Revolução. Entretanto, há uma visão crítica de esquerda que reconhece as conquistas sociais da Revolução e seus esforços para a construção do socialismo, mas assume uma posição crítica em relação à falta das liberdades democráticas (políticas e culturais) em Cuba e à sua extrema dependência do bloco liderado pela ex-União Soviética, durante um longo período. (MISKULIN, 2003, p. 26, grifos nossos)

Acima, Miskulin reafirma um dos aspectos positivos fundamentais do movimento cubano, a construção de um governo baseado no socialismo, e mostra que a crítica à Revolução Cubana foi realizada também por pensadores de esquerda, alguns deles exilados políticos cubanos, como Carlos Franqui, membro do Movimento 26 de Julho, e Guillermo Cabrera Infante, escritor que participou de projetos culturais da revolução. Nesse sentido, o fundamental a se destacar da postura interpretativa de Miskulin é: o governo revolucionário cubano, no poder desde 1959, tomou atitudes e assumiu posturas que podem e devem ser criticadas, sem nenhuma espécie de cegueira ideológica. Mas isso não significa desprezar ou ignorar todas as conquistas positivas da Revolução Cubana, sobretudo quando comparamos a situação cubana desde a revolução em áreas como a saúde, a educação e a distribuição de renda com a de países que vivem sob a égide do chamado "modo de vida ocidental" e capitalista. Aliás, a autora explicita um dos elementos fundamentais para a inflexão socialista do movimento revolucionário em Cuba: "A partir do momento em que a Revolução se aprofundava com as medidas de

reforma agrária, que significavam expropriação de terras e de usinas açucareiras de capital nacional e estadunidense, começava-se a construir uma nova ordem social, o 'socialismo'." (MISKULIN, 2003, p. 34)

Enfim, após apresentar, em seu livro, os posicionamentos antagônicos de diversos autores a respeito da Revolução Cubana, Sílvia Miskulin expõe, com precisão, sua opinião acerca do processo revolucionário. Recorrer-se-á, uma vez mais, à exposição da autora, com a qual se concorda:

> [...] entendo que o componente autoritário e antidemocrático consolidado no governo fez com que Cuba, que havia se tornado um marco e uma esperança para a construção do socialismo na América Latina, convertesse os ideais revolucionários de expansão da Revolução em uma forte tendência burocrática e repressiva. A Revolução trouxe para Cuba conquistas sociais, mas não criou mecanismos de participação democrática, seja no âmbito político, econômico ou cultural. A extrema centralização das decisões fez com que surgisse uma camada burocrática de dirigentes que se enraizou no comando político, acumulou benefícios e privilégios e distanciou-se, na prática, de uma revolução igualitária e democrática que beneficiasse a maioria da população.
>
> Os acordos firmados com a União Soviética e países do Leste Europeu, já no início dos anos 1960, foram acompanhados por um enquadramento cada vez maior de Cuba nas diretrizes soviéticas, ampliando o espaço de membros do PSP [Partido Socialista Popular, originalmente Partido Comunista Cubano] na condução do governo, seja nas instituições culturais ou nos organismos de

> direção política. A falta de liberdade política e cultural tornou-se um entrave para o desenvolvimento da Revolução e da democracia socialista, que deveria ser conquistada com sucessivas "revoluções na revolução", constituindo-se em uma revolução permanente, que em Cuba foi abortada. (MISKULIN, 2003, p. 37)

Encerra-se, após este arrazoado bibliográfico, historiográfico e crítico, a discussão proposta acerca das revoluções latino-americanas do século XX, com destaque para a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana. Como se disse no início, o intuito não era analisar detalhadamente os movimentos, mas apresentar elementos gerais indispensáveis para a sua adequada compreensão e para a crítica de simplificações e generalizações com as quais se depara o historiador que se dedica ao estudo desses episódios. Acredita-se ter sido possível evidenciar que ambas as revoluções se inscrevem em processos históricos de média duração, quando considerados os fatores internos e externos que motivaram a configuração das forças que levaram à deflagração dos episódios de 1910 e 1959 e, também, quando se considera as conseqüências sociais, políticas, culturais e econômicas que as revoluções trouxeram para México e Cuba nas décadas seguintes ao estabelecimento dos governos de origem revolucionária.

No caso mexicano, a revolução contou com expressiva participação popular e resultou em um Estado originado das demandas da população, contra os privilégios oligárquicos e das elites. O exemplo cubano, por sua vez, como disse Maria Ligia Coelho Prado no prefácio ao livro de Sílvia Miskulin, foi fundamental para a reflexão "sobre o fato de uma ilha tão pequena ter dado ao mundo, antes e depois de 1959, tantos escritores, poetas, pintores e cineastas de reconhecido valor, assim como de ter sido

protagonista de uma Revolução tão inesperada quanto duradoura." (PRADO, 2003, p. 13) Contraditórias, motivadoras de ações favoráveis e contrárias às ideias que encerraram, que defenderam e que inspiraram, caracterizadas por continuidades e rupturas em relação às ordens que pretenderam superar, essas revoluções foram episódios muito significativos da história do intenso século XX na América.

*3.2. Os governos e as políticas de massas: o peronismo na Argentina*

É cada vez mais comum encontrar, nos últimos anos, textos acadêmicos ou de informação que se referem a governos como o de Hugo Chávez, na Venezuela, como "neopopulistas". Aliás, o uso corrente e indiscriminado do termo "populismo" em meios de comunicação tem se alastrado há várias décadas, contribuindo para uma compreensão empobrecedora e superficial deste que é um conceito e tem servido a análises em algumas áreas do saber. De qualquer maneira, na história latino-americana, são considerados "populistas" governos emblemáticos em seus países, caracterizados por uma série de políticas de massas, como o de Getúlio Vargas, no Brasil, o de Juan Domingo Perón, na Argentina, e o de Lázaro Cárdenas, no México. Sem a pretensão, uma vez mais, de esgotar o debate, o objetivo, neste momento, é apresentar o peronismo para, a partir deste processo histórico especificamente argentino, debater a pertinência do emprego da categoria ou noção de "populismo".

Em 1943, em meio à profusão de debates encabeçados por grupos ou correntes nacionalistas, entre eles o chamado "revisionismo histórico", alguns coronéis e generais do Exército da Argentina, principalmente Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro J. Farrell (ROMERO, 2006, p. 91), reunidos

em torno de certa "forma de ver e pensar" a sociedade argentina chamada "Grupo Obra e Unificação", lideraram e desferiram um golpe de Estado. (BEIRED, 1996a, p. 53) Expressando simpatia aos países que compunham o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial, esses líderes militares tornaram-se opositores da maior parte das candidaturas às eleições previstas para aquele ano, na medida em que essas eram predominantemente defensoras dos Aliados. Juan Domingo Perón, um dos principais líderes do movimento golpista, em pouco tempo tornou-se a principal figura do novo governo. (BEIRED, 1996a, p. 54)

O referido grupo castrense dedicou-se à implantação de um regime autoritário, nacionalista, no qual se fomentasse a industrialização e que fosse, quando possível, neutro face à guerra mundial. Proibiram o funcionamento dos partidos políticos, bem como instituíram a censura aos meios de comunicação. O novo governo intentou, além disso, legitimar-se junto aos operários e sindicatos, por meio de um instrumento peculiar, uma intervenção do Estado nas relações trabalhistas, administrada pelo próprio Perón, naquele momento responsável pela Secretaria de Trabalho e Previdência, que estreitou os laços do governo com os sindicatos, sobretudo com aqueles "receptivos" à dominação, pois os outros – que adotavam comportamento "pouco receptivo" – eram tratados com crueldade. (BEIRED, 1996a, p. 54) Houve perseguição aos líderes comunistas e socialistas e aos sindicatos aos quais estavam vinculados (ROMERO, 2006, p. 92), que foram fechados. Por outro lado, o crescimento real dos salários médios dos trabalhadores, bem como a conquista de outros benefícios, conferiam legitimidade às ações do governo, que podia empreendê-las, entre outros motivos, pela conjuntura mundial favorável, de alta de preços das exportações da Argentina. (BEIRED, 1996a, p. 54)

A referida conjuntura mundial que proporcionou alguns "sucessos" ao novo governo não era favorável, por seu turno, à implantação de regimes com feições autoritárias, por conta da derrota do nazi-fascismo na Europa. A rejeição ao regime militar se deu, naquele momento, incentivada por tais acontecimentos e uniu as forças de oposição contra o regime. Todos os partidos políticos, sindicatos patronais, parcelas predominantes das classes média e alta e alguns setores operários agregaram-se e mobilizaram-se pelo fim do regime e por eleições livres. Esse movimento levou à renúncia e à prisão de Perón em outubro de 1945, circunstância em que ocupava os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra e secretário do Trabalho e Previdência Social. Naquele momento, ele possuía apoio da maioria dos trabalhadores e dos sindicatos, além de ser apoiado também pela CGT (Confederação Geral do Trabalho), organização que coordenou, juntamente com os sindicatos, a manifestação popular conhecida como "Dezessete de Outubro", na qual se reivindicou, em frente à Casa Rosada, a libertação de Perón. As proporções alcançadas por essa manifestação levaram os militares a libertar Perón e o alçaram à condição de mais forte candidato à presidência do país. (BEIRED, 1996a, p. 54-55)

As tendências ou posições políticas adquiriram, desde os primeiros anos da década de 1940, feições de enfrentamento. Essa "antinomia inegociável", como a chamou Oscar Terán (2004, p. 63), expressou-se claramente nas eleições de 1946, momento no qual se desenrolou, conforme palavras do próprio Perón, uma "partida de campeonato", verdadeira disputa entre a "injustiça" e "justiça social". (TERÁN, 2004, p. 63)

Eleito presidente em 1946, vencendo o candidato da União Democrática – frente política integrada pela UCR, pelo Partido Democrata Progressista, pelo Partido Socialista, pelo Partido Comunista e apoiada por setores

conservadores da sociedade argentina –, Perón contava com ampla base de sustentação política, composta pelo movimento sindical, dissidentes da UCR, pela maioria dos grupos nacionalistas, por facções conservadoras, pelas Forças Armadas e pela Igreja Católica. (BEIRED, 1996a, p. 55) As forças políticas que o apoiaram fundiram-se meses depois, formando o Partido Único da Revolução Nacional, convertido, em 1947, em Partido Peronista. Nesse processo, a defesa da autonomia política dos trabalhadores, postulada por setores do movimento sindical organizados em torno do Partido Laborista, foi derrotada com a dissolução do referido partido, pois tal autodeterminação não interessava nem ao governo nem aos grupos dominantes que o apoiavam. (BEIRED, 1996a, p. 55)

Esse período se caracterizou por uma "notável redistribuição econômica em favor das classes populares", não apenas no que se refere aos salários, mas, também, em relação a inúmeros benefícios e serviços sociais. (TERÁN, 2004, p. 63) O apoio governamental e as iniciativas encabeçadas pela primeira-dama Maria Eva Duarte de Perón, esposa do presidente desde 1945, permitiram a difusão do "justicialismo", postura na qual os direitos sociais eram defendidos em detrimento dos direitos políticos dos cidadãos. (BEIRED, 1996a, p. 56) Um governo que, apoiado pela maioria, não deixou de utilizar métodos coercitivos e de violar as liberdades dos civis dos opositores. Recorreu à censura, à obrigatoriedade de adesão política dos funcionários públicos, ao controle dos meios de difusão e à prisão de opositores. Como propõe Terán, pode-se dizer que houve "um processo de inclusão das massas trabalhadoras na vida nacional pela via de um populismo autoritário, e que esses dois rostos do peronismo determinaram uma avaliação igualmente antitética do período (que perdura até a atualidade) [...]." (TERÁN, 2004, p. 63-64, tradução nossa)

As arbitrariedades políticas do novo regime e sua contrapartida em ações que melhoraram o padrão de vida dos trabalhadores conviveram com a busca de uma independência econômica, almejada e encaminhada por meio da nacionalização de empresas estrangeiras, da criação de indústrias estatais, da estruturação energética do país e da proteção à indústria argentina. (BEIRED, 1996a, p. 56-57) Todas essas medidas, contudo, não foram capazes de estabelecer uma industrialização de bases sólidas. Além do mais, em médio prazo, as nacionalizações e as medidas redistributivas levaram ao consumo das reservas governamentais e quando o governo buscou estimular a produção, não encontrou apoio nem no empresariado nem nos trabalhadores. (BEIRED, 1996a, p. 58)

O regime objetivou "peronizar" a sociedade e o Estado e, para tanto, procurou controlar as instâncias-chave: meios de comunicação, partidos políticos, instituições (Estatais, Forças Armadas, universidades). Em busca de uma dominação do imaginário, a "peronização" foi implementada até mesmo nas cartilhas escolares, que reproduziam personagens, *slogans* e histórias nas quais Perón e Evita eram os portadores da síntese da "verdadeira nação", e criticá-los significava criticar a nação argentina. (BEIRED, 1996a, p. 59)

Diante do autoritarismo governamental e de uma crise econômica enfrentada pela Argentina na década de 1950, a oposição, representada então pelos partidos políticos, por setores da burguesia, pela Igreja e por setores das forças armadas, pressionou decisivamente o regime e acelerou sua queda, ocorrida em setembro de 1955, início de um longo exílio de Perón. (BEIRED, 1996a, p. 59) Enfim, o período 1946-1955 foi marcado pela presença do "fantasma das duas Argentinas", pois, mesmo com um apoio ao governo que, em 1954, chegava a praticamente 63%, manteve-se durante todos esses anos "uma oposição

irredutível sempre disposta a negar legitimidade ao regime governante. E, na realidade, a recusa era mútua: nesse mesmo ano o presidente Perón declarou que só havia duas forças políticas na Argentina, e que elas eram o povo e o antipovo." (TERÁN, 2004, p. 64, tradução nossa)

Evidentemente, as interpretações de um governo tão ambíguo quanto o de Perón, na Argentina, não poderiam deixar de incorporar as tensões e as divergências do processo histórico. Como um movimento político, econômico, social e cultural que "transcendeu as fronteiras do meramente político e chegou a se transformar num fenômeno cultural e social que continua vivo até hoje, mesmo tendo atravessado diversas mudanças ideológicas" (MONTRUCCHIO, 2001, p. 199), o peronismo, enquanto "tema dentro da historiografia argentina tem um amplíssimo acervo bibliográfico [...]." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 200) Em virtude da impossibilidade de comentar detalhadamente todo este acervo bibliográfico acerca do peronismo, recorrer-se-á ao excelente artigo de Marisa Montrucchio, "Peronismo: caminhos construídos pela historiografia", no qual a autora optou por uma "estratégia de leitura". Tal estratégia de imersão na historiografia acerca do peronismo, contemplando referências de diferentes origens, foi assim delineada pela autora:

> Os dois primeiros governos de Perón abrangeram os anos 1946-1955. Tudo o que foi escrito desde aquela época até hoje, passando pelo retorno de Perón ao poder, em 1973, até sua morte, em 1974, mais a bibliografia que abrange o fenômeno menemista como uma nova forma de peronismo no final dos anos 80, ocupa uma amplíssima biblioteca. Resolvemos aplicar uma classificação, talvez, arbitrária – limites e períodos geralmente são –, mas que considera as principais questões que o campo intelectual – acadêmico e argentino,

> principalmente – levantou em relação ao peronismo ao longo das diferentes décadas. Esse [...] ponto subdivide-se em quatro partes: "O peronismo que ainda não foi digerido", correspondente aos anos 60; "O peronismo em debate", relativo aos anos 70; "O peronismo como fenômeno discursivo", sobre os anos 80 e, finalmente, "A volta às origens", situado nos anos 90. Para cada parte, selecionamos textos que contêm questões centrais ou inovadoras. (MONTRUCCHIO, 2001, p. 200)

Explica a autora que, na década de 1960, não havia ocorrido, ainda, a assimilação ou "digestão" do peronismo, e apenas alguns trabalhos, como o livro *Política y sociedad en una época de transición*, do sociólogo Gino Germani, publicado em 1962, foram capazes de apresentar "as primeiras hipóteses de interpretação do peronismo. Inspirado pela chamada Teoria da Modernização, o texto de Germani é, segundo Montrucchio, fundador "em sua análise sobre o peronismo e em sua projeção para o estudo dos populismos na América Latina na década de 1960 [...]." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 202) Conforme a autora, na interpretação de Germani, o peronismo resulta da associação "entre uma estrutura social particular e a existência de um líder com um discurso demagógico e práticas políticas inspiradas claramente no fascismo e no nazismo europeus explicaram o peronismo como um fenômeno resultante da transição tardia da Argentina à modernidade." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 202)

Por sua vez, expõe Montrucchio que os anos 1970 trouxeram para as interpretações do peronismo "a lógica imperante nas ciências sociais, de 'dominação ou dependência' [...]." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 202) Entre os diversos textos que analisaram o peronismo a partir de

tais referências, a autora destacou o livro de Túlio Halperin Donghi, *La democracia de masas*, publicado originalmente em 1971 e integrante de coleção sobre a História Argentina, e, principalmente, um livro escrito em 1971 "que revolucionou a interpretação do peronismo, sobretudo no que se refere à tese germaniana, *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, uma co-autoria dos sociólogos [Miguel] Murmis e [Juan Carlos] Portantiero." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 205) Afinal, de acordo com Montrucchio (2001, p. 205), desde esta discussão entre as obras "a teoria de Germani passou a conformar a interpretação denominada 'ortodoxa' ou 'clássica'."

No livro mencionado, Murmis e Portantiero, analisando o período anterior à emergência do peronismo, questionaram "a idéia de que o 'tardio' processo de modernização tinha sido homogêneo e tinha suposto o confronto entre os setores agrário e industrial." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 205) Os autores conseguiram comprovar em sua análise, assevera Montrucchio (2001, p. 205), "que se tratou de uma configuração de alianças entre setores de proprietários agrários e industriais para suportar a crise devinda em 1930 e a consolidação do processo de substituição de importações, como recurso articulado entre esses setores." Entre outros aspectos destacados por Montrucchio, cabe ressaltar o fato de que os autores "desconsideraram a condição de 'heterogeneidade' das classes trabalhadoras, aceitando o contrário, [...] uma homogeneidade como força de trabalho explorada, no final de um extenso ciclo de acumulação sem distribuição." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 206) Ademais, também afirmaram "que a dissolução da autonomia operária se produz não nas origens do peronismo, mas [...] foi resultado do processo de peronização do sistema estatal controlado por Perón no poder." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 206)

Esses são aspectos que, posteriormente, foram debatidos pela historiografia.

A década de 1980 marcou as interpretações do peronismo como o momento no qual, demonstra Montrucchio, a produção acerca do peronismo se avolumou (sobretudo após o fim da ditadura civil-militar, em 1983) e a questão dos intelectuais se alterou, mantendo o tom, de "Por que a classe operária tornou-se peronista?" para "Por que os setores populares continuam sendo peronistas?" (MONTRUCCHIO, 2001, p. 201) Para a autora, os livros *Nacionalismo y peronismo. La Argentina en la crisis ideológica mundial, 1927-1955*, de Cristian Buchrucker, publicado em 1987, e *Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*, de Silvia Sigal e Elison Verón, publicado em 1988, responderam a este questionamento. O livro de Buchrucker, para Montrucchio (2001, p. 206-208):

> [...] expõe a dimensão ideológica do peronismo, analisando a inserção do nacionalismo na cultura argentina a partir dos anos 20, chegando até os anos 50. O autor interpretou as continuidades no peronismo, definindo-o como um movimento opositor, mas também herdeiro e superador do liberalismo e do socialismo. Movimento de massas, com ampla base operária, centrado num líder e numa doutrina preocupada com a questão social. [...] O autor conclui que o peronismo 'não foi uma variante do fascismo', mas uma forma de 'populismo autoritário'. Teve uma ideologia de centro, autenticamente terceirista, que aglutinou fascistóides, trotskistas, absorveu tradições sindicalistas, social-cristãs e nacional-populistas, foi autoritário e populista.

Na mesma década de 1980, um ano após a publicação do fundamental estudo de Buchrucker, que evidenciou a

multiplicidade constitutiva do processo histórico peronista, veio a público o livro *Perón o muerte. Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*, de Silvia Sigal e Elison Verón. Disse Montrucchio que o livro de Sigal e Verón "foi um marco na interpretação discursiva do peronismo e trouxe elementos insubstituíveis para sua compreensão." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 208) No livro de 1988, os autores citados "trabalharam com três momentos do discurso peronista: produção, circulação e reconhecimento. Consideraram a noção de discurso fundamental para compreender o peronismo." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 208) Ao reconhecerem "na palavra de Perón, matriz fundadora do fenômeno, todo o dispositivo discursivo e ideológico que o peronismo operou ao longo dos anos", Sigal e Verón puderam evidenciar de que maneira "na enunciação, modos de circulação e formas de recepção dos discursos originais de Perón, encontram-se as chaves para compreender a heterogeneidade e a variedade ideológica que o movimento peronista assumiu como próprias." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 208)

Conforme demonstra Montrucchio, a análise de Sigal e Verón permitiu compreender a manutenção do discurso peronista com força e arraigamento social mesmo durante o período de exílio do líder na Espanha (1955-1973). Afinal, Sigal e Verón explicitaram:

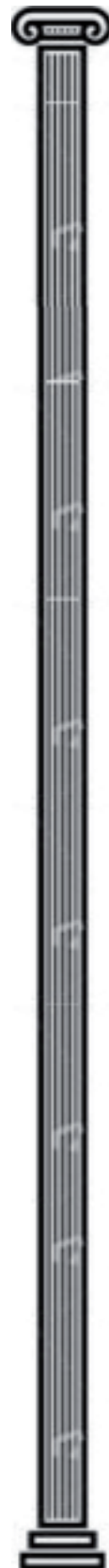
> A característica de segundos enunciadores, portadores da "palavra de Perón" – emissários que viajavam periodicamente até a Espanha para conversar com o líder –, e a recepção de suas palavras entre os integrantes do peronismo que estavam na Argentina, somadas à necessidade de legitimar as diferentes versões que cada reprodutor portava, expressaram-se na necessidade de legitimar a verdade da mensagem e a impossibilidade de

> estabelecer um sucessor direto para Perón, que continuava tendo o poder da palavra, mesmo se mantendo a distância. A disparidade de sentidos e contra-sentidos desse processo – coerente com a construção de uma liderança carismática no sentido weberiano –, com a única frustrada exceção personificada no gremialista Vandor, reforçou a legitimidade de Perón como único e indiscutível líder do peronismo e a impossibilidade de herdar seu capital como condutor do movimento, inclusive depois de sua morte. (MONTRUCCHIO, 2001, p. 209)

A ampliação de perspectivas interpretativas do peronismo continuou nos anos 1990, ao mesmo tempo em que se impunha o questionamento sobre o tempo presente e sobre as novas características do peronismo sob a tutela de Carlos Menem. De acordo com Montrucchio (2001, p. 201), questionavam-se os autores daquele momento acerca do que havia restado do "velho peronismo", bem como interrogavam "a autenticidade do fenômeno peronista, a verdade e a memória coletiva", problemas que "parecem ser as principais questões que os intelectuais colocaram ao tema." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 201) Destacam-se entre os estudos produzidos nos anos 1990, para Montrucchio, *Mañana es San Perón*, de Mariano Plotkin, publicado em 1994, e *Perón del exílio al poder*, coordenado por Plotkin e Samuel Amaral, que veio a público em 1993; ademais, a autora ressalta: *El 17 de Octubre*, publicado em 1995 e coordenado por Juan Carlos Torre; *La plaza vacía. Las transformaciones del peronismo*, de Maristella Svampa e Danilo Martucelli, publicado em 1997; e *Multidões em cena*. *Propaganda política no varguismo e no peronismo*, da historiadora brasileira Maria Helena Rolim Capelato, publicado em 1998.

Em tal circunstância de ampliação e de heterogeneização da produção referente ao peronismo, em termos gerais, para Montrucchio, o "processo de interpretação passou, em primeiro lugar, por uma intelectualização do peronismo, por meio da qual se pretendeu analisá-lo como 'fenômeno', sem levar muito em conta a relação existente entre ele e os setores populares." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 201) Complementa, a este respeito, a autora:

> O antagonismo que o peronismo provocou na sociedade manifestou-se também no campo intelectual, tendo como resultado dois modelos básicos: a interpretação "patológica" e a interpretação pela "estrutura dos sentimentos" (Plotkin, 1998). A parcial desconsideração da cultura argentina como um todo, de suas relações com o mundo da política, recortou excessivamente as possibilidades de interpretação e isolou o peronismo como um objeto dentro do campo político. Aprofunda-se o problema se considerarmos a marcante tendência de pensar a política como se fosse uma esfera autônoma dentro do conjunto social. O reconhecimento dos valores que circulam e dão sentido às práticas políticas e sociais de um conjunto populacional, recriadas permanentemente, **abriu caminho para outros tipos de interpretações, menos carregadas de prevenções explicativas e excludentes e mais voltadas para "compreender" o peronismo na sua complexidade, aceitando o significado de sua permanência contínua na sociedade argentina**. (MONTRUCCHIO, 2001, p. 201-202, grifos nossos)

Considera Montrucchio (2001, p. 224) que, chegando aos anos mais recentes, é perceptível uma

"volta às origens" nos trabalhos a respeito do peronismo: "Sociólogos e historiadores debateram longamente sobre o peronismo nos últimos anos (aliás, mais os primeiros que os segundos)." (MONTRUCCHIO, 2001, p. 224) Alterou-se, profundamente, o panorama de questões, pressupostos e categorias explicativas utilizadas para a compreensão do peronismo, em um movimento que revela, também, algumas das alterações e debates das ciências humanas e sociais das últimas décadas do século XX:

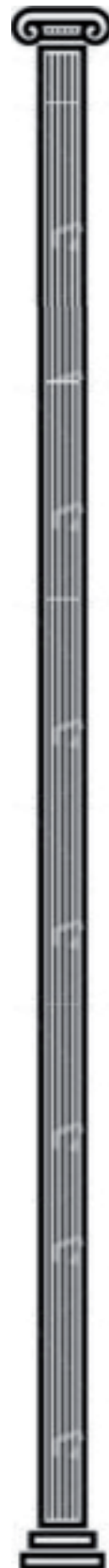
> Sob olhares menos paradigmáticos, porém mais enriquecedores, os estudos ganharam em complexidade o que perderam em rigidez. "Mitos, discursividade, imaginários coletivos e representações políticas" ocuparam o espaço que antes tinha sido privilégio de "fenômeno, fascismo, luta de classes, populismo". Os novos conceitos abriram-se muito mais as interpretações, deixaram de lado os bloqueios teóricos que os antigos, mais tingidos de cores ideológicas, não permitiram. Porém, eles foram necessários para chegarmos [...] às análises mais abrangentes. (MONTRUCCHIO, 2001, p. 224)

Como se pretendeu expor até este ponto, o peronismo é um processo histórico multifacetado e, por isso mesmo, suas interpretações também foram muito diversificadas. No entanto, nenhuma das leituras acima mencionadas esforçou-se por retirar do peronismo – ou mesmo por minimizar – suas vinculações profundas com a história da Argentina. Em que medida, pois, cabe ler este processo a partir de uma categoria explicativa que pretende, como toda categoria, encontrar nele traços de similitude em relação a outros processos parecidos e, nesse sentido, inevitavelmente, torná-lo menos particular ou específico? Pretende-se, brevemente, pensar acerca da pertinência do

emprego da categoria ou noção de "populismo", tomando o peronismo como ponto de partida desta incursão.

Para tanto, estabelecer-se-á um diálogo com o ensaio "Populismo latino-americano em discussão", de Maria Helena Rolim Capelato, em que a autora intenta enfrentar duas questões:

> 1) A caracterização dos regimes denominados populistas é alvo de inúmeras polêmicas que persistem até os dias de hoje. Indago em que medida essas experiências que apresentam como traço comum a introdução de uma cultura política baseada na intervenção do Estado e novas formas de controle social podem ser consideradas democráticas porque voltadas para os interesses populares ou autoritárias porque introduziram instrumentos mais eficazes de controle das classes trabalhadoras. [...]
> 2) O recente debate em torno do populismo é muito rico, porque apresenta uma grande variedade de interpretações. Alguns autores reafirmam a validade das análises mais tradicionais sobre o tema, outros referem-se ao "neopopulismo", e outros, ainda, negam a operacionalidade do conceito. [...]. (CAPELATO, 2001, p. 129-130)

Enfrentando, em primeiro lugar, o debate a respeito do populismo, Capelato relembra inicialmente o verbete do *Dicionário de Política*, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, segundo o qual "as definições de populismo são imprecisas, ambíguas, e que os modelos e tipologias são confusos e contraditórios. Além disso, o termo se presta à denominação de fenômenos históricos muito diversos, perdendo, em decorrência disso, sua força explicativa." (CAPELATO, 2001, p. 131-132) A escolha de Capelato pelo verbete referido não é aleatória:

provavelmente, o texto do *Dicionário de Política* resume a maior parte dos argumentos críticos à utilização de "populismo" como categoria explicativa. A autora, então, sintetiza mais detalhadamente os fundamentos gerais da crítica ao conceito de "populismo":

> Os críticos do conceito salientam a imprecisão do vocábulo e a multiplicidade heterogênea de fenômenos que ele abarca. Considero que os modelos e tipologias construídos por cientistas sociais (sociólogos e cientistas políticos especialmente) para caracterizar o populismo latino-americano trouxeram grande contribuição para o estudo do problema, mas não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais. O enfoque genérico impossibilita a recuperação do evento na sua plena historicidade. Mesmo quando analisadas como casos isolados, as grandes sínteses abarcam períodos muito extensos. (CAPELATO, 2001, p. 132)

E acrescenta outros elementos importantes para a compreensão dos problemas da utilização indiscriminada da categoria explicativa "populismo":

> A ampla lista de líderes, movimentos e governos definidos como populistas, ou a divisão do populismo por tempos distintos, permite constatar como é problemática a aplicação desse conceito para situações históricas bem diversas. Dos anos 20 aos 70, a conjuntura latino-americana passou por transformações significativas [...]. Além disso, os problemas enfrentados pelo conjunto dos países encontraram soluções similares, mas também específicas, que dificultam a aproximação de certos casos. Agrupar

> os diferentes personagens e momentos e defini-los a partir de um mesmo conceito implica a homogeneização de políticas muito distintas, como, por exemplo, a de Vargas no Brasil, Cárdenas no México e Perón na Argentina. (CAPELATO, 2001, p. 133-135)

Desde a crítica às teorias que deram origem ao conceito, como a teoria da modernização de Germani, na Argentina, ou as teses do Partido Comunista sobre o período, o populismo passou a ser visto como momento de transição de uma fase para a seguinte. Por outro lado, diz Capelato, não é preciso considerar esse caráter de transição, na medida em que "é possível pensar o mundo capitalista se reproduzindo contraditoriamente no tempo e no espaço." (CAPELATO, 2001, p. 138) Nessa perspectiva de leitura, ao contrário da proposta de Germani ou das teses comunistas:

> Considerando o "moderno" e o "tradicional" como partes constitutivas de um mesmo todo onde elas se integram de forma contraditória, o período pode ser entendido como um momento específico da conjuntura histórica mundial (o período entre guerras) em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas à preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais. Num movimento simultâneo e internacional, as sociedades européias e americanas buscaram soluções específicas, adequadas a suas realidades históricas. Partindo do princípio de que as diferentes realidades não se mantêm isoladas, havendo entre elas um movimento constante de circulação de mercadorias, experiências e idéias, cabe indagar de que forma as experiências externas foram

> interpretadas e reproduzidas em países da América Latina.
> Ao se colocar essa problemática da relação entre o todo e as partes, podemos propor um outro caminho para a compreensão dos chamados regimes populistas que transite entre o geral e o particular, buscando entender as conexões e contradições ocorridas nesse percurso histórico. (CAPELATO, 2001, p. 138-139)

Entretanto, como afirma Capelato, não é este caminho por ela sugerido o mais trilhado pelos intérpretes dos governos chamados de populistas. Oscilam as leituras entre o generalismo e o particularismo, tornando-se muito difícil uma integração entre as perspectivas e os grupos de pesquisadores, os quais, de um lado, tendem a agregar os fenômenos e, de outro, esforçam-se por singularizá-los. (CAPELATO, 2001, p. 139) Pode-se dizer, como mostra Capelato, que os generalistas buscam elementos comuns nas experiências diversas “e ordenam os casos particulares dentro de categorias mais amplas”, enquanto os particularistas pretendem “detectar as diferenças, os contrastes, os atributos singulares entre fenômenos aparentemente similares.” (CAPELATO, 2001, p. 139) Corre-se o risco, assevera Capelato a partir das reflexões de A. J. Hexter, de, na primeira postura, “distorcer a informação empírica para forçá-la a encaixar-se nas suas categorias de sua análise conceitual”, e, na segunda, de “atomizar os processos históricos, tornando-os fragmentados e contingentes, impedindo a captação de seu sentido e direção mais amplos [...].” (CAPELATO, 2001, p. 139) Nenhuma das duas posturas serve, todavia, para uma leitura como a que propõe Capelato, “que transite entre o geral e o particular, buscando entender as conexões e contradições ocorridas nesse percurso histórico.” (CAPELATO, 2001, p. 139)

Para além das construções e reelaborações do conceito de "populismo" e dos debates a respeito de sua operacionalidade, recorda Capelato que, há algum tempo, "o termo populismo deslizou do campo acadêmico para o terreno político, apresentando, então, conotação dicotômica e maniqueísta. Dessa forma, ganha sentido positivo ou pejorativo, dependendo do grupo que o mobiliza no debate público." (CAPELATO, 2001, p. 141) Mostra a autora que, empregado "como arma de luta a favor do neoliberalismo, o ataque ao populismo contribuiu para a construção de imaginários políticos que serviam aos interesses de novos grupos de poder." (CAPELATO, 2001, p. 141) Lido desta forma, o "populismo" seria "símbolo das forças responsáveis pelo atraso, contrastando com a modernização apregoada pelos defensores de uma concepção de Estado de caráter neoliberal." (CAPELATO, 2001, p. 141) E discorre um pouco mais a autora a respeito:

> [...] Nessa luta de imagens, os opositores do chamado neoliberalismo tendem a recuperar o populismo como experiência positiva, genuinamente democrática e popular. As invocações do populismo e neoliberalismo produzidas no calor da hora e no interior da luta política, como diz Francisco C. Falcon a propósito do fascismo, são eficazes para a prática político-ideológica, mas de pequena ou nenhuma valia para o conhecimento intelectual.
> **As análises que, nas últimas décadas, retomaram o estudo do chamado populismo estão trilhando um caminho inverso ao percorrido na elaboração das interpretações generalizantes: privilegiam as particularidades nacionais e os recortes mais específicos, sem, contudo, perder de vista a totalidade na qual se inserem. A reconstituição**

> **histórica em perspectiva comparada de vários "populismos" pode contribuir para a compreensão dos aspectos comuns, bem como das especificidades. Esta abordagem, a meu ver, não deve prescindir da interpretação teórica, pois não se trata da mera descrição das experiências pesquisadas, mas de sua compreensão num sentido mais verticalizado**. (CAPELATO, 2001, p. 141-142, grifos nossos)

Maria Helena Rolim Capelato defende, no excerto, perspectiva de trabalho que experimentou em seu estudo *Multidões em cena*, no qual comparou a propaganda política do regime varguista e do regime peronista, contribuindo para a compreensão mais aprofundada das particularidades de cada processo histórico, bem como para o reconhecimento das eventuais similitudes entre ambos. Para tanto, Capelato não precisou recorrer a uma categoria generalizante como "populismo", com o intuito de aproximar as experiências históricas, nem abandonou o olhar, pautado na história comparada, que permitiu, ao mesmo tempo, desvelar semelhanças e explicitar os elementos específicos. No que se refere ao peronismo, aliás, no ensaio com o qual se mantém o diálogo neste momento, Capelato, após comentar diversas interpretações sobre o movimento argentino – muitas delas também comentadas por Montrucchio em seu artigo –, afirma, sobre a leitura de Daniel James:

> A análise de Daniel James demonstra a convivência contraditória de uma política autoritária, que introduziu uma nova forma de controle social e ao mesmo tempo trouxe benefícios reais e ganhos subjetivos aos trabalhadores. Além da melhoria das condições de vida, eles foram tratados como cidadãos e sujeitos de sua própria história ao aparecerem de forma privilegiada na

> configuração dessa política. **Neste tipo de interpretação, as explicações para a adesão das classes trabalhadoras ao peronismo se distanciam bastante daquelas propostas pelos modelos de análise sobre o "populismo clássico", que indicavam a debilidade política e social dos trabalhadores como responsáveis pela possibilidade de sua manipulação por líderes populistas. O apoio dos trabalhadores a Perón é aqui entendido como uma opção da própria classe em função de seus interesses materiais e subjetivos**. (CAPELATO, 2001, p. 153, grifos nossos)

A perspectiva de interpretação de Daniel James, destacada por Capelato, interessa para a discussão aqui proposta, pois não apenas estabelece o diálogo entre o geral e o particular, mas, sobretudo, garante às classes trabalhadoras, elementos de discórdia nas interpretações sobre o "populismo" na América Latina, seu caráter de efetivo sujeito histórico. Ou seja, como disse Capelato, não se pode esquecer que o:

> [...] movimento dinâmico e contraditório que caracteriza a relação das classes trabalhadoras com os referidos regimes pressupõe análise: dos antecedentes históricos de cada um dos regimes; das reivindicações anteriores feitas pelos setores populares, de seus anseios e necessidades; da identificação de correntes políticas diversas existentes entre os trabalhadores, bem como dos conflitos entre os diferentes grupos, movimentos e lideranças que os representavam; da amplitude dos conflitos sociais e políticos vividos na sociedade da época; da situação econômica do período; dos objetivos e possibilidades das reformas levadas

> a cabo pelos governos reformistas e dos obstáculos enfrentados para sua concretização; das diferentes conjunturas internas e externas que se sucederam na vigência desses governos; das alianças realizadas pelos líderes em diferentes momentos; da natureza da relação que conseguem estabelecer com os liderados. (CAPELATO, 2001, p. 162-163)

Concordando-se totalmente com as advertências e orientações de Capelato no excerto acima e ao longo de seu ensaio, evidencia-se, enfim,

> [...] **que o conceito de populismo [...] não possibilita a compreensão da complexa relação das classes trabalhadoras com o cardenismo e peronismo. A indicação de alguns elementos históricos que marcaram essas duas sociedades naquela época serve de pista para se pensar as especificidades. A meu ver, elas são de tal ordem, que comprometem o uso do mesmo conceito para a compreensão dos dois fenômenos**. Com isso, não pretendo negar a existência de problemas similares enfrentados no México e Argentina. Uma análise comparada dos dois regimes permitiria mostrar as respostas comuns e específicas que foram dadas a questões vividas nesses dois planos. (CAPELATO, 2001, p. 163, grifos nossos)

Sem perder a oportunidade de esboçar uma comparação entre os fenômenos peronista e cardenista, Capelato afirma:

> [...] acredito que os novos estudos sobre os referidos governos denominados populistas permitem afirmar que um traço comum os caracteriza:

> **a introdução de uma nova cultura política baseada no papel interventor do Estado nas relações sociais**, o que representou, ao mesmo tempo, atendimento de reivindicações de natureza social (melhoria salarial, legislação trabalhista, reforma agrária – no caso mexicano), política (referência a uma cidadania baseada no reconhecimento do trabalhador como sujeito da história) e subjetiva (resposta aos anseios de dignidade do trabalhador, até então desprezado por governantes e setores dominantes). Não se pode negar a importância destas conquistas das classes populares nesses regimes. Alguns autores concluem, a partir desses fatos, que, enquanto os regimes liberais representaram a falsa democracia, os "populistas" representaram a democracia verdadeira, porque se voltaram para os problemas sociais. **Tal conclusão deixa na sombra o caráter autoritário e controlador dessas políticas, que implicaram a perda de autonomia dos movimentos sociais e a impossibilidade de manifestações contrárias ao poder**. (CAPELATO, 2001, p. 163-164, grifos nossos)

Portanto, de acordo com a precisa leitura de Capelato, deve-se construir uma análise dos chamados regimes "populistas", ou, como se prefere aqui (em consonância com a autora de *Multidões em cena*), dos governos de políticas de massas, como o peronismo, o varguismo ou o cardenismo, "que transite entre o geral e o particular, buscando entender as conexões e contradições ocorridas nesse percurso histórico." (CAPELATO, 2001, p. 139) Trabalhar nessa perspectiva não implica, necessariamente, abandonar a categoria explicativa "populismo", mas leva a uma pormenorização tão minuciosa de sua aplicação que, em alguma medida, coloca em questão a sua manutenção.

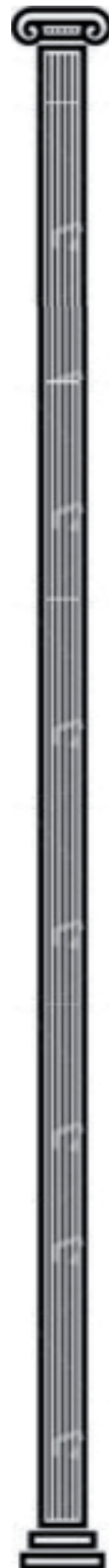
Talvez, como indica Capelato, a história comparada possa ainda oferecer alguma validade ao uso da noção de "populismo" quando se pretende verificar os traços comuns entre os regimes latino-americanos, mas nem nessas situações ela é indispensável. Apropriado política e ideologicamente de variadas maneiras, o termo "populismo" costuma, em última instância, simplificar a compreensão dos processos históricos, e com isso não é possível concordar. Espera-se que as considerações acerca do peronismo expostas a partir do diálogo com a historiografia especializada tenham demonstrado motivos suficientes para a crítica, no sentido formulado por Capelato, à utilização da categoria explicativa "populismo".

* * *

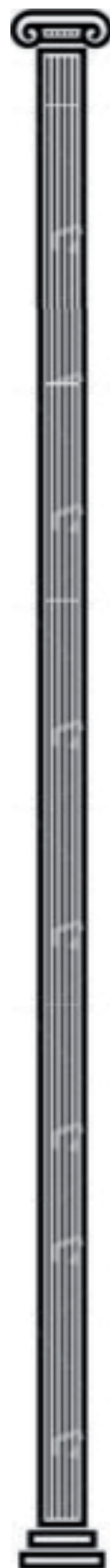
O objetivo deste terceiro e último capítulo foi, como se disse no seu início, diante da multiplicidade de questões estabelecidas pelo século XX latino-americano, analisar questões ou temas que explicitam problemas fundamentais que o historiador deve compreender caso pretenda se aventurar no estudo da história da América Latina: as revoluções no México e em Cuba e um dos chamados governos "populistas", o peronismo na Argentina. Sem, naturalmente, esgotar a compreensão acerca desses temas, estabeleceu-se um diálogo com a historiografia especializada, demonstrando as possíveis leituras e questionando interpretações limitadas a respeito de algumas passagens do intenso século XX latino-americano.

Em relação às revoluções latino-americanas e, mais especificamente, à Revolução Mexicana e à Revolução Cubana, evidenciou-se que ambas as revoluções se inscrevem em processos históricos de média duração, quando considerados os fatores internos e externos que motivaram a configuração das forças que levaram à deflagração dos

episódios de 1910 e 1959 e, também, quando se considera as conseqüências sociais, políticas, culturais e econômicas que as revoluções trouxeram para México e Cuba nas décadas seguintes ao estabelecimento dos governos de origem revolucionária. Ademais, foram movimentos com expressiva participação popular e seu desenvolvimento e manutenção no poder tornaram seus legados mais expressivos e, simultaneamente, mais contraditórios, sem que tais revoluções, caracterizadas por continuidades e rupturas em relação às ordens que pretenderam superar, deixassem de ser episódios muito significativos da história do intenso século XX na América.

Por sua vez, a análise do peronismo na Argentina, breve e motivada, como se disse, pelo propósito de discutir a pertinência do uso da categoria explicativa "populismo", permitiu não apenas a melhor compreensão do peronismo enquanto um processo histórico multifacetado e marcado por interpretações diversificadas, mas, acima de tudo, garantiu as condições para reforçar as vinculações profundas do fenômeno com a história da Argentina e, assim, compreender os problemas do emprego da noção de "populismo" para a explicação de regimes tão diversos como o varguismo e o cardenismo, por exemplo, os quais, a despeito de suas semelhanças, devem ser interpretados, como disse Capelato, nas transições e tensões entre o geral e o particular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observado no início dos anos 1960, o continente americano era um território bastante diferente daquele que se via em fins do século XVIII e no início do século XIX, época em que se iniciou o trajeto percorrido neste livro: os Estados e as nações se encontravam, por exemplo, estabelecidos, ao menos territorialmente e simbolicamente, ainda que persistissem certos problemas estruturais em diversas regiões americanas, a ponto de se verificar dificuldades para a delimitação de territórios e de identidades. Esta constituição mais elaborada dos Estados e das nações nos anos 1960 obliterava, entretanto, questões não suficientemente debatidas, como os problemas do subdesenvolvimento ou as tensões políticas, culturais e sociais não solucionadas.

Diante dos problemas e das questões não resolvidas desde o início do período independente na América, aquela década, de 1960, seria marcada pela consolidação, entre as esquerdas, do exemplo revolucionário cubano como uma alternativa e como uma inspiração às orientações liberais, nacionalistas e capitalistas quase hegemônicas. Castro, Guevara e seus companheiros passaram a ser vistos, inclusive no Brasil, como modelos de revolucionários e suas estratégias e propostas foram estudadas por militantes em todo o continente, convertendo-se, por vezes, em ações contra o *status quo*, como no caso boliviano (em que o próprio "Che" tomou parte) e nos movimentos armados das guerrilhas. Havia, é claro, inimigos de fato a serem confrontados: o continente foi tomado, na porção latino-americana, por uma onda de golpes civis-militares que originaram ditaduras, a maior parte delas mantida até, pelo menos, meados dos anos 1980.

Ao contrário do que almejavam as utopias de esquerda, como em Cuba, as ditaduras trouxeram rumos sombrios e desafios muito sérios para as sociedades latino-americanas. Por conta de sua importância para a alteração nos rumos da história da América Latina, deve-se expor, nessas considerações finais, ao menos alguns comentários a respeito dos regimes civil-militares, originados e desenvolvidos em muitos países do continente, por razões bastante diversificadas e com perfis particulares, apesar dos elementos em comum, sobretudo a violência. Se, em virtude das dimensões, pretensões e limitações deste livro, não será possível debater, isolada ou comparativamente, tais processos históricos, vale a pena discutir seus aspectos fundamentais e lembrar que as memórias e as representações dessa história recente continuam em disputa em cada país, como é o caso da Argentina e do Chile, principalmente. A esse respeito, afirmou a historiadora brasileira Samantha Viz Quadrat:

> Sem dúvida, as ditaduras civil-militares da segunda metade do século XX ocupam lugar de destaque na história recente dos países do Cone Sul da América Latina. Mesmo que a pessoa não se interesse pelo tema, não consegue passar incólume por ele. Seja numa viagem de turismo por esses países, onde pode acompanhar uma das rondas das Mães da Praça de Maio em frente à Casa Rosada, cartão-postal da cidade, ou observar as intervenções no espaço urbano; seja nas artes, nos filmes e nas peças, marcados intensamente por esse contexto (mesmo que em alguns casos o período sirva apenas de pano de fundo para o desenvolvimento da trama); na política, em que vários candidatos reivindicam seu passado de luta contra a ditadura ou são "acusados" por ele; ou ainda na própria imprensa, sempre que temos

> *datas convocantes* ou matérias sobre arquivos, testemunhos, identificação de ossadas de desaparecidos etc. (QUADRAT, 2011, p. 241-242)

As ditaduras modificaram inexoravelmente as sociedades latino-americanas e, ademais, tiveram impacto sobre "o rumo dos direitos humanos no Cone Sul" (QUADRAT, 2011, p. 242), os quais se converteram em uma das novas bandeiras políticas daqueles grupos que combatiam os regimes ditatoriais e suas práticas de repressão e eliminação. Suscitaram não apenas debates e ações na América, mas também nas diferentes regiões do planeta para as quais se dirigiram os contingentes de indivíduos forçosamente exilados de seus países. Nesse sentido, os golpes que instauraram os regimes de opressão na América Latina fomentaram, em escala ampla, a discussão política e acadêmica acerca dos direitos humanos e das conseqüências da violência. É compreensível, pois, porque tais temáticas mobilizam, ainda hoje, paixões políticas tão intensas, ao recuperarem, por meio de parcelas das populações dos países afetados pelas ditaduras, sentimentos e comportamentos de apoio ou repúdio ao legado desses regimes. São culturas históricas decisivamente afetadas por esta história e as sociedades nem sempre se empenham por minimizar a presença desse passado, como se dá, em certa medida, no Brasil.

Há muito, não obstante, a se refletir a respeito dessa história plena de memórias, a história do autoritarismo recente na América Latina, até porque ela mobiliza, em sua constante reescritura, não somente questões relacionadas à violência política e aos direitos humanos, mas, outrossim, constantemente ressignifica muitos dos temas discutidos ao longo deste livro, como as características dos Estados e das nações, as identidades (em suas diferentes dimensões), as alianças regionais e mundiais, os embates políticos e

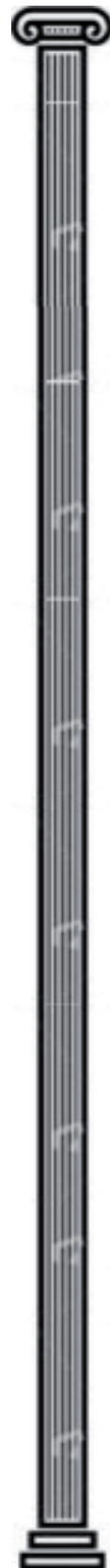
culturais, os modelos de governo e de sociedade almejados ou tidos como mais adequados, o papel das lideranças em cada conjuntura. Ou seja, é uma história que exerce papel de mediação entre o que as sociedades latino-americanas foram e o que elas são e pretendem ser, desembocando, não raramente, em confrontos entre os diferentes intérpretes.

Aulas de História não são (ou não deveriam ser) tribunais de julgamento dos sujeitos, dos acontecimentos e dos processos, mas, no caso das ditaduras, infelizmente, em virtude de sua ligação com o presente das sociedades latino-americanas, muitas vezes as opiniões do senso comum se sobrepõem ao conhecimento histórico a respeito desses períodos, o que gera distorções graves, entre elas, a apologia desmedida e sem fundamento a regimes autoritários sob a alegação corriqueira de que eles representaram momentos positivos da história dessas sociedades. Cabe ao historiador entender essas posições, no presente, como construções, trabalhar para desconstruí-las e, obviamente, não reproduzi-las. Combater a persistência de culturas políticas autoritárias é defender a manutenção e a ampliação da democracia. Evidentemente, devem os Estados tomar as medidas cabíveis para colaborar com o adensamento democrático na América Latina, mas episódios da história latino-americana mostram que esses posicionamentos não serão estabelecidos sem desgastes em relação a segmentos das sociedades, como, por exemplo, as Forças Armadas.

De qualquer maneira, conservando e reproduzindo, em maior ou menor escala, os conflitos políticos, econômicos, culturais e sociais acima sumariamente elencados, quando emergiram das ditaduras civil-militares (nos anos 1980 e 1990, principalmente), as sociedades latino-americanas viram-se diante dos dilemas e desafios de países que iniciam processos chamados de redemocratização, ou, em alguns casos, de democratização efetiva, dada a longa tradição autoritária de alguns Estados da América Latina. Pobreza,

miséria, desigualdade, exclusão, subdesenvolvimento e precarização em todas as dimensões da vida individual e coletiva não deixaram de ser pautas prementes. Mas, se os problemas não eram, em parte, os mesmos do século XIX e da primeira metade do século XX, não demoraram a aparecer, entretanto, “soluções” que recuperam estruturalmente ou conjunturalmente outros momentos da história do continente americano, tais como: o fortalecimento das elites e dos privilégios a elas associados; a manutenção das estruturas sociais profundamente desiguais; a aposta em lideranças demagógicas e em projetos político-culturais de controle de amplas camadas da população.

Nem toda a situação foi e é, certamente, sombria. São notáveis e alentadoras as tendências contrárias a esses influxos reacionários, como: o surgimento e a consolidação de novos modelos de governo; a estruturação de movimentos sociais com visibilidade e reconhecimento local e internacional; o desenvolvimento de estratégias e iniciativas políticas e culturais para além das esferas oficiais e governamentais; a ampliação de políticas públicas e de medidas visando o combate às heranças de desigualdade e às clivagens originadas, em alguns casos, no período colonial, entre tantas outras ações e transformações detectáveis. Mesmo o enfraquecimento da hegemonia estadunidense deve ser lido, sem nenhum revanchismo ou fundamentalismo, enquanto indicativo de alteração positiva no *status quo*, neste caso inclusive em termos mundiais. São dilemas históricos, que estiveram em pauta ou que ainda estão em debate, ao longo dos quase dois séculos e meio da história independente da América, sob formas diversas, e que foram discutidos em suas especificidades e semelhanças, mesmo que sumariamente, nos três capítulos do livro que ora se encerra.

Aliás, como se disse no início e se almejou evidenciar nesta obra, o período delimitado entre as

últimas décadas do século XVIII e as últimas décadas do século XX representou, para a história da América, uma época fundamental, na qual estão compreendidos, entre outros, acontecimentos como a ruptura da dominação colonial, as independências, o estabelecimento de novos Estados, a construção – econômica, política e cultural – das nações, as discussões acerca das identidades nacionais e supranacionais, a configuração dos EUA como potência continental e internacional, as revoluções (Mexicana e Cubana, por exemplo), os governos de políticas de massas (como o peronismo), as inúmeras ditaduras e os processos de redemocratização. Naturalmente, havia muitos outros caminhos a trilhar e, talvez, escolhas outras pudessem se mostrar mais acertadas. Abre-se a obra, tão logo encerrada pelo seu autor, à avaliação de seus leitores.

Vive-se pois, na América atual, em um continente tão diversificado e multifacetado quanto ele se apresentava na época em que surgiram os Estados e as nações americanas. Não se pretende aqui dizer, de forma alguma, que a história se repete ou que certas questões americanas são "sempre as mesmas, desde sempre". Jamais. A história da América no início do século XXI tem as suas especificidades, não "espelha" a história do oitocentos ou do novecentos. Esta seria uma leitura simplificadora e equivocada do continente. No entanto, parece ser indispensável, com o auxílio dos historiadores, compreender sempre que a história dos homens em sociedade é marcada por continuidades e rupturas e identificar permanências e descontinuidades é tarefa muito significativa, do ponto de vista político, cultural e social. Espera-se que, em relação aos aspectos da história da América entre fins do século XVIII e início do século XXI discutidos ao longo deste livro, tenha sido possível apresentar alguma contribuição e fomentar a reflexão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A "outra" América*: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

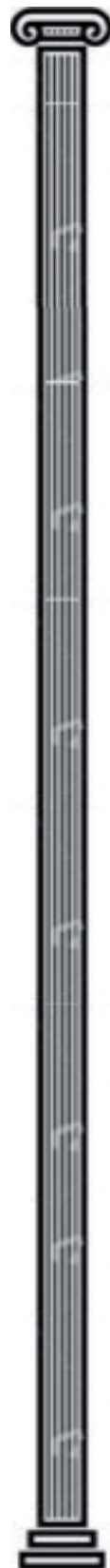
BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *20 de novembro de 1910*: a Revolução Mexicana. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007.

______. A história da Revolução Mexicana. *Desvendando a História*, São Paulo, v. 3, p. 36-43, 2005.

______. *A revolução mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Carlos A. S.; LOPES, Maria A. S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. *História* (São Paulo), São Paulo, v. 20, p. 163-198, 2001.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996a.

______. Revolução e Cultura Política na América Latina. In: DAYRELL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina contemporânea*: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996b. p. 437-444.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2590>. Acesso em: 01 jul. 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000. p. 285-316.

______. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 125-165.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 99-171.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). *História das Américas*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 83-104. [Publicado originalmente na revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 275-294, 1997]

GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 4, p. 5-21, nov. 2006.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *4 de Julho de 1776*: Independência dos Estados Unidos da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007.

______. Charles Wilkes, a *U. S. Exploring Expedition* e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 25, p. 120-138, 2008.

______. *Estados Unidos*: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 23-97.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. *Revista de História* (USP), n. 159, p. 225-241, 2008.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá; PAMPLONA, Marco Antonio. Introdução. In: MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá; PAMPLONA, Marco Antonio (orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*: Região do Prata e Chile [v. 1]. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 7-25.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada*: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã / FAPESP, 2003.

MONTRUCCHIO, Marisa. Peronismo: caminhos construídos pela historiografia. *História* (São Paulo), São Paulo, v. 20, p. 199-226, 2001.

PAMPLONA, Marco Antonio. Bicentenário das independências hispano-americanas: o que comemorar? / ¿Bicentenario de las independencias hispanoamericanas: qué conmemorar? Entrevista realizada por Adélia Maria Koff. Revista *Novamérica/Nuevamerica*, Rio de Janeiro, n. 123, 2009. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/revista_digital/L0123/rev_entrevista.asp>. Acesso em 01 dez. 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A formação das nações latino-americanas*. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. [Primeira edição: 1985]

______. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. 2. ed. São Paulo/Bauru: Edusp/Edusc, 2004.

______. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo. p. 319-347.

______. Prefácio. In: MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada*: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961). São Paulo: Xamã / FAPESP, 2003. p. 11-13.

QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. (orgs.). *História das Américas*: novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 241-273.

ROMERO, Luiz Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. In: ______ (coord.). *Ideas en el siglo*. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004. p. 13-95.

WASSERMAN, Claudia. A recepção da Revolução Cubana: a historiografia brasileira. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, v. 18, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www1.tau.ac.il/eial/index.php?option=com_content&task=view&id=193&Itemid=159>. Acesso em: 01 jul. 2012.